



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

AS MULHERES E O MEIO AMBIENTE, NO ROMANCE
***TERRAS DO SEM FIM*, DE JORGE AMADO**

João Pessoa - PB

Junho de 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**AS MULHERES E O MEIO AMBIENTE, NO ROMANCE
TERRAS DO SEM FIM, DE JORGE AMADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Letras.

Mestranda: Eny Araujo Rocha

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Zélia Monteiro Bora

João Pessoa - PB

Junho de 2014

Eny Araujo Rocha

AS MULHERES E O MEIO AMBIENTE, NO ROMANCE
***TERRAS DO SEM FIM*, DE JORGE AMADO**

DISSERTAÇÃO apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de MESTRE EM LETRAS.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Zélia Monteiro Bora
(Orientadora – UFPB)

Prof.^a Dr.^a Wilma Martins de Mendonça
(Examinadora – UFPB)

Prof.^a Dr.^a Izabel Cristina dos Santos Teixeira
(Examinadora – UNILAB)

Dedico:

- Aos meus pais que tanto amo, Ruy Lopes da Rocha e Neuma Araujo Rocha, pessoas guerreiras e de muita grandeza, que me legaram os maiores bens que poderiam me dar: educação, vontade de lutar e vencer.
- À minha filha, Sara, que com tão pouca idade, consegue dar sentido à minha vida.
- De uma maneira muito especial, à minha orientadora, Zélia Monteiro Bora, que me fez acreditar no meu potencial e foi uma grande parceira na construção intelectual que desenvolvi nessa dissertação e pelo incentivo nos estudos ecofeministas.

Agradecimentos

- Ao Senhor Nosso Deus, aquele que me deu forças e me ajudou a seguir em momentos tão difíceis dessa dissertação;
- À minha família (tios e primos) que me deram forças e incentivo para que eu pudesse concluir essa etapa da minha vida;
- Aos amigos que sempre me ajudaram e dispuseram de seu tempo para discussões que contribuíram para a elaboração deste trabalho: Valter, Hilda, Natanael, Téo, Ina, e demais amigos que estiveram presentes nessa caminhada acadêmica.
- Aos (quase) parentes e amigos que sempre estiveram comigo nos momentos de lazer: Ruby, Khira, D. Fátima, Silvio, Manuela, Sérvulo e o recém-chegado, Léo.
- Por fim, a todos que, de alguma forma, fizeram e fazem parte desse trabalho: meus sinceros agradecimentos!

*Eu vou contar uma história, uma história de espantar
Eu vou contar uma história, uma história de espantar
A história dessas terras, quando o cacau não havia
Sangue de gente corria, fazendo a terra de estrume
Eu vou contar uma história, uma história de espantar
Eu vou contar uma história, uma história de espantar
Atrás dos tocos de bar, a morte lá se escondia
Fosse de noite ou de dia, esse morrer e matar
Eu vou contar uma história, uma história de espantar
Eu vou contar uma história, uma história de espantar*

(Dorival Caymmi e Jorge Amado)

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo investigar a obra *Terras do sem fim*, de Jorge Amado, na perspectiva dos princípios filosóficos do ecofeminismo. Objetivamos demonstrar a relação entre meio ambiente e personagem feminino inserido num sistema patriarcal da sociedade cacaueira, no sul da Bahia, no início do século XX. Para atingirmos nosso objetivo, recorreremos a duas linhas de discussão filosóficas, a saber: 1) o ecofeminismo espiritualista, difundido por Maria Mies e Vandana Shiva; 2) a ética do cuidado, criado por Karen J. Warren. Analisaremos o romance amadiano, buscando inferir o comportamento da mulher e o aspecto transgressor dessa relação com o meio ambiente, o que se torna recíproco, uma vez que a natureza também se manifesta quando se sente ameaçada pelo seu dominador. Adotamos como método de abordagem a pesquisa bibliográfica que abrange a área da Literatura, Sociologia, Filosofia e a área que se identifica com a discussão das relações de gênero e meio ambiente como o Ecofeminismo, que nortearam a proposta deste estudo. Confere à pesquisa a divisão da dissertação em três capítulos. No primeiro, trataremos de situar o romance *Terras do sem fim* no modernismo regionalista de 30 e um levantamento da fortuna crítica sobre a obra. O segundo, visa fundamentar os princípios ecofeministas que sustentem a nossa investigação crítica e analítica, acerca do ecofeminismo. O terceiro capítulo tenta utilizar os princípios ecofeministas na análise das personagens femininas e suas confluências e transgressões, relacionadas com o meio ambiente, sob o regime do sistema patriarcal. Constatou-se, ao final da pesquisa, que o romance *Terras do sem fim* carrega em sua estrutura literária a abertura para uma discussão crítica de uma abordagem que ainda não era difundida em seu tempo. Dessa forma, trouxe para os estudos ecofeministas um maior aprofundamento das questões que envolvem a relação entre o meio ambiente e a mulher, propondo uma releitura do romance de Jorge Amado e obras contemporâneas.

Palavras-chave: Ecofeminismo, literatura regionalista, sistema patriarcal, personagem feminina e meio ambiente.

ABSTRACT

The current dissertation has, for its objective, the investigation of Jorge Amado's work *Terras do sem fim*, in the light of the philosophical principles of Ecofeminism. This project demonstrates the relation between the environment and the female character inserted in the patriarchal system of the cacaueiran society, in the south of Bahia, in the beginning of the XX century. To achieve this objective, two philosophical lines will be used, namely: 1) The spiritualist ecofeminism, promoted by Maria Mies and Vandana Shiva; 2) the care ethics, created by Karen J. Warren. Amado's work will be analyzed with the goal of discovering the feminine behavior and pondering about the transgressor aspect of such a relation with the environment, reciprocal in its own nature, as the environment also manifest itself when it feels threaten by its dominator. For method of analysis, the bibliographical research of a wide-range of fields, including Literature, Sociology, Philosophy and Ecofeminism, was used in this study. The research is divided in three chapters. In the first, the novel *Terras do sem fim* will be characterized in the regionalist movement of the 1930s and the critical response of this work will also be used. The second chapter aims to justified and elaborate the ecofeminists principles used in this analytical and critical investigation. Finally, in the third chapter, the ecofeminists principles will be used to analyze the female characters and their transgressions connected to the environment, under the regime of the patriarchal system. The conclusion of the work tries to show that the novel *Terras do sem fim* has, in its literary structure, the opening of a critical discussion not presented in its time of publishing, bringing a wider perspective into the studies of Ecofeminism.

Keywords: Ecofeminism, regionalist literature, patriarchy, female character and environment.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. O LUGAR DE JORGE AMADO E O MODERNISMO DE 30	19
1.1 Estética e ideologia	19
1.2 Jorge Amado, a Política, o Romance e a Crítica	22
1.2.1 Diversas fases	22
1.2.2 Especificidades do Regionalismo na obra de Jorge Amado	26
1.2.3 O proletário e a literatura regionalista.....	31
1.3 A crítica em Terras do sem fim	38
2. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES IDEOLÓGICAS ENTRE HOMEM E MEIO AMBIENTE	46
2.2. Filosofia ecofeminista e sua relação com a natureza	52
2.2.1. Maria Mies e Vandana Shiva e o ecofeminismo espiritualista.....	54
2.2.2. Karen Warren e a ética do cuidado.....	57
2.3 A situação da mulher no romance Terras do sem fim.....	62
3. UMA LEITURA ECOFEMINISTA DE <i>TERRAS DO SEM FIM</i>	67
3.1 Don'ana, do patriarcalismo ao matriarcalismo	70
3.2. RAIMUNDA, AFILHADA E CRIADA DA CASA GRANDE	76
3.3 Ester, mulher e natureza.....	80
3.4 Margot e as três irmãs prostitutas, os dois lados do meretrício.....	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS	93

INTRODUÇÃO

A natureza como tema literário não é uma invenção do homem moderno. Há registros culturais que abordam essa temática desde o homem primitivo em suas manifestações rupestres. Nessa época, o homem convivia em contato constante com a natureza e registrava suas impressões através das marcas pictográficas nas paredes e tetos das cavernas. A partir de então, os processos comunicativos de interação entre homem e natureza evoluíram gradativamente através da formação da sociedade contribuindo, portanto, para o aparecimento de poetas e trovadores que manifestavam sua arte utilizando-se do recurso da oralidade e escrita, respectivamente. Essa mesma temática foi contemplada por outras expressões artísticas, tais como a pintura, o desenho e as esculturas, as quais privilegiaram a natureza, emprestando papéis protagonizadores a elementos naturais, como animais, vegetação e até fatores climáticos.

É na modernidade, recorrente na arte verbal, que acontece a aproximação entre literatura e natureza. Essa relação é presentificada em diversas manifestações escritas, desde os primeiros cronistas europeus do século XVI e XVII, que vislumbraram o meio ambiente, de forma essencial para a construção de um território, de uma cultura e, sobretudo, para a exploração. Em muitos cenários, a natureza deixa de ser apenas paisagem para ganhar contornos de personagem, estabelecendo-se quase que uma relação animista com outros elementos da natureza integrantes na fauna ou na flora.

Um dos objetivos do homem europeu de expor o ambiente seria a intenção de identificar-se com o território, entretanto, de forma complementar e diferente do indígena americano. Podemos tomar como exemplo, nos Estados Unidos da América, em 1854, a carta do cacique da tribo *Suquamish*, em resposta à abordagem do presidente americano vigente, Franklin Pierce, que tinha interesse de comprar as terras onde viviam os nativos. O testemunho da carta de Seattle, como é conhecido, é considerado um patrimônio histórico sobre o meio ambiente, pois aborda um conteúdo moral, político e ambiental. São exemplos de fragmentos da carta, através dos quais, percebemos a imposição da colonização: “quando o Grande Chefe em Washington manda dizer que deseja comprar nossa terra, pede muito de nós. O Grande Chefe diz que nos reservará um lugar onde possamos viver satisfeitos”; as consequências da colonização em “a terra não é sua irmã, mas sua inimiga, e quando ele a conquista, prossegue seu caminho”; sobre a urbanização em “a visão de suas cidades fere os

olhos do homem vermelho”; e o tom irônico do discurso em “talvez porque o homem vermelho é um selvagem e não compreenda”. O cacique finaliza a carta declarando a importância da natureza e as perspectivas do futuro: “onde está o futuro? Desapareceu. Onde está a águia? Desapareceu. É o final da vida e o início da sobrevivência”.

É oportuna a referência à carta do chefe de Seattle, pois se aplica como base para entendermos a ideologia que os cronistas tinham quando avistaram o território americano. A partir de certo momento, a presença da natureza não terá apenas uma função de registro local, como também o que pode servir ao colonizador para proveito comercial. Conforme Flávia Paula Carvalho (2005), a herança dos cronistas e suas impressões nas descrições do território recém-descoberto foram as seguintes:

A natureza está relacionada, desde o início, ao que poderíamos chamar atitude política. As descrições não se limitam à satisfação da curiosidade renascentista, que, normalmente, nada deixa escapar à observação. O viajante é o indivíduo atento a tudo, como quem procura responder à exigência de um público ávido de informações e de revelações acerca de tudo o que o mundo poderia oferecer. Em nosso caso, o que o cronista pretende é mostrar um mundo que pertence à sua pátria e mostrá-lo de modo que satisfaça a ambição ou a vaidade do seu soberano, ou os interesses dele, despertando no povo a intenção de povoar essa terra e, assim, transformá-la em fonte de renda. (CARVALHO, 2005, p. 35)

Como ressalta Carvalho (2005), as intenções de povoar e transformar o território em fonte de renda, marca a passagem entre a vida na natureza e a alienação. São duas as atitudes que distinguem o modo de ver a natureza do europeu e do indígena: este vê a natureza como um ser intrínseco à sua existência, enquanto aquele a percebe como um objeto que precisa ser dominado e explorado.

O processo econômico determinou a alienação entre homem e meio ambiente, entretanto, percebemos que há uma relação de evasão entre homem e natureza e esta se encontra incorporada a um propósito político comumente denominado de conquista. Ora, em pleno século XVI vemos, em diversos momentos nas escrituras dos cronistas, a ideologia mercantilista do homem europeu, visando meios de exploração do território. Percebe-se, então, que as manifestações dispensadas à natureza no século XVI, continham esse teor de aproveitamento. Para tanto, os cronistas se excediam em vocábulos que adjetivassem a nova terra. Outros períodos, como o Arcadismo, com a produção lírica que manifesta os primeiros

movimentos nativistas, e o Romantismo, que se consolida com as impressões patrióticas, tiveram outras abordagens quando a natureza foi louvada pela sua exuberante beleza.

Nesse sentido, Flávia Paula Carvalho (2005) ainda ressalta que os cronistas proporcionaram não apenas uma visão panorâmica do país, como também indícios que despertaram o interesse da Metrópole; essas impressões estão registradas “desde as primeiras manifestações literárias do Brasil” (CARVALHO, 2005, p. 48). Logo, as representações feitas pelos europeus do século XVI influenciaram as correntes literárias que viriam posteriormente, junto com “a sua curiosidade e interesse com as coisas na natureza, a intenção informativa resulta nessa presença constante, que passa, mais tarde, a constituir a norma à qual nos referimos” (CARVALHO, 2005, p. 48).

Flávia Paula Carvalho (2005) utiliza dois modos de expressão que destacam como justificativa a exploração do continente americano pelos colonizadores: num primeiro momento, a natureza é tratada com o interesse de atrair a admiração da Metrópole; em seguida, a expressão de amor pela terra nativa fica evidente através da exaltação. As duas características repercutem na literatura brasileira através de manifestações prosaicas ou, como a autora afirma, por meio de “representantes do nacionalismo ingênuo” (FOSTER, 2005, p. 49). Essa tendência é classificada como poetização, percebida em certos vestígios no período Modernista de 30. Como exemplo, segundo a autora, pode-se observar Jorge Amado evidenciando a natureza com características de descrição realista em suas obras.

Ao elegermos o estudo da natureza em nossa literatura direcionamos nossos argumentos para as questões que aprofundam a compreensão acerca da relação entre literatura e meio ambiente, já que entendemos que as representações naturais sempre estiveram presentes no modo de produção literária, seja nas relações com o espaço, a terra, o tempo e o homem.

Sob essa discussão, devemos destacar um dos trabalhos mais importantes sobre a relação homem e meio ambiente, colaborado por Bellamy Foster (2011), o qual elaborou um levantamento histórico e bem documentado, com o objetivo de demonstrar que há no materialismo marxista, ideologia a favor da ecologia. O autor discorre minuciosamente sobre as bases filosóficas de Epicuro e seus desdobramentos na formação hegeliana de Marx, chegando então à conclusão de que estas bases pressupostas constituirão em Marx o que conhecemos hoje por materialismo histórico.

Bellamy Foster (2011) direciona seus estudos sobre Marx ao afirmar que o homem apropriava-se da natureza de modo sustentável na Idade Média, no entanto, Marx avançou nos estudos da alienação humana do trabalho ao constatar que, para favorecimento próprio, o

homem mudou sua relação com a natureza. Tratava-se agora de um conceito concreto por causa do impulsionamento político-econômico da sociedade capitalista tendo, assim, exposto:

A dominação da Terra em si, para Marx, assumiu um significado complexo, dialético, derivado do seu conceito de alienação. Ela significava tanto a dominação da Terra por aqueles que monopolizavam a terra, e portanto os poderes elementares da natureza, como também a dominação da terra e da matéria morta (representando o poder do proprietário e capitalista) sobre a vasta maioria dos seres humanos. Assim a alienação da Terra, e daí a sua dominação sobre a maior parte da humanidade (pela sua alienação em favor de muito poucos), ser um elemento essencial da propriedade privada e existir na propriedade de terras feudal - que era “a raiz da propriedade privada” – desde antes da ascensão do capitalismo. (FOSTER, 2011, p. 109)

Infere-se, portanto, que não apenas a natureza, mas também as formações da classe trabalhadora, camponesa ou urbana estavam no mesmo patamar da subjugação dos proprietários da terra e industriais. Sob esse aspecto, Marx desenvolvia um materialismo voltado para o naturalismo e o humanismo. Logo, chegou-se à conclusão de que a implantação da associação dos meios produtivos seria para Marx um modelo de consumismo positivo; nesse ponto, a sociedade não estaria alienada pela instituição da propriedade privada e pela acumulação de riqueza.

As produções filosóficas e sociológicas do século XIX fermentavam as ideias revolucionárias de Marx. Simultaneamente às teorias de Malthus e Darwin, Marx, gradativamente, ficava mais cômico de suas abordagens concretas quanto às relações materialistas entre homem e natureza, formulando hipóteses, cujas bases estariam relacionadas às teorias da evolução humana de Darwin, isto é, a construção das ideias do materialismo histórico de Marx estaria fundamentada nas “especulações da relação de seleção natural e da ‘sobrevivência dos mais aptos’ com a luta de classes” (FOSTER, 2011, p. 277).

Bellamy Foster (2011) assinala que o legado sobre as relações ecológicas que Marx nos deixa, projeta-se nas suas reflexões acerca do conceito de desenvolvimento sustentável associado com Liebig e a análise coevolucionária, emanada de Darwin. Outro ponto a ser revelado reflete-se nos argumentos de dispersão da população, a fim de transcender o antagonismo entre cidade e campo, baseado nas concepções socialistas utópicas de Morris.

Diante desse quadro, elegemos o romance *Terras do sem fim*, de Jorge Amado, lançado em 1943, que tematiza a violência humana à natureza. A obra tem seu cenário no sul

do estado da Bahia, cujo enredo é retratado no início do século XX. Há também pequenos povoados que dependem economicamente do desbravamento da terra para o plantio do cacau em Ilhéus e regiões próximas. Considerando-se esses aspectos, verifica-se que a obra demonstra que a natureza é objetificada como mercadoria num cenário de lutas, mortes, tiros e conquistas sobre a terra para a expansão da produção do cacau. No ensaio *Classe, gênero, etnia: povo e público na ficção de Jorge Amado*, de Eduardo de Assis Duarte (1997), o autor explicita a importância da temática referida:

[...] o que vemos predominar são as falas saídas da periferia social e econômica do país, não importa se das ruelas escuras de Salvador ou das terras onde se plantava no sul do Estado a civilização do cacau. Representa-se a pobreza em seus diferentes matizes – lúmpen, proletária, campesina – recobrando-a quase sempre com as cores do romanesco heroificador. Este, por sua vez, liga-se também ao ardor militante empenhado em denunciar, sim, a exploração capitalista ou o regime “semifeudal” dominante nas fazendas, mas voltado também para a elevação do “herói positivo” em sua trajetória rumo à consciência e à transformação social. (DUARTE, 1997, p. 93)

O romance associa-se, portanto, à exploração da natureza ligada à exploração do homem na condição de não apenas registrar o indício das transgressões feitas à natureza, como também a obra possui um caráter denunciador acerca do modelo econômico dominante que se sobrepunha à classe trabalhadora, às mulheres e à natureza, especificamente. O ambiente social criado em *Terras do sem fim* está permeado por coronéis, esposas infiéis, jagunços, políticos, religiosos, prostitutas, donas de casas e lavradores, e todos estão inseridos numa sociedade econômica que visa o extrativismo do cacau. Através da representação social das personagens femininas é que analisaremos o seu relacionamento com a natureza. É sob esse viés que a Ecocrítica¹ entra como uma ferramenta que propõe a investigação nas relações da natureza nos textos literários.

Os estudos ecocríticos voltados para a retórica literária têm atraído diversas discussões acerca do tema. Podemos pontuar, sucintamente, a deificação da Ecocrítica, de acordo com Glotfelty, em *The Ecocriticism Reader* (1996), como sendo o estudo da relação entre literatura

¹ A partir de agora, o termo Ecocrítica será colocado com letra maiúscula, por entendermos que o vocábulo insere-se como denominação de uma vertente dos estudos literários, a qual é o tema principal do nosso estudo.

e o ambiente físico, e também mantém uma aproximação entre a literatura e o discurso defensor da natureza, tendo a Terra como o seu centro.

A natureza torna-se um elemento vivo dentro do romance, assumindo o papel de personagem através de vários fenômenos, tais como, chuvas destruidoras em torno das plantações de cacau, ruídos dos animais que assustam os moradores e a coloração avermelhada da lua que sugere uma noite sangrenta. Portanto, a natureza e seus elementos não humanos emprestam à obra, um caráter animista, manifestando, através da paisagem seca e exótica, como a essência do sertão baiano, que é tematizado pela escrita de Jorge Amado.

O Brasil narrado em *Terras do sem fim* é realçado pela vida árdua dos pobres que trabalham nos latifúndios. O cenário é composto por diversas formas de opressão que caracterizam a interação dos personagens com a vida rural cacaueira. A ambientação urbana está associada aos aspectos da modernização e progresso que a Bahia vivenciava. A vida urbana emerge como a fonte da civilização; no entanto, esta civilização é representada no romance através do poder público que está subjugado aos interesses privados dos coronéis, sob um sistema determinado de coronelismo.

Para entendermos melhor a questão da prática política coronelística predominante do nordeste, notadamente até os anos 60, embora possivelmente essa prática tenha incorporado novas roupagens, ressaltamos o artigo de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1997), *O coronelismo numa interpretação sociológica*. A autora discute esse sistema de mandonismo a partir da concepção de determinados líderes políticos locais que elegiam seus representantes políticos através de parentes e aliados. Dessa forma, podemos citar uma das passagens do artigo que nos explica uma das formas estruturais do coronelismo:

Além de uma primeira tarefa, que é determinar a estrutura coronelística de uma região, quando se decide estudá-la em seu fato político, há que verificar também se se trata de local em que o mando de um coronel ou de uma parentela é único ou rígido; ou se se trata de local em que diversas famílias disputam o poder. No primeiro caso, trata-se realmente de um poder absoluto, mas por isso mesmo que é absoluto não dá margem quase a lutas. Estas podem ser terríveis quando duas ou mais famílias pretendem reinar. (QUEIROZ, 1997, p. 158)

No romance em questão, o coronelismo é representado em um estilo realista, enquanto que as ações espaciais romanescas e atuações dos personagens ocorrem mediante dois pólos: campo e cidade. O espaço rural nordestino do sul da Bahia representado pela zona cacaueira

narrada no romance *Terras do sem fim* servirá de contexto referencial para a obra. Os representantes sociais expressos no romance atuam conjuntamente com um específico momento histórico de desenvolvimento econômico da região baiana.

A monocultura do cacau no sul da Bahia no início do século XX permitirá ao escritor explorar uma sociedade formada por latifundiários, sertanejos, jagunços, pequenos agricultores, políticos sem deixar de mencionar as personagens femininas como as esposas e filhas dos coronéis, prostitutas, donas de casa e serviçais.

Em um contexto relacionado à literatura inglesa, o crítico marxista Raymond Williams (2011) estabelece uma relação binária entre campo e cidade, em *O campo e a cidade na história e na literatura*. Assim, vemos:

O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtude simples. A cidade associou-se à ideia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação. O contraste entre campo e cidade, enquanto formas de vida fundamentais, remonta à Antiguidade clássica. (WILLIAMS, 2011, p. 11)

Na modernidade latinoamericana, campo e cidade tornam-se espaços de tensão, violência e frustrações sobre as personagens, como será visto na análise do romance. Ainda em *Terras do sem fim*, o atraso e a modernização aparecem juntos como resultantes dos processos da barbárie cacaueira, nas formas de opressão e transgressão à natureza. A confluência dessas ocorrências encontra bloqueios de avanço para uma sociedade mais democrática. A ideia de progresso produz deferentes efeitos para as personagens e, para exemplificarmos, a voz do narrador mostra a desilusão do personagem Sinhô Badaró com esse progresso: “[...] essa terra é desgraçada, é mesmo uma terra infeliz, é o fim do mundo, sem diversões e sem alegria, onde se mata gente por nada, onde hoje se é rico e amanhã se é mais pobre que Jó” (AMADO, 2002, p. 227). Chega-se à conclusão de que o território do cacau no romance é palco de lutas e que o vencedor será aquele que obtiver terras e dinheiro.

Os romances sociais que exploram a desigualdade e a miséria estão correlacionados com a transgressão ambiental. Em *Terras do sem fim* não seria diferente. Fábio Lucas (1997), no ensaio *A contribuição amadiana ao romance social brasileiro* observa tal questão:

[...] se trata de uma sociedade de pronunciada estratificação, estruturada em praticamente duas categorias – donos e servos da terra – o romancista, ao dramatizá-la, exprime o grau de injustiça necessária para que o poder do grupo dominante não seja alterado. (LUCAS, 1997, p. 113)

Na obra, verificamos que a natureza se manifesta de acordo com o esquema ação-reação provocada pela intervenção humana através de elementos fantásticos, doenças, assombrações, reações climáticas e representações astronômicas. Estes elementos nos dão uma noção de como a natureza reage nos momentos em que o homem transgredir seu espaço.

De acordo com os pressupostos levantados, apresentaremos nosso estudo sobre as relações entre as personagens femininas e o meio ambiente, na perspectiva do Ecofeminismo, uma vertente da Ecocrítica, cuja pré-dica é discutir nos espaços literários as formas de opressão, sobre os animais humanos e não humanos. A ideia não é somente analisar um romance comparando as relações entre as mulheres e a natureza, mas também visa analisar as diversas relações não só entre seres de diferentes espécies, embora semelhantes, como também, a relação homem e mulher inseridos num sistema que expressa uma ideologia patriarcal e opressora.

Para atingirmos os objetivos propostos, optamos por discutir no primeiro capítulo a produção literária de Jorge Amado e as questões ideológicas que envolvem os romances do autor baiano até *Terras do sem fim*. Discorreremos sobre a inserção da literatura amadiana no Modernismo de 30 e seu projeto estético e ideológico, característico do período literário. Basearemos a nossa pesquisa em textos fundamentais acerca do Regionalismo de 30 no Nordeste, pois, entendemos que no início do século XX, ressurgiu uma produção artística nos romances renovados pelas estruturas e linguagens ao que se refere à representação do homem e do meio ambiente.

No Regionalismo de 30, os escritores compõem romances que focalizam o local, porém, essas obras estão carregadas de temas universalistas, entre eles, a miséria humana e as condições econômico-sociais, ressaltando um Brasil aquém do projeto de um país desenvolvido, que luta para afirmar a sua identidade. Destacaremos os principais artigos sobre o romance, pois entendemos que provavelmente por suas escolhas ideológicas, Jorge Amado construiu em seus romances os conflitos sobre: questões de trabalho na cidade ou no campo, a luta de classes, as diferenças étnicas e culturais desencadeadas na sociedade baiana, entre outros, pontuando em cada obra um aspecto. Em *Terras do sem fim*, notamos que a luta pela

dominação da terra são formas de opressão não apenas contra as personagens femininas, mas também contra a natureza.

No segundo capítulo, pretende-se fazer uma explanação histórica de como a relação meio ambiente e personagens femininas estabelecem relações simbióticas. Na seção seguinte, os aportes críticos teóricos sobre o ecofeminismo tomam por base as colaborações de Maria Mies e Vandana Shiva (1993) que atuam na vertente do ecofeminismo espiritualista e Karen J. Warren (2000) em suas postulações sobre a ética do cuidado. Através desses pressupostos determinaremos nossas colaborações sobre os princípios filosóficos dessa temática que servirão de ponto de partida ou como um elemento acessório que nos ajudará a entender a relação entre mulher e meio ambiente.

No terceiro capítulo, verificaremos que as mulheres estão relacionadas no romance, através de uma hierarquia social. O relato do narrador sobre estas mulheres é determinante, entretanto, através dessa categoria narrativa são filtradas as informações sobre tais mulheres, em forma de autoimagem e de outros personagens sobre elas. Atentaremos para as mudanças significativas na vida dessas mulheres, seus destinos e aspirações, projetos e frustrações; assim como a ausência de perspectivas sociais, como uma representação da realidade.

Sendo assim, a nossa proposta de pesquisa busca, primeiramente, contribuir para os estudos literários em pesquisas sobre as obras de Jorge Amado; em seguida, realizar um estudo analítico acerca das questões que envolvem a relação entre o meio ambiente e a natureza, ou seja, um trabalho voltado para a expansão dos estudos Ecocríticos e, mais especificamente, aprofundar as discussões nas relações mulher e natureza segundo os pressupostos filosóficos do Ecofeminismo. Esperamos, assim, colaborar, portanto, para uma maior investigação dos estudos ecocríticos na literatura brasileira, através de uma releitura do romance de Jorge Amado e obras contemporâneas.

1. O LUGAR DE JORGE AMADO E O MODERNISMO DE 30

1.1 Estética e ideologia

Nossa pesquisa inicia-se a partir do período modernista, destacando o regionalismo nordestino. Tal movimento se desencadeia a partir do contexto social em que mobiliza a mentalidade nordestina e sulista como espaços regionais do país. Os representantes da literatura brasileira nessas regiões são estimulados pelos desdobramentos da Primeira Grande Guerra e a Revolução Comunista Russa, em 1917, e, logo em seguida, com a Semana da Arte Moderna, em 1922. Nesse contexto, os escritores da época adentraram os anos 30 empenhados em mostrar o interior do país através de singularidades marcantes e cruas, especialmente relacionadas aos problemas sócio-políticos. É nesse contexto dialético de retomada da identidade regional, dentro da nacional, que se dá simbolicamente uma ruptura com os moldes externos, portanto, a literatura se manifesta com obras universalmente válidas.

Para se chegar a tal posicionamento, Antonio Candido (2000) justifica que há dois momentos decisivos na literatura brasileira: o Romantismo (1836-1870) e o Modernismo (1922-1945). “Enquanto o primeiro procura superar a influência portuguesa e afirmar contra ela a peculiaridade literária do Brasil, o segundo já desconhece Portugal” (CANDIDO, 2000, p. 103). Nesse sentido, a literatura nacional recebe o movimento de renovação modernista, primeiramente, direcionado ao ataque às formas tradicionais e defesa de novas normas e técnicas de escrita e valorização dos falares brasileiro e, posteriormente, os esforços concentram-se numa literatura que esboça a valorização das narrativas do interior do país.

De acordo com Antonio Candido (2000), vemos como a literatura regionalista integra-se ao contexto nacional:

Desde o tempo da Primeira Guerra Mundial, vinha-se esboçando aqui um fermento de renovação literária, ligado ao naturalismo e ao simbolismo... Esta tendência custou por assim dizer o Modernismo, conservando uma atmosfera algo bolorenta de espiritualismo lírico... A partir de 1930, constituirá até nossos dias o contrapeso do localismo, da libertinagem intelectual, no neonaturalismo implícito no movimento modernista. (CANDIDO, 2000, p. 108)

Tradicionalmente pontuado, convém assinalar que o Modernismo brasileiro divide-se em três momentos: o primeiro inicia-se em 1900 até 1922, o segundo ocorre entre 1922 até 1945 e o terceiro momento começa a partir de 1945. A diferença básica entre os dois primeiros momentos consiste na maturação da construção de uma literatura essencialmente desvinculada dos moldes europeus. De acordo com Alfredo Bosi (1982, p. 345-346), os escritores que se inserem no período que antecede a Semana de 22 (período conhecido como Pré-Modernismo) são aqueles que apesar de pouca inovação revelavam, “antes dos modernistas, as tensões que sofria a vida nacional”. Destacam-se, nesse período, Lima Barreto, Graça Aranha, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Monteiro Lobato, entre outros. O perfil da sociedade no início do século XX mantinha-se basicamente nos mesmos moldes do século XIX, ou seja, ainda prevaleciam os costumes provenientes de uma sociedade oligárquica dos setores rurais, especialmente no Brasil; entre eles, podemos citar a obra de Euclides da Cunha, *Os sertões* (1902), que representa os grupos sociais que lideravam movimentos revolucionários contra a República.

Entre os períodos dos anos 20 e 30, percebemos alguns grupos sociais que tendiam para a valorização do regional e do local, substituindo as “primeiras rupturas” artísticas impulsionadas pela Semana de 22. Com toda essa efervescência cultural acontecendo no país, precisou-se criar um pensamento crítico sobre esse período para harmonizar as diferenças ocorridas no Modernismo. O ensaio *Estética e ideologia: o Modernismo de 30*², de João Luiz Lafetá, apresenta um estudo crítico acerca da visão dialética do movimento e a tentativa de harmonização entre os anos 20 e 30.

João Luiz Lafetá (2004) parte do princípio de que há dois problemas fundamentais no estudo da história literária, quando se trata de desvendar o alcance e os exatos limites circunscritos por qualquer movimento de renovação estética. São eles: I. É preciso verificar em que medida os meios tradicionais de expressão são afetados pelo poder transformador da nova linguagem proposta, isto é, até que ponto esta linguagem é nova; II. Determinar quais as relações que o movimento mantém com os outros aspectos da vida cultural, de que maneira a renovação dos meios expressivos se insere no contexto mais amplo de sua época.

A partir dessas premissas, o crítico conclui que o movimento inovador situa-se, em primeiro lugar, dentro da série literária e, a seguir, na sua relação com as outras séries da totalidade social; sendo de cabimento o projeto estético ligado às modificações operadas na linguagem e, enquanto projeto ideológico, atado ao pensamento vigente.

² Texto originalmente publicado pela Revista Argumento, Ano 1, nº 2, novembro de 1973.

O crítico mineiro percebeu que na década de 20 prevalecia um projeto estético e na década de 30, o desenvolvimento de um projeto ideológico. Ainda de acordo com Lafetá (2004), as características estéticas e ideológicas do Modernismo nas duas primeiras décadas são:

O “anarquismo” dos anos 20 descobre o país, desmascara a idealização mantida pela literatura representativa das oligarquias e das estruturas tradicionais, instaura uma nova visão e uma nova linguagem, muito diferentes do “ufanismo”, mas ainda otimistas e pitorescas, pintando [...] estados de ânimo vitais e eufóricos; o humorismo é a grande arma desse Modernismo e o aspecto carnavalesco jovem e confiante, são sua meta e seu princípio. A “politização” dos anos 1930 descobre ângulos diferentes: preocupa-se diretamente com os problemas sociais e produz os ensaios históricos e sociológicos, o romance de denúncia, a poesia militante e de combate. Não se trata mais, nesse instante, de “ajustar” o quadro cultural do país a uma realidade mais moderna; trata-se de reformar ou revolucionar essa realidade, de modificá-la profundamente, para além (ou para além...) da proposição burguesa. (LAFETÁ, 2004, p. 65)

Como pode depreender-se, a citação sugere que a literatura regionalista era um projeto intelectual comprometido com as novas bases de uma sociedade moderna através de uma politização exclusivista nos moldes de uma burguesia liberal simpatizante com as ideias proveniente da Revolução de 1917, como é o caso específico de Jorge Amado.

Lafetá (2004) denominou a primeira fase Modernista como “a fase heroica”. Essa concepção é resultante de algumas indagações das condições sociais e políticas que resultou da convergência de ordem estética e de ordem ideológica. É importante destacar que durante toda a década de 20, o país estava sob o regime decadente da República Velha que, com seus desdobramentos, culminou com a Revolução de 30 e também com as reminiscências da Primeira Guerra Mundial. Com o governo em decadência e desestabilizado, instaurou-se entre a sociedade, principalmente nos meios artísticos, a ânsia de mudança.

Esse percurso é essencial no estudo da estética e ideologia nos anos 30 para entendermos o lugar em que a ficção de Jorge Amado encontra-se inserida. Partindo de um dado biográfico, verifica-se que antes mesmo de ingressar literariamente como escritor, em 1929, Amado ingressa na “Academia dos Rebeldes”, grupo literário disposto a fazer “uma arte moderna sem ser modernista”. Segundo o próprio escritor, tal grupo tinha como uma de suas finalidades difundir uma arte que ressaltasse o teor social e realista nos romances. Dessa forma, as manifestações do grupo expandiram-se ao ponto de influenciar o Movimento de 30.

A partir de 1931, aos 19 anos, com a publicação de *O país do Carnaval*, temos seus primeiros indícios de um cidadão militante de esquerda, até 1943, com a publicação de *Terras do sem fim*, do qual compreende o objeto desse estudo e corresponde ao final da primeira fase do Modernismo.

A partir dessas considerações sobre o contexto histórico da década de 30 e a renovação literária pela qual o país passava, poderemos fundamentar as discussões do presente capítulo. Ressaltamos que a compreensão da inserção da literatura amadiana no Modernismo de 30 insere-nos numa literatura cuja mentalidade está consciente de sua própria identidade. Sendo assim, tentaremos traçar um perfil da prosa literária dos anos 30, mais conhecida como Regionalismo, de acordo com o perfil literário das obras de Jorge Amado. Em seguida, discutiremos a pertinência da obra *Terras do sem fim* (1943); traremos à tona leituras críticas sobre a referida obra desde que foi publicado até os dias atuais. Por tratar-se de vasta extensão da crítica literária, a qual não caberia nas discussões desse trabalho, julgamos a seleção pertinente de alguns ensaios, resenhas, capítulos de livros e apenas um livro sobre o romance.

1.2 Jorge Amado, a Política, o Romance e a Crítica

1.2.1 Diversas fases

O anseio de produções que retratassem o Brasil direcionou-se pela vertente regionalista, voltado para a prosa de ficção liderada por um grupo de escritores do Nordeste. Em 1926, no Recife, Gilberto Freyre publica o *Manifesto Regionalista*, portanto, a literatura brasileira ganha um espaço para as representações ficcionais denominadas de prosa neo-realistas, porque registram uma visão crítica das relações sociais.

O texto inovador de Gilberto Freyre (1976) tinha como objetivo fixar e disseminar o espírito criador daqueles que procuravam discutir sobre a temática local. A repercussão do movimento expandiu-se por toda a região Nordeste, e, gradativamente, pelas demais regiões do país. Dessa forma, prolifera-se uma série de escritores, inclusive Jorge Amado, e demais disseminadores do chamado movimento regionalista.

Sobre o propósito do referido movimento, destaca-se o seguinte excerto do *Manifesto Regionalista*, de Gilberto Freyre:

Seu fim não é desenvolver a mística de que, no Brasil, só o Nordeste tenha valor, só os sequilhos feitos por mãos pernambucanas ou paraibanas de sinhás sejam gostosos, só as rendas e redes feitas por cearense ou alagoano tenham graça, só os problemas da região da cana ou da área das secas ou da do algodão apresentem importância. Os animadores desta nova espécie de regionalismo desejam ver se desenvolverem no País outros regionalismos que se juntem ao do Nordeste, dando ao movimento o sentido organicamente brasileiro e, até, americano, quando não mais amplo, que ele deve ser. (FREYRE, 1976, p. 54)

De acordo com Gilberto Freyre (1976), o regionalismo particularizaria as diferentes identidades culturais do Brasil. Seguindo por essa perspectiva, podemos organizar um direcionamento formal de um movimento que se funde em revolução e tradição. Sobre o primeiro aspecto, Alfredo Bosi (1982) destaca:

Houve, sobretudo, uma ruptura com certa psicologia convencional que mascarava a relação do ficcionista com o mundo e com o seu próprio eu. O Modernismo e, num plano histórico mais geral, os abalos que sofreu a vida brasileira em torno de 1930 (a crise cafeeira, a Revolução, o acelerado declínio do Nordeste, as fendas nas estruturas locais) condicionaram novos estilos ficcionais marcados pela rudeza, pela captação direta dos fatos, enfim por uma retomada do naturalismo, bastante funcional no plano da narração-documento que então prevaleceria. (BOSI, 1982, p. 438)

Cada escritor deveria priorizar em sua criação literária aspectos específicos dessas microsociedades. No caso de Jorge Amado, o Brasil é representado através da cultura baiana que recupera e traz à tona a mistura de etnias, miscigenação e o sincretismo religioso em suas obras. No discurso de posse que fez quando entrou para a Academia Brasileira de Letras, em 1961, Jorge Amado deixa transparecer sua observação direta acerca do seu fazer literário:

Quanto a mim, busquei o caminho nada cômodo de compromisso com os pobres e oprimidos, com os que nada têm e lutam por um lugar ao sol, com os que não participam dos bens do mundo, e quis ser, na medida das minhas

forças, voz de suas ânsias, dores e esperanças. Refletindo o despertar de sua consciência, desejei levar seu clamor a todos os ouvidos, amassar em seu barro o humanismo de seus livros, criar sobre eles e para eles. (AMADO, 1972, p. 13)

Percebemos que esse novo estilo de escrever literatura, principalmente a literatura amadiana, resultará na denominada ficção regionalista representada pelas marcas de renovação estética e um abraqueiramento da língua portuguesa. Após a comoção revoltosa dos anos 20, Afrânio Coutinho (2001) ressalta que a geração nordestina dos 30 tinha como meta “tirar os efeitos do desmonte e aplicar as formas estéticas obtidas com a revolução em tentativas de novas sínteses” (COUTINHO, 2001, p. 278). Ainda sobre o aspecto da tradição na literatura regionalista apontada por Freyre, o pesquisador expõe que as sociedades representadas na literatura regional tendem a enfatizar as “maneiras peculiares... estabelecida naquela região e que a fizeram distinta de qualquer outra” (COUTINHO, 2001, p. 202). O objetivo desses representantes é

apresentar o espírito humano, nos seus diversos aspectos, em correlação com o seu ambiente imediato, em retratar o homem, a linguagem, a paisagem e as riquezas culturais de uma região particular, consideradas em relação às reações do indivíduo herdeiro de certas peculiaridades de raça e tradição. (COUTINHO, 2001, pp. 202-203)

Portanto, o *Manifesto Regionalista*, de Gilberto Freyre servirá de motivação na prosa de José Américo de Almeida, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, Jorge Amado e outros escritores. As orientações estabelecidas no manifesto demonstram a preocupação com a realidade local de se tornar politizada, pois os escritores direcionavam suas narrativas para uma visão predominantemente social. Conforme assinala Gilberto Freyre (1976):

Daí ser perigoso falar-se precipitadamente um novo “sistema” quando o caminho indicado pelo bom senso para a reorganização nacional parece ser o de dar-se, antes de tudo, atenção ao corpo do Brasil, vítima, desde que é nação, das estrangeirices que lhe têm sido impostas, sem nenhum respeito pelas peculiaridades e desigualdades da sua configuração física e social; e

com uma outra pena de índio ou um outro papo de tucano a disfarçar o exotismo norte-europeu do traje. (FREYRE, 1976, p. 55)

A prosa desenvolvida no decênio de 30 contará com escritores que tendem a abordar em suas obras o Brasil que está mais próximo a eles, tratando as peculiaridades de sua região. O mais importante ponto fecundo dessa prosa direciona-se para o Nordeste com enfoque econômico-social e nos desdobramentos políticos causados pela Revolução de 30³, com a intenção de criticar as oligarquias ruralistas caducas e estabelecer um novo regime político, e, em alguns aspectos, fortemente ditatorial, voltado para a industrialização do país. Paralelo ao governo de Getúlio Vargas (1930-1945), grupos políticos surgem com tendências de esquerda (o Partido Comunista) que entrarão em constantes choques com o governo vigente.

As disputas ideológicas desse grupo reuniram escritores com o intuito de mostrarem as relações que o homem e o meio ambiente. Em artigo intitulado *Tendências regionalistas no Modernismo*, Bernardo Élis (1975) nos dá uma clara resposta sobre as intenções desses escritores:

Nessa fase, o enfoque principal dos escritores, foi sobre a miséria humana resultante de condições econômico-sociais que aviltam o corpo e o espírito, revelando ao resto do país aspectos de uma realidade nacional que este mesmo desconhecia. (ÉLIS, 1975, p. 89)

³ Em esforço deste fato vale citar o seguinte fragmento do artigo *A militância política na obra de Jorge Amado*, de Luiz Gustavo Freitas Rossi, no qual situa o momento histórico com a sua produção, dizia:

Jorge Amado surgiu na cena intelectual num momento particularmente tumultuado da sociedade brasileira, que experimentava os primeiros efeitos das transformações desencadeadas pela **Revolução de 30** e pela ascensão de Getúlio Vargas à presidência. Uma ascensão que, ao desalojar setores tradicionais dos postos de comando da nação, enfrentou períodos de instabilidade e crises de legitimidade, favorecendo a fermentação de toda sorte de organizações políticas dispostas a ocupar, contestar ou mesmo tomar o novo Estado que se montava.

Em face desse ambiente tenso da política brasileira, foi significativo o aparecimento de organizações como a Ação Integralista Brasileira (aib), em 1932, e mais tarde a Aliança Nacional Libertadora (anl), em 1935. Ambas deram feição à crescente radicalização das posições ideológicas da época: especialmente aquelas associadas ao fascismo e ao comunismo. Os integralistas, de um lado, encarnando as doutrinas nazifascistas de Hitler e Mussolini chegadas da Europa, e os aliancistas de outro, aglutinando diferentes grupos e organizações de esquerda (notadamente o Partido Comunista), numa oposição não apenas ao avanço da aib, mas também à guinada autoritária que o governo Vargas começava a adotar. Com um envolvimento direto nas disputas ideológicas que grassavam pelo campo político, a geração de intelectuais que iniciaram suas carreiras nos anos 1930 se mostrou sensivelmente mobilizada em torno do desafio de compreender o que eram a sociedade e a cultura brasileiras: suas instituições, seu Estado, a formação de seu povo e sua composição étnica e cultural, sua identidade nacional. Enfim, temas voltados para a elaboração de *retratos* e *diagnósticos* da realidade brasileira, capazes de explicitar as razões de nosso atraso como nação e ao mesmo tempo indicar rumos para o ingresso do Brasil numa nova era de progresso e modernidade. De modo compreensível, data daquele momento a produção de alguns dos ensaios históricos e sociológicos seminais de nosso pensamento social, através dos quais se forjou uma postura analítica renovada sobre o nosso passado. Aqui vale lembrar a trinca de ensaios, hoje considerada clássica: *Casa-grande & senzala* (1933), de Gilberto Freyre; *Evolução política do Brasil* (1933), de Caio Prado Júnior, e *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda.

Ainda em consonância com Bernardo Élis (1975), destacamos que o movimento regionalista nordestino documentou em sua prosa os vários ciclos (cana-de-açúcar e cacau), narrando tanto as histórias rurais quanto as urbanas, explorando, portanto, figuras que representam o cangaço, a prostituição, a vida moderna, as lutas de fronteiras, escravidão nas fazendas, a posse da terra, o caxixe, entre outros.

A produção literária de Jorge Amado condiz com esta fase de maturação da literatura, dentro da produção literária regionalista. Portanto, cabe aqui inserirmos a literatura de Jorge Amado, explorando em várias obras o que podemos classificar como o ciclo do cacau. Entre outras temáticas exploradas, a que obteve mais profundidade e consolidação apontava retratos sociais que compunham uma nação em progresso, representando expressivamente a realidade social, inseridos no ciclo do cacau em sua travessia literária. O engajamento social e político pertencente a essas obras condizem com a fase de maturação e disseminação da literatura regionalista.

1.2.2 Especificidades do Regionalismo na obra de Jorge Amado

O engajamento social e político pertencente às obras que tematizam o ciclo do cacau, intensamente abordado em Jorge Amado, condizem com a fase de maturação e disseminação da literatura regionalista. O autor é considerado um dos principais representantes dessa literatura, cujas obras, conhecidas também como romances da terra, romances como *Cacau* (1933), *Terras do sem fim* (1943), *São Jorge dos Ilhéus* (1944), em sua primeira fase, e, logo mais adiante, o escritor retoma a mesma temática em *Gabriela, cravo e canela* (1959) e *Tocaia Grande* (1982). Todos refletem a realidade da região nordestina, com o domínio do físico sobre a consciência.

Apesar de ser considerada como uma literatura “menor” por parte da crítica canônica, a literatura regionalista é responsável pelo surgimento de muitos autores que se destacaram na exploração de diversos contextos sociais, focados geograficamente no Nordeste e Sul brasileiro. Ao fazer isso, no entanto, os representantes desse movimento situavam sua produção fictícia relacionando contextos existenciais. Graciliano Ramos, Rachel de Queirós, Érico Veríssimo e Jorge Amado são alguns dos principais nomes que caminharam por esse

viés. Contudo, a noção de região vai muito além de espaço físico, geográfico. Durval Muniz Albuquerque (1999) esclarece que:

A noção de região, antes de remeter à geografia, remete a uma noção fiscal, administrativa, militar, (vem de *regere*, comandar). [...]. Historicamente, as regiões podem ser pensadas como a emergência de diferenças internas à nação, no tocante ao exercício do poder, como recortes espaciais que surgem dos enfrentamentos que se dão entre os diferentes grupos sociais, no interior da nação. (ALBUQUERQUE, 1999, p. 25)

É importante compreender esse movimento regionalista para que possamos assentar a produção de Jorge Amado dentro do contexto literário. O objetivo principal do Regionalismo, portanto, era situar o povo dentro da sua cultura regional. Tendo em vista a extensa publicação sobre o escritor baiano, não é cabível nesta pesquisa dar conta da sua dimensão literária e estética, tampouco esgotar a fortuna crítica de toda a sua obra. Faz-se necessária uma breve discussão sobre as fases dos romances amadianos, conforme suas tendências políticas, uma vez que nem tudo que Jorge Amado escreveu pode ser considerado de cunho regionalista.

Os críticos Antonio Candido e José Aderaldo Castello em *Presença da literatura brasileira*, publicado em 1964, advertem que a obra de Jorge Amado é caracterizada “pelo impulso, sendo cheia de altos e de baixos que revelam descuido de fatura, tanto na composição quanto no acabamento, prejudicando muitas vezes o efeito de sua capacidade fabuladora” (CANDIDO & CASTELLO, 1997, p. 321). Apesar dessas afirmações negativas a respeito das obras de Jorge Amado, os críticos ressaltaram que a importância do escritor baiano está em seus primeiros romances, pois “descrevem a miséria e a opressão do trabalhador rural e das classes populares” (CANDIDO & CASTELLO, 1997, p. 321).

Em 1970, Alfredo Bosi reúne sistematicamente em *A história concisa da literatura brasileira* dados sobre as tendências da literatura nacional. O crítico lança importantes posicionamentos relevantes sobre a obra do escritor. Bosi (1982) salienta que Jorge Amado oferece ao leitor “glutão”, “pieguice e volúpia em vez de paixão, estereótipos em vez de trato orgânico dos conflitos sociais, pitoresco em vez de captação estética do meio, tipos ‘folclóricos’ em vez de pessoas, descuido formal a pretexto de oralidade” (BOSI, 1982, 459). O crítico literário pontua, ainda, a obra do autor em cinco fases:

- a) Um primeiro momento de águas-fortes da vida baiana, rural e citadina (*Cacau, Suor*) que lhe deram a fórmula do “romance proletário”;
- b) Depoimentos líricos, isto é, sentimentais espalhados em torno de rixas e amores marinheiros (*Jubiabá, Mar morto, Capitães da areia*);
- c) Um grupo de escritos de pregação partidária (*O Cavaleiro da esperança, O mundo da paz*);
- d) Alguns grandes afrescos da região do cacau, certamente suas invenções mais felizes, que animam de tom épico as lutas entre coronéis e exportadores. (*Terras do sem fim, São Jorge dos Ilhéus*);
- e) Mais recentemente, crônicas amaneiradas de costumes provincianos (*Gabriela, cravo e canela, Dona Flor e seus dois maridos*). Nessa linha, formam uma obra à parte, menos pelo espírito que pela reflexão acadêmica do estilo, as novelas reunidas em *Os velhos marinheiros*. Na última fase abandonam-se os esquemas de literatura ideológica que nortearam os romances de 30 e 40; e tudo se dissolve no pitoresco, no “saboroso”, no apimentado regional. (BOSI, 1982, p. 459)

Para Massaud Moisés, em a *História da literatura brasileira*, publicado em 1983, a obra de Jorge Amado está dividida em três fases: a primeira corresponde às obras iniciais - *O país do carnaval* (1931) até *São Jorge dos Ilhéus* (1944); a segunda, com *Seara vermelha* (1946) e os *Subterrâneos da liberdade* (1954); e a terceira inicia-se com *Gabriela, cravo e canela* (1958). Massaud Moisés destaca que apesar dessas classificações todas possuem “um nexo de continuidade que as enlacen num todo orgânico” (1989, p. 201), mas cada uma apresenta “uma nota predominante, uma temática central ou uma inflexão constante”.

Será na recente tese de Eduardo de Assis Duarte (1996), *Jorge Amado: romance em tempo de utopia*, que veremos uma reviravolta em um posicionamento mais favorável da crítica romanesca do escritor. No prefácio, Paulo Bezerra faz as seguintes considerações sobre a pesquisa de Duarte. A primeira intervenção refere-se ao reducionismo crítico sobre a obra do escritor e reduzi-lo ao “argumento de que a obra do romancista baiano seria de baixa qualidade estética, o que tornaria desmerecida de integrar o Olímpio das obras pesquisáveis” (DUARTE, 1996, p. 11). Para Paulo Bezerra, destaca-se a consolidação dos méritos das obras de Jorge Amado a partir de um estudo “munido de um arcabouço teórico” (DUARTE, 1996, p. 11) que lhe permite tal intervenção. Através dos desdobramentos imediatos dos anos heroicos do modernismo, da ênfase no universo ideológico e cultural, no conjunto de perspectivas e concepções partidárias, nas tendências da política internacional e situação da novelística social da época, são fatores destacados no trabalho de Duarte, que se condicionam com a estrutura romanesca de suas obras.

Assis Duarte (1996) explica ainda que na obra de Jorge Amado destacam-se os desdobramentos no aspecto ideológico e revolucionário; no campo literário, a linguagem do povo em semelhança, como a representação na narrativa. Por outro lado, impunha-se em renovar profundamente a linguagem literária para que esta integrasse a meta revolucionária a que se propunha o romance. É de se levar em consideração que as dificuldades na análise da obra de Jorge Amado fundamentam-se mais no projeto político e isso não significa que havia deficiências literárias nas obras do autor.

As primeiras obras de Jorge Amado já manifestam a sua tendência ideológica, como em: *O país do carnaval* (1931), *Cacau* (1933) e *Suor* (1934). Esses romances dialogam com seu tempo e se inserem na grande corrente de literatura social, em vigor no período. Duarte (1996) expõe que “os romances desta fase exemplificam o embricamento cada vez maior entre projeto literário e projeto político e resultam do clima de excitação revolucionária existente em diversos países” (DUARTE, 1996, p. 18).

A exemplo dessa excitação revolucionária, Alfredo Bosi (1982) afirma que a literatura de Jorge Amado é explicitamente influenciada pela nova literatura proletária russa, o mesmo acontecendo com a escritora Rachel de Queiroz⁴ em seus primeiros romances: *O Quinze* (1930) e *João Miguel* (1932). Jorge Amado toma como desafio a incumbência de registrar em suas obras o perfil sociológico do povo nordestino na decadência das oligarquias, pela ênfase sobre a ideia de uma sociedade proletária caracterizada pela luta de classes.

A partir da Semana de Arte Moderna de 1922 abriu-se um espaço para a representação regional das regiões esquecidas pelo cânone como fonte principal para a fundação da identidade brasileira. Sobre o regionalismo, Durval Muniz Albuquerque (1999) explicita a questão nos seguintes termos:

O regionalismo anterior ao modernismo, preso a uma visão naturalista da arte, voltava-se à descrição pormenorizada dos diferentes meios e tipos regionais. O Brasil era apenas uma coleção de paisagens sem síntese ou estrutura imagético discursiva que desse unidade. O modernismo vai tomar os elementos regionais como signos a serem arquivados para poder posteriormente, rearrumá-los numa nova imagem, em um novo texto para o país. (ALBUQUERQUE, 1999, p. 68)

⁴ “O Modernismo encontrava então, na Bahia, os primeiros ecos e as primeiras oposições: J. Amado ligou-se à efêmera “Academia dos Rebeldes”, grupo de que faziam parte o poeta Sosígenes Costa e o futuro historiador e folclorista Édson Carneiro. Indo para o Rio em 30 para fazer Direito, aí conhece alguns escritores jovens (Otávio de Faria, Santiago Dantas, Augusto Frederico Schmidt) que o animam a publicar *O País do Carnaval* (1931). Em 32, em parte por influência de Raquel de Queiroz, aproxima-se da militância esquerdista: lê novelas da nova literatura proletária russa e do realismo bruto norte-americano (Michael Gold, Steinbeck).” (BOSI, 1982, p. 457)

É mister, ainda, considerar que a valorização das particularidades regionais do país projetava o futuro da nação. Antonio Candido (2000) afirma que aquele era o momento de “consciência amena do atraso” relacionada à noção de “país novo” que se preparava para a transformação⁵. Do ponto de vista da crítica tradicional, as figuras abordadas na literatura regionalista eram associadas a uma face pitoresca de determinada região, salientando-se aspectos folclóricos, que não contribuía significativamente para a formação da nação.

No que se refere à identidade da nação, Durval Muniz Albuquerque (1999) salienta:

Emerge o narrador oligárquico, provinciano, que se especializa em escrever a partir da história de suas províncias e das parentelas dominantes. Esta vinculação dos intelectuais brasileiros a interesses locais é que, em grande medida, torna a segmentação regionalista um dos aspectos determinantes da produção artístico-cultural do país. (ALBUQUERQUE, 1999, p. 52).

Entretanto, o papel do narrador é ambíguo; ao mesmo tempo em que ressalta essas vozes oligárquicas, ele também a critica, como poderá se observar na análise do romance. A partir daí, a literatura regionalista passou a ser marcada pela autonomia no que se referia ao conteúdo das obras. O caráter revolucionário das obras de Jorge Amado apresenta um tom de inconformismo com o ostracismo do homem nordestino, em relação às demais regiões brasileiras. A causa social passa a ser representada nas suas obras, desembocando numa ação combativa e libertadora.

Desse modo, a obra de Jorge Amado deve ser entendida como uma tentativa de representação de um projeto ideológico assumido pelo escritor, da perspectiva do povo, detalhando as vertentes ideológicas da época que contribuíram para fortalecerem a ficção. Assim, a obra de Jorge Amado assumia o papel de representar as lutas do povo nordestino sofrido e espoliado em seu trabalho:

⁵ Antonio Candido refere-se a esse termo para defini-lo como um “traço básico da literatura regionalista produzida na fase da consciência amena do atraso, associado ao exotismo e ao pitoresco, consiste na representação superficial e harmonizante das relações humanas e sociais em grupos marcados pelo atraso, pela miséria e pela incultura” (CANDIDO, 2000, p)

No caso específico de Jorge Amado, modernismo, tenentismo e comunismo funcionarão como referenciais muito precisos numa trajetória em que política e literatura vão caminhar lado a lado. A revolução estética de 22 propicia ao autor régua e compasso expressivos, abrindo-lhe a perspectiva da linguagem desabusada, império da oralidade, além de lhe mostrar o caminho dos estratos recalçados de nossa formação cultural. (DUARTE, 1996, p. 20)

Surgem, então, os romances “engajados”, os quais, para usar uma expressão advinda de Antonio Candido, contribuem para despertar a consciência do atraso, através do romance “proletário” que surgem das classes oprimidas com o propósito revolucionário de despertar no leitor a consciência da opressão sofrida pelo povo em busca desejo de justiça e liberdade.

1.2.3 O proletário e a literatura regionalista

Dentro desse panorama político em torno da obra de Jorge Amado, podemos assinalar que dentro da literatura regionalista do Nordeste surge também uma literatura chamada romance proletariado. O trabalho feito por Alfredo Wagner Berno de Almeida, em *Jorge Amado: política e literatura*, publicada em 1979, tecem louváveis considerações acerca da pesquisa sobre sua produção literária, o qual discorrerá sobre a definição do romance proletário. A pertinência dessa discussão recai nas obras sobre a história da literatura brasileira, no qual poucos críticos classificam determinadas obras como romance proletariado ao tratarem dos escritores que autodefinem seus romances como tal classificação.

Na concepção de Alfredo Wagner Berno de Almeida (1979), os romances *Cacau* (1933), *Suor* (1934) e *Jubiabá* (1935) integram plenamente o rol do romance proletário:

Deve-se ressaltar que nem toda a produção literária que versava sobre o ‘proletariado’ recebia a classificação de *romance proletário*. A correspondência existente entre o tema e o gênero literário não faz deste último, o *romance proletário*, a expressão literária dominante no campo intelectual. (ALMEIDA, 1979, p. 109)

Almeida salienta que a visível sociedade proletária crescente no país ganha condições privilegiadas por serem temas da produção literária. No entanto, para fazer parte do grupo de romancistas do proletário, fazia-se necessário estar vinculado ao partido político de esquerda.

À autonomização relativa do campo intelectual correspondeu o assentamento de uma conduta entre os produtores que se converteu em “regra” para eles: uma vinculação aberta, amplamente explicitada, movimentos e organizações políticas. (ALMEIDA, 1979, p. 109)

Todavia, tal argumento não impediu que outros escritores não efetivamente vinculados à causa partidária se apropriassem do tema. O autor chama a atenção para essa tendência que se pode “acusar uma significativa dispersão dos conceitos que gravitam em torno do tema” (ALMEIDA, 1979, p. 109). Ao analisar os aspectos do romance proletariado nas obras de Jorge Amado, Alfredo Almeida (1979) chama a atenção para a autodefinição de Jorge Amado sobre o tema, esclarecendo “que o romance proletário proposto por ele não é uma literatura exclusiva para proletários ou não é uma literatura para ser lida somente por eles” (ALMEIDA, 1979, p. 113).

Ao escrever *Cacau*, Jorge Amado “demonstra uma intenção [...] de assumir uma posição frente aos dilemas políticos de seu tempo” (Duarte, 1996, p. 29). A publicação do romance, em 1933, consagra o nascimento do *romance proletário*:

Ao colocar o homem que trabalha como protagonista ou narrador, tal romance se volta para o avesso das relações de exploração e subverte a noção idealizada existente desde os primórdios do gênero [...] O oprimido ascende a herói e conta sua experiência como forma de extrair do fato narrado um *saber* transmissível a outrem. (DUARTE, 1996, p. 30)

Pela primeira vez, o cenário cacauero é explorado na literatura e começa a fazer parte de outras obras de nosso repertório nacional. Em nota introdutória do romance, o escritor baiano chama a atenção para a seguinte declaração: “Tentei contar neste livro, com um mínimo de literatura para um máximo de honestidade, a vida dos trabalhadores das fazendas de cacau do sul da Bahia. Será um romance proletário?”. Logo se vê que o conceito de proletário inaugurava um novo tempo, como efeito decorrente da recente industrialização

que o país experimentava. Em 1933, Murilo Mendes⁶ publica uma breve nota sobre o romance:

Naturalmente o escritor que não encontrar motivos de inspiração na vida já em decomposição, da sociedade burguesa, terá que observar a vida dos proletários, e, se quiser ser um escritor revolucionário, terá que se integrar no espírito proletário, do contrário fará simples reportagem. (MENDES, 1961, p. 72)

A publicação de *Cacau* representa a inserção para o movimento político de esquerda no qual Jorge Amado estava inserido. Esse procedimento é visto na presença do “herói de formação pequeno-burguesa que é proletarizado e assimila os valores e desafios da nova classe, ao mesmo tempo em que é fruto da nova opção política de seu autor” (DUARTE, 1996, p. 47). O romance se traduz como porta-voz de uma sociedade trabalhadora nos campos, através do olhar do narrador protagonista José Cordeiro, o Sergipano. Cordeiro, saindo de sua terra natal, São Cristóvão, aportou na Bahia para trabalhar nos cacauais de Ilhéus, lugar mais próspero das redondezas. E, antes mesmo de iniciar o trabalho, os amigos recentes apresentam-lhe algumas particularidades de um personagem “alugado” pelo coronel Manuel Misael de Sousa Teles, o Mané Fragelo, dono da Fazenda Fraternidade:

O 98 virou para mim:
 _ Está você alugado do Coronel.
 Estranhei o termo:
 _ A gente aluga máquina, burro, tudo, mas gente, não.
 _ Pois nessas terras do Sul, gente também se aluga.
 O termo me humilhava. Alugado... Eu estava reduzido a muito menos que homem...⁷

O presente trecho demonstra a organização do espaço social nas primeiras décadas de um capitalismo transplantado em seus modos quase feudais estruturados no romance. A intenção do narrador busca anunciar a relação entre o homem e a coisa ou a transformação do

⁶ Murilo Mendes publica o artigo “Cacau” e faz uma breve resenha crítica sobre o romance amadiano, em 1933. In: MARTINS, José de Barros (Org.). **Jorge Amado, 30 anos de literatura**. São Paulo, Martins, 1961. P. 71-72.

⁷ AMADO, Jorge. **Cacau**. Rio de Janeiro: Record, 1980. p. 31. Nas próximas citações sobre este livro a referência virá entre parênteses após o trecho citado.

ser humano em coisa. Essa relação é conhecida nos tempos da escravidão, que, aliás, é sempre recorrente através de seus personagens mais despossuídos que trabalham nas fazendas.

Posteriormente, o termo *alugado* explicita a condição subalterna na qual se encontram submetidos homens e animais respectivamente. Nesse primeiro momento o homem animaliza-se através da exploração da mão de obra, sob condições precárias, no qual a linguagem denunciava a sua condição sub-humana numa comparação em que “mais animais que homens, tínhamos um vocabulário reduzidíssimo onde os palavrões imperavam” (p. 48). Por todo o romance vemos a exposição do personagem José Cordeiro em relatar suas vivências como trabalhador no campo. Vejamos como ele explica o objetivo do romance:

Esse discurso me deu a ideia de reunir algumas cartas de trabalhadores e rameiras para publicar um dia. Depois, já no Rio de Janeiro, relendo essas cartas, pensei em escrever um livro. Assim nasceu *Cacau*. Não é um livro bonito, de fraseado, sem repetição de palavras. É verdade que eu hoje sou operário, tipógrafo, leio muito, aprendi alguma coisa. Mas, assim mesmo, o meu vocabulário continua reduzido e os meus camaradas de servido também me chamam Sergipano, apesar de eu me chamar José Cordeiro. (p. 123-124)

Como se observa, a perda do nome é também a perda dos referenciais identitários específicos, José Cordeiro é chamado de alugado e sergipano. Mesmo sendo letrado, diante da exploração do trabalho, todos são nivelados.

Antes mesmo de findar a leitura do romance, pode-se desvendar e responder à questão inicial colocada por Jorge Amado no verbete introdutório do romance. *Cacau* é um romance caracterizado pelo discurso militante em prol dos trabalhadores e a favor da manutenção da consciência de classe. Nesse sentido, a constante militância política sugerida no romance sofrerá alterações após a prisão do escritor, em 1936, por ter sido acusado de participar da chamada “Intentona Comunista”, no ano anterior. Até então, Jorge Amado já tinha publicado *Suor* (1934), *Jubiabá* (1935) e, o recém-publicado, *Mar morto* (1936).

A despeito dos desdobramentos políticos, após a segunda prisão em 1937, Jorge Amado vê-se impossibilitado de seguir adiante com seus ideais políticos; mesmo assim, o escritor baiano utiliza-se de suas obras para a difusão do seu pensamento sobre a sociedade. Apesar de tudo, o romance proletário não desapareceu. Alfredo Wagner Berno de Almeida (1979) ressalta que “o que seria um final do capítulo, não está invalidada a retomada do fio da meada” (ALMEIDA, 1979, 120). Com essa justificativa, Jorge Amado dispõe para seus

leitores uma ideologia que não se finda, por exemplo, com o romance *Cacau*. Alfredo de Almeida (1979) defende o posicionamento de que os personagens de Jorge Amado não são indivíduos isolados em suas lutas sociais, faz-se “prevalecer na narrativa o personagem ‘coletivo’” (ALMEIDA, 1979, p. 120).

Além das prisões, no mesmo ano, 1937, o escritor publica *Capitães da areia*. Ao voltar de uma viagem ao exterior (América Latina e Estados Unidos), Jorge Amado recebe a notícia do golpe de Vargas. A instituição do Estado Novo resulta na sua prisão e queima de livros, considerados subversivos. O jornal *Estado da Bahia*, em 1937, destaca:

Incinerados vários livros considerados propagandistas do Credo Vermelho: Aos 19 dias do mês de Novembro do ano de 1937, em frente à Escola de Aprendizes Marinheiros, nesta cidade de Salvador e em presença dos senhores membros da comissão de busca e apreensões de livros, nomeada por ofício número seis, da então Comissão Executiva do Estado de Guerra, composta dos senhores [...], foram incinerados por determinação verbal do Sr. [...], comandante da Sexta Região Militar, os livros apreendidos e julgados como simpatizantes do credo comunista, a saber: 808 exemplares de *Capitães da Areia*, [...] 223 exemplares de *Mar morto*, 89 exemplares de *Cacau*, 93 exemplares de *Suor*, 267 exemplares de *Jubiabá*, 214 exemplares de *País do carnaval* [...]
(Reportagem publicada no Estado da Bahia, p. 3, em 17 de dezembro de 1937.)

A cidade de Salvador volta a ser o palco de conflitos no romance *Capitães da areia*, cujo foco centrado no universo das crianças e adolescentes, mostra a vida nas ruas e a delinquência a que são submetidas. O romance *Capitães da areia* também trata das opressões sofridas pelos trabalhadores e dos movimentos grevistas, vistos como atos de busca por melhores condições de trabalho. Novamente a obra assume um caráter denunciativo, no qual a revolta do proletariado atinge o seu ápice quando da tomada do poder e a inauguração de uma utópica comunidade.

Vejamos abaixo um fragmento da repercussão crítica acerca do romance *Capitães da areia*, em nota publicada em 1937, por Antônio Olinto:

Tanto em “Jubiabá” e “Mar Morto” como agora em “Capitães da Areia”, o espaço é Salvador, Bahia. O tempo é depois da Grande Guerra 1914-18, com as modificações havidas em todo o mundo no modo de considerar as coisas. Num “close-up”, o espaço é o trapiche abandonado (...) No final, o plano de

Jorge Amado encontra uma solução para a revolta de Pedro Bala, transformando-o em revolucionário, na certeza de que “a revolução é uma pátria e uma família”. Consegue o romancista unir, aí, com exatidão, os dois planos o poético e o reformista. (OLINTO, 1961, p. 149-150)

Podemos depreender que a sincronia entre poesia e dramaticidade na narrativa do romance *Capitães da areia* consistirá, segundo Almeida (1979), no “esforço de fixar uma periodização representa uma resposta a uma demanda do autor, que se mostra obstinado em afastar qualquer suspeita de transformação que paire em sua obra” (ALMEIDA, 1979, p. 143). Mesmo focando a narrativa sobre as condições de vida dos meninos que habitam o cais de Salvador, somente no final do romance que Pedro Bala demonstra seu lado revolucionário. O desenlace dos fatos ocorre rapidamente, Pedro Bala entra para uma organização política e segue adiante com seus novos amigos militantes.

Terras do Sem Fim, publicado em 1943, após seis anos de censura, está inserido no contexto histórico do desbravamento das terras do sul da Bahia para o plantio do cacau no início do século XX, é vista como “a melhor terra do mundo para o plantio do cacau, aquela terra adubada com sangue”⁸, sentencia o romance. A obra é composta por um cenário quase feudal, em que duas famílias oligárquicas disputam a posse da mata do Sequeiro Grande, em prol da monocultura do cacau. A primeira parte do romance – “A Terra Adubada com Sangue” –, ocorre o apogeu dos grandes senhores de terras e suas conquistas e a posse violenta da mata. A nau que inicia o romance não apenas transporta os passageiros para as terras do sem fim, como também é o elemento metaforicamente caracterizado como as embarcações dos primeiros colonizadores, em direção ao paraíso mítico europeu renascentista⁹. No início do romance, deparamo-nos com um grupo de pessoas embarcando no navio, saindo da capital baiana em direção a Ilhéus. Vê-se que em todas as alas da embarcação são relatadas as lendas que cercam as terras do sem fim: “O vento soprou mais forte e trouxe para a noite da Bahia fragmentos das conversas de bordo, palavras que foram pronunciadas em tom mais forte: terras, dinheiro, cacau e morte” (p. 06). Os passageiros que

⁸ AMADO, Jorge. **Terras do Sem Fim**. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 305. Nas próximas citações sobre este livro a referência virá entre parênteses após o trecho citado.

⁹ Esse sentido lendário de terra-mãe que tudo dá, de terra de ninguém onde os pobres conhecem a riqueza e a fartura, evoca o mito paradisíaco construído pela fantasia dos primeiros viajantes e colonizadores. Por outro lado, liga-se também ao velho *topos* da busca do tesouro, atualizado no romance pelo solo do Sequeiro Grande, “a melhor terra do mundo para o plantio do cacau” (DUARTE, 1996, p. 124). O crítico observa este aspecto na obra de Jorge Amado, portanto estaca-se aqui a obra de Sérgio Buarque de Holanda na sua tese **Visão do Paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil, que aborda o tema acerca da busca do Jardim do Éden pelos europeus, mito que outrora era localizado na África e foi transplantado para o continente Americano, mais precisamente na América do Sul pelos Portugueses e Espanhóis no século XVI.

embarcaram na nau tinham o mesmo propósito que os antigos colonizadores: buscavam terras prósperas e riquezas imensuráveis. Todavia, tinham como diferenças as classes sociais, enquanto que, no mesmo ambiente, havia os representantes das classes abastadas, prontos para direcionar para si os lucros obtidos nos latifúndios de cacau, como também a classe trabalhadora que ficava à espera de oportunidades de trabalho e de viver em condições semifeudais para os donos da terra. O fragmento a seguir chama a atenção para os quatro substantivos: terras, dinheiro, cacau e morte. Esses quatro elementos invadem os primeiros diálogos do romance que reforçam a ideia do lugar mítico.

[...] Os homens e mulheres espalhados no tombadilho conversam sobre as esperanças dessas terras do Sul.

_ Eu me boto para Tabocas... –diz um homem que já não é muito moço, de barba rala e cabelo encrespado. – Diz-que é um lugar de futuro.

_ Mas diz-que também que é uma brabeza. Que é um tal de matar gente que Deus me perdoe... – falou um pequenininho de voz rouca.

_ Já ouvi contar essa conversa... Mas não acredito nem um tiquinho. Se fala muito no mundo...

_ Será o que Deus quiser... – agora era uma voz de uma mulher que trazia a cabeça coberta com um xale.

_ Eu vou é para Ferradas... – anunciou um jovem. – Tenho um irmão por lá, tá bem. Tá com o coronel Horácio, um homem de dinheiro. Vou ficar com ele. Já tem lugar para mim trabalhar. Depois volto pra buscar a Zilda...

_ Tua noiva? – perguntou a mulher.

_ Minha mulher, tá com uma filhinha de dois anos, outro no bucho. Uma lindeza de menina.

_ Tu não volta é nunca... – falou um velho envolto numa capa. – Tu não volta é nunca, que Ferradas é o cu do mundo. Tu sabe mesmo o que é que tu vai ser nas roças do coronel Horácio? Tu vai ser trabalhador ou tu vai ser jagunço? Homem que não mata não tem valia pro coronel. Tu não volta é nunca... – e o velho cuspiu com raiva.

(p. 12-13)

O excerto acima elenca os dois principais grupos sociais norteadores do romance: a classe trabalhadora e os donos das terras. A imagem que nos é apresentada no início do romance estabelece um panorama sobre o universo misterioso que rodeia as terras do sem fim. À medida que o navio avança para o Sul da Bahia, percebemos que tanto os personagens quanto o espaço ganham relevância expressiva quando colocadas frente ao meio ambiente.

Assim, vemos a construção de um panorama social nitidamente marcado pela divisão das classes. Desde a ocupação do navio, temos grupos sociais posicionados em seus devidos lugares. Utilizando-se como exemplo o trecho do diálogo selecionado, conferimos que os

personagens representam a classe trabalhadora. Eles são os trabalhadores do campo, que serão cotados como jagunços, lúmpens. Outros são os caixeiros-viajantes. Por outro lado, na sociedade há outros ainda mais marginalizados como as prostitutas e jogadores. Entre esses dois grupos, o grupo de mulheres é tido como os mais marginalizados segmentos da sociedade. Os representantes do alto poder, como os coronéis, políticos e advogados, também ocupam um lugar do navio específico para eles. Este mosaico de personagens dilui-se em todo o romance e, num processo de reformulação, unem-se novamente munidos de outras características que conduzirá a batalha desenfreada pela posse da terra do Sequeiro Grande.

A abordagem da tese instituída por Lafetá (2004) sobre o projeto estético e ideológico ganhará voga em *Terras do sem fim* quando focalizamos as personagens femininas. Segundo Antonio Candido, em *A personagem de ficção* (2011), devemos estar atentos para as seguintes categorias do romance: enredo, personagem e tempo, pois esses três elementos representam as ideias que identificam o romance. Candido (2011, p. 64) afirma num de seus posicionamentos sobre a personagem de ficção que uma das funções capitais da ficção é “nos dar um conhecimento mais completo, mais coerente do que o conhecimento decepcionante e fragmentário que temos dos seres”. Infere-se daí, que não é possível ter a visão completa do outro real. Na vida real, afora o contexto do romance, temos apenas uma visão parcial de nossos semelhantes. No romance, os seres são criados e conseguimos observar suas características através de uma conversa, um ato, uma sequência de atos, uma afirmação, uma informação ou através do foco narrativo. O leitor recebe uma visão fragmentada do ser; apenas após uma investigação e análise é que vemos a possibilidade de identificar os dados que caracterizam e singularizam cada personagem.

Cada personagem relaciona-se com o seu meio de maneira peculiar e a nossa proposta é investigar esse trato, seja qual for o tipo de relação estabelecida, descentralizando o homem, e partindo de uma perspectiva ecocêntrica no texto literário. Os questionamentos aqui se prestam a estabelecer contrastes entre as personagens femininas, sua maneira de se relacionar com a natureza, analisando expectativas, transformações culturais e necessidades.

1.3 A crítica em *Terras do sem fim*

Com o propósito de se fazer uma explanação das publicações críticas em *Terras do sem fim*, propomo-nos a distribuir essa discussão por meio da perspectiva cronológica. Dessa

maneira, apresentaremos as contribuições dispensadas para o romance amadiano que julgamos fundamentais para o entendimento da nossa pesquisa.

Terras do sem fim é um romance que gerou certas divergências. Roger Bastide¹⁰ resenha acerca do livro em *O Jornal* em 1944 e destaca o romance poético, justificando os seus argumentos na manutenção das relações dos romances de Jorge Amado com as tendências naturalistas em Zola. E esclarece: “o naturalismo se transformou profundamente para dar nascimento a um tipo de romance que eu chamaria romance poético” (BASTIDE, 1961, p. 193)¹¹. O sociólogo francês salienta ainda que existam duas ou três passagens em *Terras do sem fim* que apresentam técnicas de versificação. Ele pressupõe que Jorge Amado parte do princípio da tradição com o objetivo de refundir e transpor para o romance e fazer, desses elementos, poesia. Ao dizer que “o concreto se transforma nos seus livros em imagem mística” (p. 194), aponta que tais imagens são constituídas pelos reflexos da grande lua vermelha sobre o mar, além disso, destaca-se também no paralelismo entre os clãs, a família Badaró e Horário da Silveira, e entre a mata e o mar, caracterizando esses dois últimos como clãs da natureza.

No que concerne ao romance poético, Roger Bastide afirma que “não toma os processos, mas apenas a matéria poética para pô-la no romance” (p. 196). Finaliza, esclarecendo que “*Terras do sem fim* que é a poesia propriamente dita que dá grandeza épica ao romance, mas Jorge Amado quer permanecer o homem da sua terra e a sua poesia é um prolongamento da poesia popular” (p. 196).

Gilberto Freyre¹² no artigo publicado em 1944 versa sobre a obra *Terras do sem fim* nO *Jornal*, relaciona o escritor Jorge Amado, com o respectivo livro, e José Lins do Rego, com *Fogo morto*, publicados em 1943, assim corrobora que “são ambos, nestes dois últimos livros, cronistas, memorialistas, quase historiadores sociais disfarçados em romancistas” (FREYRE, 1961, p. 188)¹³. Freyre opta por não classificar o gênero dos romances, mas preocupa-se em revelar a dimensão histórica contida na obra e acredita que o termo “híbrido” seja mais adequado, pois ambos resultam de uma criação “de letras fortes e não apenas belas; e são também crônicas, memórias, história social, folclore” (p. 187). Ainda sobre *Terras do*

¹⁰ MENDES, Murilo. Jorge Amado e o romance poético. In: MARTINS, José de Barros (Org.). **Jorge Amado, 30 anos de literatura**. São Paulo, Martins, 1961. p. 193-196.

¹¹ Nas próximas citações sobre esse texto a referência virá entre parênteses após o trecho citado.

¹² FREYRE, Gilberto. Dois livros. In: MARTINS, José de Barros (Org.). **Jorge Amado, 30 anos de literatura**. São Paulo, Martins, 1961. p. 187-189.

¹³ Na próxima citação sobre esse texto a referência virá entre parênteses após o trecho citado.

sem fim, Freyre destaca que “Jorge Amado nos põe em contato com um grande drama brasileiro, americano, humano e não apenas baiano: o da conquista de terras” (p. 189).

Oswald de Andrade¹⁴ em 1945 publica sobre o romance amadiano. Andrade acrescenta que uma “atmosfera de comício e de epopeia atravessa da primeira à última página, essas *Terras do sem fim...*” (ANDRADE, 1961, p. 165)¹⁵, além disso, Andrade dispensa às personagens do romance a característica de “figuras homéricas”, pois estão carregadas de valores míticos representativos e simples. Ainda se referindo aos clássicos: “*Terras do sem fim* transcende do romance, é obra de rapsodo e canto de bardo” (p. 166). Por fim, Andrade nomeia Jorge Amado como um legítimo Castro Alves.

No que concerne ao gênero do romance, Antonio Candido¹⁶ posiciona *Terras do sem fim* como um romance que vagueia entre a linha do documento e da poesia, e o resultado dessa relação dialética constitui um romance histórico: “Documento e poesia se fundem harmoniosamente através do romance histórico” (CANDIDO, 1945, p. 172)¹⁷.

Candido utiliza as obras anteriores de Jorge Amado para compor uma teia que relaciona as suas obras: “nascem uns dos outros, germinam de sementes lançadas anteriormente” (p. 172). O crítico ressalta a construção de um arcabouço até chegar em *Terras do sem fim*. Toma-se como orientação que as crianças apresentadas em *Jubiabá* (1935) serão os jovens dos *Capitães da areia* (1937), que moram no mesmo cais de *Mar Morto* (1936). Por fim, “*Terras do sem Fim* começa por um episódio marítimo. O mar é o preâmbulo do drama do cacau”. (p. 173).

O crítico apresenta o documento e a poesia como elementos constitutivos em *Terras do sem fim*, por carregar certo número de preocupações e de temas. As informações dispostas no romance constroem as características voltadas para o documento, enquanto que sob o aspecto poético, faz-se do domínio no documento para um conteúdo “exposto e vivificado; em que adquire realce e ganha força sugestiva” (p. 173). Ratifica mais adiante: “Neste grande romance histórico que é *Terras do sem fim*, o Sr. Jorge Amado venceu a etapa da impaciência e apurou as suas qualidades de escritor, combinando a sua dupla tendência para o documento e a poesia” (p. 176). Dessa forma, a classificação do romance *Terras do sem fim*, reafirma-se como romance histórico, e não, romance proletário, como havia sido ventilado anteriormente.

¹⁴ ANDRADE, Oswald de. Fraternidade de Jorge Amado. In: MARTINS, José de Barros (Org.). **Jorge Amado, 30 anos de literatura**. São Paulo, Martins, 1961. p. 165-167.

¹⁵ Na próxima citação sobre esse texto a referência virá entre parênteses após o trecho citado.

¹⁶ CANDIDO, Antonio. Poesia, documento e história. In: MARTINS, José de Barros (Org.). **Jorge Amado, 30 anos de literatura**. São Paulo, Martins, 1961. p. 168-179.

¹⁷ Nas próximas citações sobre esse texto a referência virá entre parênteses após o trecho citado.

A carga histórica contida na obra estende-se para campos muito além das reivindicações de classe. Sintetizando os elementos documento, poesia e história, Antonio Candido afirma:

Através do documento, o autor percebera a espoliação de uma classe; através da poesia, sentira o seu valor e o seu significado; através da história, que reúne espoliados e espoliadores numa relação de perspectiva, alargou a todos os homens a sua simpatia artística. (p. 177)

Ainda em 1945, a escritora alemã Anna Seghers¹⁸ escreve uma resenha sobre *Terras do sem fim*. Anna Seghers vale-se da teoria lukásiana de que “narrar” não é “descrever”. Este posicionamento é justificado ao analisar que os personagens em *Terras do sem fim* são caracterizados com um mínimo de descrição e o máximo de ação. A escritora explica que a técnica de entrelaçamento dos personagens de Jorge Amado equipara-o a um Balzac brasileiro:

Amado dá forma (mas sem descrever) à profundidade e à extensão da vida na mata virgem. Esta vida, tão fantástica e tão complicada como a própria floresta, é obrigada, por Amado, à ação, da mesma maneira como a mata é obrigada por Horácio e pelos Badarós a produzir cacau. Já no prólogo, Amado recolhe os fios da ação, relacionando-os com os passageiros de um navio. Não são estas personagens principais que procuram alcançar a costa, de onde parte a descoberta do interior; ao contrário, são geralmente figuras secundárias que, ao som da música romântica, aparecem ao luar. Como todos os viajantes, elas sonham com o passado que deixaram para trás [...] (SEGHERS, 1945, p. 191)¹⁹

Seghers ressalta ainda que, apesar da ênfase nas ações “tudo ali convida à descrição”... “Amado dá forma (mas sem descrever) à profundidade e à extensão da vida na mata virgem” (p. 191). A crítica alemã também destaca o papel embutido do leitor, de sensações diferentes. Em comparação às outras obras, a opulência da mata virgem, a situação de uma sociedade dividida serão elementos de apreensão na leitura. Finaliza, ao dizer que Jorge Amado tem consciência dos transtornos sociais, no entanto, a sociedade não chegou a este ponto de maturação. Esses dois contrapontos relacionam-se, segundo Seghers, a partir da visão do escritor sobre seus leitores.

¹⁸ SEGHERS, Anna. Um Balzac brasileiro fala da floresta virgem. In: MARTINS, José de Barros (Org.). **Jorge Amado, 30 anos de literatura**. São Paulo, Martins, 1961. p. 190-192.

¹⁹ Na próxima citação sobre esse texto a referência virá entre parênteses após o trecho citado.

O leitor será captado pela ação tão rapidamente, que esquecerá completamente o quanto ele poderá apreender do conteúdo e da forma do livro. A opulência da terra virgem, a situação de uma sociedade que naquele momento estava dividida, tudo isso ajuda o escritor a atingir uma conformação semelhante à dos grandes romancistas da burguesia européia. (p. 192)

Em 1976, temos a publicação da tese de Lígia Militz da Costa, *O condicionamento telúrico e ideológico do desejo em Terras do Sem Fim de Jorge Amado*. Numa abordagem estruturalista, a autora nos convida a fazermos uma releitura das obras de Jorge Amado, posto de lado pela crítica, como um, dentre outros “autores brasileiros, muito e mal lidos” (COSTA, 1976, p. 11)²⁰. Sua tese acerca de *Terras do sem fim* defende que “da leitura sintagmática e horizontal partimos para o estabelecimento dos grandes paradigmas subjacentes à estória da obra e indicadores de sua estrutura binária: o desejo econômico e o desejo erótico” (p. 13). Portanto, a autora insere-se no esforço de analisar que *Terras do sem fim* está além dos elementos chaves: terra, dinheiro, cacau e morte. Para a autora “não bastava localizar as metáforas do desejo (terras, cacau, mulher) era preciso mostrar a *economia do desejo* e a *metáfora do desejo econômico*” (p. 11), dessa forma, a autora empenhou-se em referir-se à mulher intrinsecamente ligada aos fatores econômicos, liberdade e trabalho relacionados ao sentimento amoroso.

Em 1979, Alfredo Wagner Berno de Almeida, já citado anteriormente neste trabalho, publica *Jorge Amado: política e literatura*. O autor faz uma análise da trajetória intelectual e produtiva de Jorge Amado, partindo da relação entre as posições que o escritor ocupa na estrutura do campo intelectual. Alfredo Wagner Berno de Almeida constrói um panorama da vida e obra do autor, seguindo uma perspectiva cronológica de sua produção, conduzindo-nos a registrar as transformações literárias ocorridas no seu percurso.

No capítulo dedicado ao livro *Terras do sem fim*, o crítico fixou-se no exame da crítica dispensada a esta obra. Vejamos seu posicionamento acerca da função da crítica em relação à produção literária:

²⁰ Na próxima citação sobre esse texto a referência virá entre parênteses após o trecho citado.

A operação crítica acolhe assim uma publicação, por intermédio da observância de cânones difundidos por instancias que legislam no âmbito da via cultural, e com isto classifica-a quer seja consagrando-a ou relegando-a a uma posição de menor importância. Os instrumentos de classificação podem, entretanto, variar no tempo e sofrerem mudanças na avaliação dos trabalhos mais recentes de um autor já posicionado. (ALMEIDA, 1979, p. 163)²¹

Almeida explica que determinado projeto literário atende a atitudes classificatórias. No caso da produção de Jorge Amado, *Terras do sem fim* se classificaria na afirmação de um “ápice na sucessão de seus trabalhos, centrada em torno de um único livro” (p. 164). A partir dos registros dos especialistas da crítica literária, Almeida chegou à conclusão que *Terras do sem fim* consagra-se ao status de *obra-prima*.

Desde *País do carnaval* (1931) até *Terras do sem fim* (1943), Jorge Amado alcança, na perspectiva da crítica, um caminhar efetivo para o seu amadurecimento. O reconhecimento como *obra-prima* alcança voga no seu “amadurecimento” artístico e aparece, pois, interligado ao “enfraquecimento doutrinário”.

Almeida destaca que *Terras do sem fim* não apenas repercutiu diversas apreciações da crítica, como também o mercado editorial, segundo fontes pesquisadas.

A tiragem inicial de *Terras do sem fim* foi de dez mil exemplares. A que imediatamente a sucedeu perfaz 20 mil [...] Fato que abriu os circuitos do mercado literário para o relançamento da produção anterior. A “obra prima” assim, a despeito de romper com o *romance proletário*, projeta sua possível recuperação através das novas edições. Afinal, há pelo menos oito anos, mais precisamente desde fins de 1935, estavam silenciadas ou encerradas em “ousadas” bibliotecas as realizações que marcaram o *romance proletário*. E é à sombra da aceitação plena da obra-prima que a Livraria Martins Editora começa a reeditar os livros anteriores de Amado [...] Os reeditados saem com edições de 15 mil exemplares (p. 170).

Apesar do visível sucesso no mercado editorial, Almeida adverte que a referida *obra-prima* não deve ser equiparada aos *best-sellers* e afirma que “seu sentido está dirigido para o reconhecido aperfeiçoamento de técnicas literárias, que o público indiferenciado não necessita obrigatoriamente de confirmar” (p. 171).

²¹ Nas próximas citações sobre esse texto a referência virá entre parênteses após o trecho citado.

Assim, a despeito dos registros críticos, Almeida finaliza sua discussão ao propor uma redefinição de suas bases literárias de Jorge Amado. Podemos observar que tal enfraquecimento político ocorreu decorrente da agressiva opressão sofrida através do Estado, em 1935 e “esmagou as possibilidades políticas” (p. 174). Nesse sentido, Amado já não é mais classificado como um autor militante, “propagandista mecânico”. No entanto, seus ideais não são desvinculados, apenas os posiciona como arte “interessada”, “intencional” (p. 174).

Em 1996, o pesquisador Eduardo de Assis Duarte, já referido neste capítulo, publica *Jorge Amado: romance em tempo de utopia*. Utilizando-se de uma perspectiva do romance romanesco e processo social, o pesquisador analisará Jorge Amado em sua primeira fase, que vai de *O país do carnaval* (1931) a *Subterrâneos da liberdade* (1954). No capítulo destinado à análise do romance *Terras do sem fim*, seu foco discutirá a formação da sociedade cacauzeira do Sul da Bahia; o ruralismo, ou feudalismo romanesco, vigentes naquele cenário, caminhariam para a decadência.

Percebemos que a preocupação dos estudos sobre o romance *Terras do sem fim*, no século XX direciona-se para o campo da análise sociológica de estudiosos propondo observações sobre as sociedades na região do sul da Bahia. Em 2001, o livro *Tensões do tempo: a saga do cacau na ficção de Jorge Amado*, de Antonio Pereira Sousa, debruça sua pesquisa na investigação de ambiente e relações sociais que retratam o período do auge do cacau não apenas na referida obra como também em *São Jorge dos Ilhéus*, de 1944. O autor aproxima os fatos históricos com o texto literário e fundamenta sua pesquisa em analisar a formação da sociedade grapiúna através dos textos literários com valores documentais.

Em apresentação do livro de João Batista Cardoso, *Literatura do cacau: ficção, ideologia e realidade em Adonias Filho, Euclides Neto, James Amado e Jorge Amado*, publicado em 2006, posiciona a ficção do cacau sob o viés de investigar através das vertentes ideológicas, no caso em específico, a obra *Terras do sem fim*, de Jorge Amado, observam-se as intenções políticas interligadas ao contexto global da realidade social, que para o pesquisador, permite um maior enriquecimento quando fatos da cena histórica são adicionados à ficção.

Até aqui se falou sobre algumas escolhas sobre a fortuna crítica do romance *Terras do sem fim*, como uma obra que atraiu vários olhares da crítica e dos pesquisadores para o estudo que não se esgota a sua discussão. A referida obra chama a atenção para as questões das relações sociais, sejam elas na condição dos dominantes ou dos dominados.

Acerca do romance *Terras do Sem fim*, a obra amadiana remete a um período que Antonio Candido (2000), no ensaio *A Revolução de 30 e a cultura*, publicado em 1980,

chamou de “um eixo e um catalisador: um eixo em torno do qual girou de certo modo a cultura brasileira, catalisando elementos dispersos para dispô-los numa configuração nova” (CANDIDO, 2000). Dessa maneira, Candido direciona seus argumentos sobre a literatura produzida no nordeste através de uma arte que “deriva também do fato de todo o país ter tomado consciência de uma parte vital, o Nordeste, representado na sua realidade viva pela literatura” (CANDIDO, 2000). Certamente, é dessa maneira que o país se viu munido de obras que representavam várias partes do Brasil que, por fim, unificavam-se na tentativa de tecer um conjunto sobre as relações do povo e sua nação.

Nesse ínterim, a representação da mulher no romance que relata uma época fortemente marcada por uma cultura patriarcal realiza um contraponto entre as relações de uma sociedade vigente do coronelismo sobre as mulheres, a natureza, e de uma forma geral, sobre a sociedade. Instaura-se, a partir de então, a construção de um perfil feminino submisso às exaltações masculinas. A mulher da elite destinava-se ao confinamento e reserva na residência para garantia de boa educação dos filhos, enquanto que em outras estratificações sociais inferiores cabia à mulher o trabalho doméstico ou na lavoura e, por vezes, o meretrício.

2. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES IDEOLÓGICAS ENTRE HOMEM E MEIO AMBIENTE

Uma das formas através das quais o ser humano representou sua relação com a natureza foi introduzida pelos mitos e rituais. Essa relação era expressa por elementos externos, cujas forças antagônicas assumiam proporções inimagináveis da mentalidade do homem primitivo através de mensagens e imagens. Essas mensagens eram vistas como superiores a ele. Pelo seu modo de vida, o homem primitivo era considerado um “*homo religious*”, uma vez que ele também vivia numa rotina de ritos, pois era mais propenso para as suas manifestações sagradas diárias. Toda a sua realidade era orientada por uma divindade que o motivava, ou o condenava, definindo toda a condição do ser humano através do chamado pensamento mítico. De acordo com Danilo Marcondes:

O pensamento mítico consiste em uma forma pela qual um povo explica aspectos essenciais da realidade em que vive: a origem do mundo, o funcionamento da natureza e dos processos naturais e as origens deste povo, bem como seus valores básicos. (MARCONDES, 2004, p. 20)

Como sugere a citação, a natureza e seus mistérios sempre estiveram presentes no imaginário humano, posteriormente relacionando-a a uma visão mítico-religiosa. Assim, pode-se considerar a relação homem e natureza como parte de um processo simbiótico. Esse pensamento cultural, denominado mítico-religioso, aos poucos deixou de ser a visão de mundo sacralizada do homem antigo e foi gradativamente adentrando para um processo de dessacralização, ou seja, quando o indivíduo questiona as verdades existentes no mito, inicia-se então o uso da razão, constituindo-se, portanto, o pensamento filosófico-científico.

Danilo Marcondes (2001) explica que o indivíduo integrado numa sociedade filosófico-científica não aceitava mais o mito como explicação da realidade. Com esta mudança de pensamento, o mito perde a sua importância de seu poder simbólico e configura-se num elemento cultural. Assim, no decorrer dos séculos, o afastamento entre o homem e a natureza tende a aumentar e, por conseguinte, vemos a humanidade afastando-se de suas origens que o ligam à natureza e estreitando suas relações com uma sociedade preocupada com as atividades político-sociais. Esse processo de alienação é detectado também por Fritjof

Capra, que não só aponta o problema, como também considera o fato profundamente nefasto para a vida humana, como pode ser expresso na seguinte citação: “Gradualmente, à medida que esse mundo interior se tornava cada vez mais diversificado e complexo começamos a perder contato com a natureza e a nos transformar em personalidades cada vez mais fragmentadas” (CAPRA, 1997, p 215).

Assim, continuamos no decorrer dessas considerações sobre a gênese da separação das relações entre o homem e seu meio natural, dando lugar a um posicionamento cientificista, devemos pontuar que um desses marcos histórico advém da ideologia cristã na perspectiva medieval. Destacam-se as ideias de Santo Agostinho e, posteriormente, a de Tomás de Aquino. O tripé estático e hierarquizado que regia a sociedade medieval era constituído da nobreza feudal, do camponês e do clero. E com o poder descentralizado dos senhores feudais, também integrantes da nobreza, coube nesse período a igreja fundamentar e consolidar sua ideologia nas concepções aristotélicas, formando-se uma religião com princípios teocêntricos e com dogmas para a explicação fundamental do mundo, orientando-se pelo livro de Gênesis.

Ainda de acordo com Marcondes (2001), a racionalidade instituída por Aristóteles é utilizada em *Suma teológica*, esta obra “foi importante no sentido de mostrar a compatibilidade entre o aristotelismo e o pensamento cristão” (MARCONDES, 2001, p. 127). Um dos argumentos que podemos tomar como exemplo o modo como está empregada esta compatibilidade vê-se nas *cinco vias da prova da existência de Deus*, no qual Tomás de Aquino analisa e posiciona racionalmente seus argumentos para provar a existência de Deus.

Seguindo tal concepção, em suma, foi criado o pressuposto de que Deus criou o universo para servir o homem, e este em seu lugar na Terra via o universo moverem ao seu redor. Dessa forma, a natureza passou a ser vista como um organismo vivo, porém a serviço do homem. Nas palavras de Carolyn Merchant:

A imagem da Terra como organismo vivo e mãe nutriente serviu como restrição cultural, limitando as ações dos seres humanos. Não se mata facilmente uma mãe, perfurando suas entranhas em busca de ouro ou mutilando seu corpo [...] Enquanto a terra fosse considerada viva e sensível, seria uma violação do comportamento ético humano levar a efeito atos destrutivos contra ela. (*Apud* Capra, 1982, p. 56)

A visão de Carolyn Merchant contraria a perspectiva da razão medieval, pois se afasta da concepção da terra como organismo vivo e uma fonte inesgotável. Especificando os aspectos da produção feudal, Lynn White Jr. (1996), no ensaio *The Historical Roots of Our Ecology Crisis*²², é orientado para focarmos nossa preocupação no modo de produção feudalista que regia na Idade Média que era, principalmente, agrária e sustentável, ou seja, a sua produção não visava lucros, plantavam o suficiente para o próprio consumo. White Jr. explica que houve o aperfeiçoamento de algumas técnicas agrárias, como por exemplo, no arado com a utilização de “uma faca vertical para cortar a linha do sulco, uma parte horizontal para fatiar sob o gramado e uma lâmina para entregá-lo²³” (WHITE, 1996, p. 8) [tradução nossa]. Entretanto, somando-se esses aspectos de avanços tecnológicos aliados à economia e à crescente dominação da igreja católica orientando a sociedade, de acordo com sua ordem (clero, nobreza, camponeses) e estabelecendo as relações sociais, obteremos uma sociedade dominada pela igreja, como detentora do cenário espiritual, que influenciava o pensamento do homem medieval, encontrando respaldo nas fontes bíblicas que justificava o domínio do homem sobre a terra.

Lynn White Jr. argumenta que a crise ambiental está fundamentada na importância das crenças e valores que se originam da ciência e tecnologia. A sua crítica fundamenta-se na religião judaico-cristã para uma arrogância antropocêntrica e atitude dominante em relação à natureza.

A vitória do cristianismo sobre o paganismo foi a maior revolução psíquica na história de nossa cultura. Tornou-se moda hoje para dizer que, para melhor ou pior, vivemos na era pós-cristã. Certamente, as formas de nosso pensamento e linguagem em grande parte deixou de ser cristão, mas aos meus olhos a substância muitas vezes permanece incrivelmente semelhante à do passado. Nossos hábitos diários de ação, por exemplo, são dominados por uma fé implícita no progresso perpétuo que era desconhecido quer para antiguidade greco-romana ou para o Oriente. É enraizada, e é indefensável para além de, a teleologia judaico-cristã. O fato de que os comunistas compartilhá-lo apenas ajuda a mostrar o que pode ser demonstrado em muitos outros motivos: de que o marxismo, como o islamismo, é uma heresia judaico-cristã. Continuamos hoje a viver, como temos por cerca de 1700 anos, em grande parte, em um contexto de axiomas cristãos²⁴. (WHITE, 1996, p. 9). [Tradução nossa]

²² In.: GLOTFELTY, Cheryll; FROMM, Harold (eds.). **The ecocriticism reader: landmarks in literary ecology**. Athens/London: The Univ. of Georgia Press, 1996. p. 3-14.

²³ Fragmento original: a vertical knife to cut the line of the furrow, a horizontal share to slice under the sod, and a moldboard to turn it over.

²⁴ Fragmento original: The victory of Christianity over paganism was the greatest psychic revolution in the history of our culture. It has become fashionable today to say that, for better or worse, we live in the "post-

Chega-se à conclusão de que “continuaremos a ter um agravamento da crise ecológica, enquanto não rejeitarmos o axioma cristão de que a natureza não tem outra razão de ser salvo exceto para servir ao homem²⁵” (WHITE, 1996, p. 14) [tradução nossa]. Este argumento marca a transição do pensamento medieval para o pensamento moderno pautado no crescente modelo econômico capitalista. A nova percepção da natureza também estará direcionada a esta sociedade em ascensão que utilizará a natureza para seus próprios fins, a partir da consolidação de uma economia voltada para as produções energéticas de fontes não renováveis. A relação com a natureza estrutura-se gradativamente como um objeto a ser usufruído pelo homem, para obtenção de seus lucros. É conveniente pontuarmos uma ruptura com a concepção filosófica medieval, com a adesão de um pensamento que valoriza o interesse do individualismo. Segundo Marcondes (2004), destacam-se duas características básicas do período moderno: “a **ideia de progresso**, que faz com que o novo seja considerado melhor ou mais avançado do que o antigo; e a **valorização do indivíduo**, ou da subjetividade, como lugar da certeza e da verdade, e origem dos valores” (MARCONDES, 2004, p. 140).

Greg Garrard (2006) enfatiza que uma demonstração do pensamento moderno sobre as questões ambientais está no novo conceito do vocábulo “poluição” definida por Francis Bacon (1605), em *Da proficiência e do progresso do saber divino e humano*, no excerto: “O Sol [...] passa pelas poluições e mantém a si mesmo puro como antes” (GARRARD, 2006, p. 20-21); a poluição descrita aqui se materializa numa concepção concreta e não mais numa concepção moral (“poluição” deriva do latim *polluere*, significando “corromper”, portanto, denotava a contaminação moral de uma pessoa). Logo, Garrard (2006) explica que este determinado vocábulo significa em nossos dias que a “mudança crucial de significado e o próprio nascimento de uma nova maneira de ver e de pensar” (GARRARD, 2006, p. 21).

A historiadora ecofeminista Carolyn Merchant, em seu livro *The Death of Nature* (A morte da natureza)²⁶, publicado em 1980, atribui à retórica de Francis Bacon o caráter fundamentalista do pensamento do homem moderno que se apropria da natureza para atender

Christian age." Certainly the forms of our thinking and language have largely ceased to be Christian, but to my eye the substance often remains amazingly akin to that of the past. Our daily habits of action, for example, are dominated by an implicit faith in perpetual progress which was unknown either to Greco-Roman antiquity or to the Orient. It is rooted in, and is indefensible apart from, Judeo-Christian theology. The fact that Communists share it merely helps to show what can be demonstrated on many other grounds: that Marxism, like Islam, is a Judeo-Christian heresy. We continue today to live, as we have lived for about 1700 years, very largely in a context of Christian axioms.

²⁵ Fragmento original: we shall continue to have a worsening ecologic crisis until we reject the Christian axiom that nature has no reason for existence save to serve man.

²⁶ As apreciações atribuídas ao livro *The Death of Nature* estão em: MERCHANT, Carolyn. **The Scientific Revolution and The Death of Nature**. Isis, 2006, 97, p. 513-533. Disponível em: <http://nature.berkeley.edu/departments/espm/env-hist/articles/84.pdf>. Acesso em 10/04/2013.

as novas demandas sócio-econômico-políticas. Merchant considera o papel desempenhado pela natureza semelhante à condição feminina sujeita à dominação, tais apropriações podem ser vistas como uma representante do sexo feminino, por exemplo, como mãe, virgem ou bruxa, e a crítica de Bacon permite a dominação e controle do meio natural por meio de invenções mecânicas.

É importante destacarmos que durante a Idade Moderna desenvolveram-se as condições necessárias para o capitalismo industrial, tais como: o humanismo renascentista, a Reforma Protestante e a revolução industrial e científica. Esses fatores históricos contribuíram para a expansão ultramarina, o desenvolvimento do capitalismo mercantilista e consolidação de Estados nacionais. Esta fase inicial da Modernidade, séculos XVI e XVII, é constituída de fatores que perpassarão até a contemporaneidade. Danilo Marcondes (2001) afirma que “esses ideais de mudança, ruptura, progresso e inovação, e até mesmo de revolução, surgem e se desenvolvem no início do período que [...] convencionalmente conhecemos como ‘moderno’” (MARCONDES, 2001, p. 139).

A perspectiva medieval ainda era baseada na razão e fé, relacionando-se com a natureza organicamente. A partir da revolução científica instituída na Modernidade Européia, esse paradigma foi diminuindo gradativamente, sendo substituída pela noção da natureza como se fosse uma máquina. Um dos mais importantes pensadores que primeiro semeou a noção mecanicista da natureza foi Descartes (1596-1650), ao implantar em seus experimentos “leis mecânicas, tudo no mundo material podia ser explicado em função da organização e do movimento de suas partes” (CAPRA, 1982, p. 56). Contemporâneos, Descartes e Bacon compartilhavam de alguns pontos de vista na concepção do método mecanicista nas relações entre homem e natureza. “A partir de Bacon, o objetivo da ciência passou a ser aquele conhecimento que pode ser usado para dominar e controlar a natureza e, hoje, ciência e tecnologia buscam, sobretudo, fins profundamente antiecológicos” (CAPRA, 1982, p. 51).

A partir de uma visão lógica desenvolvida com a revolução tecnocientífica e, em seguida, com a revolução industrial, adentramos no século XX totalmente integrados ao sistema econômico capitalista e à institucionalização dos blocos imperialistas que ditarão direções a serem tomadas deste ponto em diante.

Na segunda metade do século XX, o termo Ecocrítica foi pronunciado pela primeira vez como instrumento metodológico por William Rueckert no ensaio *Literature and Ecology: An Experiment in Ecocriticism*, em 1978. No entanto, como já explicitamos as manifestações voltadas para o meio ambiente são reproduzidas em épocas anteriores. Sobre o referido ensaio podemos destacar o seguinte fragmento: “Eu vou experimentar com a aplicação de ecologia e

conceitos ecológicos para o estudo da literatura, porque a ecologia (como uma ciência, como uma disciplina, como base para uma visão humana)²⁷”(RUECKRT, 1996, p. 107) [tradução nossa].

Ainda no final dos anos 70, identificaram-se alguns movimentos liderados por mulheres, conscientes das práticas sociais, principalmente na relação com a natureza, com o objetivo de disseminar um pensamento que valorize o equilíbrio entre o ser vivo (humano ou não humano) e a natureza. Greg Garrard (2006) baseia-se em vários pensadores para a sistematização dessa vertente chamada ecofeminismo. A principal justificativa recai sobre a “lógica de dominação”, ou seja, o ecofeminismo exclui quaisquer formas de dominações exercidas pelo poder patriarcal. Portanto, essa vertente literária:

Baseia-se não apenas no reconhecimento das ligações entre a exploração da natureza e a opressão das mulheres ao longo das sociedades patriarcais. Baseia-se também no reconhecimento de que essas formas de dominação estão ligadas à exploração de classe, ao racismo, ao colonialismo e ao neocolonialismo. (GAARD & MURPHY, 1998, p. 3 *Apud* SOARES)

Essa percepção ecológica sob o foco feminino nos ajuda a compreender o mecanismo fundamental de um sistema que controla, administra e oprime quaisquer movimentos vinculados às atitudes de grupos que buscam ter uma visão holística, ecológica. Dessa forma, é propagado um meio acadêmico que se entende como um espaço de resistência, propício aos diferentes tipos de dominação cultural. Será sobre a vertente do ecofeminismo que se debruçarão atitudes práticas que estimulam pesquisas e embasamentos teóricos e críticos voltados para um princípio ético, a partir da perspectiva da natureza, sobre o qual baseamos nossa leitura.

A essência espiritual da visão ecológica parece encontrar sua expressão ideal na espiritualidade feminista advogada pelo movimento das mulheres, como seria de se esperar do parentesco natural entre feminismo e ecologia, enraizado na antiquíssima identificação da mulher com a natureza. (CAPRA, 1982, p. 406)

²⁷ Fragmento original: I am going to experiment with the application of ecology and ecological concepts to the study of literature, because ecology (as a science, as a discipline, as the basis for a human vision).

Por conseguinte, a despeito de superar um sistema opressor patriarcalista que visa a subordinação do que lhe confere ser inferior: mulher, natureza e animais, surgem princípios filosóficos para superar a dominação desse sistema. É dessa forma que estudiosos ecofeministas “buscam uma síntese das preocupações ambientais e sociais” (GARRARD, 2006, p. 14). Portanto, fica a cargo da crítica ecofeminista fomentar pesquisas e teorias que sustentem uma ética baseada em valores que compõem princípios filosóficos que libertem aqueles que são subjugados pelos sistemas de dominação.

2.2. Filosofia ecofeminista e sua relação com a natureza

A partir da segunda metade do século XX torna-se inegável o conhecimento de que a sociedade passa por um desequilíbrio nas relações entre o ser humano e a natureza. Esse processo chamou a atenção de alguns intelectuais, cujo interesse era analisar os mecanismos de distanciamento e desvalorização da natureza. Chegou-se à conclusão de que a desvalorização ou depreciação da natureza é um problema histórico, assim como a depreciação da mulher enquanto diferença de gênero. É nesse contexto que Françoise d'Eaubonne, em 1974, passa a utilizar o termo ecofeminismo. De uma forma geral, as definições para uma tentativa de elaboração de um conceito ecofeminista são pouco divergentes, na concepção de Capra (1996), por exemplo, o tal concepção é definida da seguinte forma:

Poderia ser encarado como uma escola especial de ecologia social, uma vez que também ele aborda a dinâmica básica de dominação social dentro do contexto do patriarcado. Entretanto, sua análise cultural das muitas facetas do patriarcado e das ligações entre feminismo e ecologia vai muito além do arcabouço da ecologia social. Os ecofeministas vêem a dominação patriarcal de mulheres por homens como o protótipo de todas as formas de dominação e exploração: hierárquica, militarista, capitalista e industrialista. (CAPRA, 1996, p. 18)

Há de se pontuar que o ecofeminismo também se distingue de duas formas: o radical e o de orientação filosófica ou sociológica. Essas duas principais vertentes não são excludentes, elas caminham simultaneamente, cada uma seguindo a sua proposta. Seguindo

numa ordem cronológica, vejamos o ecofeminismo radical que se baseia na tese do dualismo *androcêntrico*, homem/mulher, no qual se formula um conceito da origem da dominação do homem sob o pressuposto na distinção entre “os seres humanos e a natureza com base em alguma suposta qualidade, como a posse de uma alma imortal ou da racionalidade” e numa suposta distinção de superioridade dos homens sobre as mulheres a partir do “tamanho maior do cérebro” (GARRARD, 2006, p. 42). Portanto, a vertente radical prima-se pela “inversão dos termos, enaltecendo a natureza, a irracionalidade e emoção e o corpo, humano ou não humano”, pois se confere à postura feminina, “em oposição à cultura, à razão e à mente”, que está ligada ao homem (GARRARD, 2006, p. 42).

Os princípios que regem o ecofeminismo resultam em avaliações críticas por parte dos integrantes do ecofeminismo, de base filosófica ou sociológica. No entendimento de Garrard, assinala-se que a vertente radical não pode simplesmente recusar críticas acerca do feminino ou do masculino, e, sim, rever os papéis de gênero na crítica à masculinidade e à feminilidade (GARRAD, 2006, p. 43). Dessa forma, os métodos radicais tanto em termos de abordagens feministas quanto em aspectos de uma ética ecológica demonstram bases questionáveis, assim explica Garrard (2006): “se o ecofeminismo radical é questionável em termos de seu feminismo, ele o é ainda mais em termos da ecologia. O desejo de inverter a prioridade androcêntrica da razão sobre a emoção leva a um anticientifismo marcante” (GARRARD, 2006, p. 43).

Garrard traz como exemplo de ecofeminismo radical o livro de Mary Daly (*Gyn/Ecology*, 1979) que aponta “uma franca apropriação de uma retórica vagamente ‘verde’ a serviço de um ataque sentencioso, contínuo e irrestrito ao ‘mito e linguagem fálicos’ da ciência, em especial a ciência médica” (GARRARD, 2006, p. 43), pois, se entende que esse tipo de filosofia preocupa-se com o controle total da mulher sobre seu corpo e manifesta-se contra tratamentos médicos que privilegiam a visão androcêntrica.

Na contramão dessa vertente podemos destacar o trabalho realizado por Val Plumwood (1939-2008), em *Feminism and the Mastery of Nature* (1993), que defende a tese de uma teoria baseada na filosofia Ocidental. A filósofa australiana justifica-se a partir do contexto histórico dos gregos onde há um domínio masculino. Destacam-se, por exemplo, os princípios de René Descartes (1596-1650) ao propor diferenciações entre a mente e o corpo. Será no dualismo de Descartes razão/natureza que Val Plumwood fará críticas. Sua proposta é apresentada para uma convivência mais abrangente, a qual “defende o reconhecimento da semelhança e da diferença no *continuum* ser humano-natureza” (GARRARD, 2006, p. 45). Dessa forma, ao adotar uma visão mais hegemônica nas relações de razão e emoção, homem e

mulher, humano e animal, estaremos defendendo uma posição “sem a obsessão neurótica da tradição filosófica da corrente central” (GARRARD, 2006, p. 45), defendida pelo ecofeminismo radical.

No final do século XX, verificamos uma tendência ecofeminista de bases espirituais, oriundos de países de Terceiro Mundo, como a Índia. Tomaremos, pois, como base a principal disseminadora dessa abordagem a física indiana Vandana Shiva, que através de sua tradição filosófico-religiosa, defende um ecofeminismo que busca a essência feminina, assim como em uma ligação conjunta com a natureza entre os seres vivos, criticando os padrões patriarcais-capitalistas, os quais tomam para si o controle das pessoas e dos recursos em prol da acumulação de capital.

As atitudes das ecofeministas sociais inspirados por Karen J Warren alcançam patamares mais sólidos e consistentes nas produções literárias e culturais no campo da ecocrítica. Isso pode ser conferido a partir de suas discussões de problemas populacionais, entre outros. Garrard (2006) pontua que as “percepções sociais e filosóficas que conferem a essa postura uma profundidade, alcance e rigor muito maiores” (GARRARD, 2006, p. 47).

Portanto, orientados por objetivos mais globais focaremos nosso trabalho nessas duas últimas vertentes do ecofeminismo, pois acreditamos que a leitura por esse viés compactua com as discussões literárias condizentes com um escritor oriundo de um país que vivenciou, na época, um período fortemente marcado pela dominação patriarcalista, sob o modelo político do coronelismo.

2.2.1. Maria Mies e Vandana Shiva e o ecofeminismo espiritualista

Em 1993, Maria Mies e Vandana Shiva publicam *Ecofeminismo*. Elas se unem com o objetivo de lançar um livro que busca colaborar com a elaboração de uma crítica sobre os problemas nas sociedades globais, tais como: controle de pessoas e recursos naturais, acumulação de capital e resistência ao patriarcalismo. Os ensaios contidos no livro tratam das questões que interferem numa base para a autonomia, como as diferenças de gênero, étnicas, nacionais, raciais, culturais e religiosas. As autoras preocupam-se, principalmente, com atitudes universalistas dos grupos feministas.

[...] no Sul, muitos movimentos de mulheres veem o feminismo como uma importação do Ocidente/Norte e acusam as feministas brancas (europeias e norte-americanas) de partilhar dos privilégios dos homens nos respectivos países. Talvez fosse mais sensato aceitar essas diferenças, em vez de tentar integrá-las num termo tão universalista como o “ecofeminismo” – e, em vez disso, cada uma de nós devesse encontrar-se no seu próprio trabalho, no seu próprio país e nos respectivos contextos culturais, étnicos, políticos e econômicos e tentar efetuar mudanças localmente. (MIES & SHIVA, 1993, p. 10)

A referida tentativa de efetuar as mudanças objetiva particularizar certas lutas locais, caracterizadas por essas diferenças. As autoras creem na possibilidade de

tornar visível ‘outros’ processos globais que se tornam cada vez mais invisíveis à medida que uma nova ordem mundial se emerge, baseada no controle das pessoas e dos recursos em todo o mundo, a bem da acumulação de capital (MIES & SHIVA, 1993, p. 10).

Unidas num propósito de exprimir a diversidade, as autoras salientam as “desigualdades inerentes às estruturas mundiais”, a exemplo de o Norte dominar o Sul, o homem a mulher, os recursos naturais, a natureza.

Uma das formas das mudanças em ação provém de organizações locais, liderados por mulheres e movimentos ecológicos. O trabalho desse grupo diz “respeito à sobrevivência e à conservação da vida neste planeta, não só das mulheres, das crianças e da humanidade em geral, mas também da vasta diversidade da fauna e da flora” (MIES & SHIVA, 1993, p. 11). Essa iniciativa permite que mulheres advindas de sociedades explicitamente patriarcalistas possam direcionar suas atividades para a libertação do domínio masculino simbólico, pois coube à mulher a iniciativa de chamar a atenção da sociedade para as destruições ambientais. Assim justificam sua atuação:

Enquanto ativistas dos movimentos ecológicos, ficou claro para nós que a ciência e a tecnologia não eram de gênero neutro; e, de comum com outras mulheres, começamos a verificar que o relacionamento do domínio explorador entre o homem e a natureza (moldado, desde o século XVI, pela moderna ciência reducionista) e o relacionamento explorador e opressivo entre o homem e a mulher, que prevalece na maior parte das sociedades

patriarcais, mesmo as modernas industriais, estavam intimamente ligados. (MIES & SHIVA, 1993, p 11)

Sob esse aspecto, as autoras debruçam seus olhares para o estímulo e impulso para as inúmeras iniciativas locais que lutam contra a destruição e deterioração ecológica. Dentre vários movimentos dessa instância, destaca-se, por exemplo, o Movimento *Green Belt*, no Quênia. Independente da causa social ecológica, é possível verificar o mesmo objetivo: “confirmou-se que muitas mulheres, por todo o mundo, sentam a mesma fúria e ansiedade, o mesmo sentido de responsabilidade em preservar as bases da vida, e de pôr termo à sua destruição” (MIES & SHIVA, 1993, p. 12).

Sob a perspectiva ecofeminista, as autoras reconhecem “que a vida na natureza (incluindo os seres humanos) mantém-se por meio da cooperação, cuidado e amor mútuos” (MIES & SHIVA, 1993, p. 15). Ao integrar ecologia e feminismo, o Ecofeminismo é incorporado ao objetivo, por exemplo, “de preservar a diversidade de todas as formas da vida, bem como das suas expressões culturais, como fontes verdadeiras do nosso bem-estar e felicidade” (MIES & SHIVA, 1993, p. 15). Em consonância com esse aspecto, as autoras atentam para uma integração dos grupos com o objetivo de formarem um sistema holístico.

Para as autoras, entende-se como ecofeminismo o tratamento “da interligação e da abrangência da teoria e da prática” (MIES & SHIVA, 1993, p. 25). Tal princípio requer um posicionamento que exige não apenas uma identidade feminina, como também a crença de uma tarefa especial a desempenhar nestes tempos ameaçados, como a destruição ecológica e/ou a ameaça de extermínio atômico. Tais preocupações estabelecem uma “relação entre a violência patriarcal contra as mulheres, contra indivíduos e contra a natureza” (MIES & SHIVA, 1993, p. 25). As autoras elegem as mulheres como desafiadoras contra o patriarcado, a fim de manter lealdade com as futuras gerações, com a vida e com o planeta.

Nessa linha de raciocínio, Mies e Shiva propõem o ecofeminismo espiritualista. Tal abordagem tem como origem “o desejo de recuperar, de regenerar esta sabedoria como um meio de libertar a mulher e a natureza” (MIES & SHIVA, 1993, p. 28), outro ponto a ser ressaltado é que não mantém vínculos com as religiões monoteístas (Cristianismo, Judaísmo e Islamismo), pois, acredita-se que elas contribuem para a manutenção de um sistema patriarcal; portanto, tomam como orientação a tentativa de “reviver uma religião baseada numa deusa; a espiritualidade foi definida como a Deusa” (MIES & SHIVA, 1993, p 28).

Nestes termos, o ecofeminismo espiritualista elabora a premissa de que

a relevância ecológica desta ênfase na ‘espiritualidade’ reside na redescoberta do aspecto sagrado da vida, de acordo com o que a vida na Terra só pode ser preservada se as pessoas começarem de novo a ver todas as formas de vida como sagradas e a respeitá-las como tal (MIES & SHIVA, 1993, p. 29).

As autoras orientam que esta qualidade encontra-se nas ocorrências cotidianas do indivíduo, pois as manifestações que celebram o sagrado criam vínculos com a Terra-Mãe.

Para finalizar, Mies e Shiva ressaltam que as bases filosóficas do ecofeminismo espiritualista agem nas transformações do cotidiano, sejam elas em grandes centros urbanos ou em pequenas comunidades. Esta posição afeta diretamente o sistema mundial explorador existente. Logo, entende-se que a mulher está mais apta e próxima a atender as necessidades globais e/ou locais em relação ao homem.

2.2.2. Karen Warren e a ética do cuidado

Em 2000, Karen J. Warren publica *Ecofeminist Philosophy: A Western Perspective on What It Is and Why It Matters* (Filosofia Ecofeminista: uma perspectiva do que é e do que importa). Sua proposta é expor um conjunto de teorias e práticas para uma ética ecofeminista, baseada em princípios que debruçam o olhar sobre as formas de opressão e como as mulheres e a natureza superam esse sistema. Warren parte da justificativa de que a filosofia contemporânea do meio ambiente relaciona-se intrinsecamente com a ética ambiental. O foco nesta filosofia direciona-se para a questão sobre “como os humanos devem tratar dos não-humanos” (WARREN, 2000, p. 73).

Warren acredita que os princípios filosóficos ecofeministas originam-se através de uma ética ambiental, portanto, tem-se como princípio fundamental a “moral da considerabilidade”. A autora defenderá sua tese com argumentos que direcionem o ecofeminismo a um patamar não apenas com definições e características de uma transformação de perspectiva entre as relações humanas e natureza (p. 73). Mais adiante, ela salienta acerca da diferenciação de uma “ética do meio ambiente” e uma “ética a respeito do meio ambiente” (p. 74). Esta definição situa-nos para uma “moral da considerabilidade”:

Uma ética sobre o meio ambiente nega que o próprio ambiente não-humano (e / ou seus membros não-humanos) é moralmente considerável, embora

existam restrições (moral e outros) sobre como os seres humanos podem tratar o meio ambiente. Apenas uma ética do meio ambiente gera uma ética ambiental de boa-fé.²⁸ (WARREN, 2000, p. 74) [tradução nossa]

Essa concepção leva-nos ao ponto básico da implementação de uma ética ambiental que trata os não-humanos como “moralmente consideráveis” pelos humanos. Sendo assim, um dos pontos fundamentais para a distinção entre a ética do meio ambiente e a ética voltada para o meio ambiente, entende-se através da moral, considerabilidade dos animais não-humanos e/ou da natureza, isto é, o fato de que merecem consideração moral por parte dos humanos.

Warren segue seus argumentos ao expor quatro tipos de posições que identificam a visão de categorias de uma ética ocidental do meio ambiente, são elas: casa/família (*house*), reformista, mista e radical. A primeira posição trata-se da tendência ética voltada para uma posição familiar e é a mais conservadora das posições éticas, porque elas estão numa diversidade de alternativas, competindo posições na corrente principal da filosofia ética Ocidental que estão alojadas debaixo do mesmo chão e construção de uma fundamentação muito similar de assuntos compartilhados, ao discutir a considerabilidade moral da natureza não-humana não fazendo parte deles, portanto, não geraria uma ética ambiental (WARREN, 2000, p. 77).

A posição familiar é dividida em dois grupos teóricos: a consequencialista e a não-consequencialista. A primeira investiga a conduta humana e suas consequências, a segunda segue pela conduta humana de outras perspectivas (motivação, dever, direitos, valores intrínsecos etc.). Há pouco a dizer sobre responsabilidade moral dos humanos sobre os não-humanos e a natureza. Tais argumentos são baseados na obrigação humana para com outros humanos, no qual os animais são responsabilizados.

A posição reformista faz uma revisão do conceito casa/família, que torna o ambiente não-humano natural, ou um dos membros serem moralmente considerável. Para Warren, a palavra-chave que define esse conceito é “extencionista moral”; tal qual a posição casa/família, a reformista cai nas mesmas concepções teóricas consequencialistas e não-consequencialistas.

²⁸ Fragmento original: “An ethic concerning the environment denies that the nonhuman environment itself (and/or its nonhuman members) is morally considerable, although there are constraints (moral and other) on how humans may treat the environment. Only an ethic of the environment generates a bona fide environmental ethic.”

A perspectiva mista discutida por Warren oscila entre as posições reformista e radical. Seus argumentos baseiam-se nas proposições feitas por Aldo Leopold, em “*The Land Ethic*” (A ética da Terra), de 1949. Podemos entender a proposta de Leopold a partir de três breves passagens: “a ética da terra transforma o homem conquistador em membro cidadão com a comunidade ecológica, relações éticas interligadas com amor, respeito e admiração pela terra e é certo preservar a integridade, estabilidade e beleza da comunidade biótica” (WARREN, 2000, p. 82). Será com a terceira proposição de Leopold que Warren entenderá como uma ética mista, pois parte-se do pressuposto que se deve amar e respeitar a terra.

A posição radical defendida por Warren estabelece uma distinção dos três tipos anteriores, pois se identifica com as abordagens da ecologia profunda, biorregionalismo, ecologia social e ecofeminismo. A ecologia profunda defendida por Warren contempla várias posições. Sua origem parte dos escritos de Rachel Carson e Leopold. Essa perspectiva é oferecida como uma alternativa da visão ocidental de dominação.

O principal colaborador da ecologia profunda foi o filósofo Warwick Fox, que discute a ideia de que não se pode firmar uma divisão ontológica dividida no campo da existência, pois não há uma bifurcação real entre os humanos e os não-humanos. A partir disso, formularam-se dois princípios: a autorrealização, atribuindo o termo *self* como atomista e isolada, e a igualdade biocêntrica, que são todas as coisas que estão na biosfera com todos os direitos de igualdade.

No que diz respeito ao biorregionalismo, compreende-se como um termo centralizado de importância do lugar na ética ambiental. O termo lugar tanto pode referir-se à posição geográfica quanto ao contexto cultural no qual humano e não-humanos vivem. A ecologia social, ou política, afirma que a individualidade, a razão e a liberdade emergem da natureza, não em oposição a ela.

Acerca dessas quatro tendências, Warren finaliza expondo que a perspectiva filosófica ecofeminista reconhece similaridades e dissimilaridades entre elas ao reconhecer nelas ramificações práticas valiosas, como as visões ideológicas agregadas ao capitalismo, os princípios éticos na ética ambiental, a moral vegetariana e a superpopulação. Surgirão essas diferenças porque os pressupostos básicos, valores, atitudes e crenças - os marcos conceituais - que fundamentam as várias posições em ética ambiental diferentes e produzir diferentes implicações práticas para a prática e política ambiental.

Warren defende uma ideia ecofeminista baseada na “ética do cuidado” (*care-sensitive ethics*), acredita-se que tal posicionamento pode ajudar a resolver o assunto ético em contextos ambientais. Warren elabora uma ética ecofeminista como:

A ética feminista envolve um duplo compromisso: crítica ao viés masculino na ética onde quer que ocorra e desenvolver a ética que não são homens tendenciosa. A ética feminista também envolve a articulação de valores, muitas vezes perdida ou minimizada na ética tradicionais. O que faz com que as críticas de velhas teorias éticas ou conceituações de novos "feministas" é que eles são fornecidos através de uma lente crítica da análise de gênero e incluir as perspectivas do que venho chamando de "outros Outros".²⁹ (WARREN, 2000, p. 97) [tradução nossa]

Com esses direcionamentos, Warren elenca argumentos para a construção de sua ética ecofeminista como uma mistura de reforma e posição revolucionária. Entende-se que uma reforma é suficiente, portanto, as feministas precisam somente reaplicar antigas teorias num novo ou diferente modo de corrigir o viés masculino; e a revolução é necessária, pois alteram as mudanças de aplicação de uma teoria insuficiente para corrigir tendência masculina.

Warren admite que as tendências ecofeministas possam adotar perspectivas reformistas, radical ou mista. No entanto, ela posiciona-se como uma proposta de tendência mista de reforma e revolução. Logo, para que efetivamente haja uma ética filosófica ecofeminista, baseada nos pilares da ética do cuidado, a autora propõe-se a discorrer oito características fundamentais para tal prática:

- 1) É uma ética baseada em algumas generalizações ligadas às vozes padrão. Tais vozes emergem do concreto e das descrições alternativas de que essas situações éticas têm significado. “A coerência de uma teoria feminista é dada nos contextos históricos e conceituais e em um conjunto de crenças, valores, atitudes e suposições sobre o mundo”.
- 2) É uma ética contra o uso das expressões que promovam o sexismo, racismo etc., pois se compreende como pressuposições ou uma lógica de dominação.

²⁹ Fragmento original: “A feminist ethic involves a twofold commitment: to critique male bias in ethics wherever it occurs and to develop ethics that are not male-biased. A feminist ethic also involves articulation of values often lost or underplayed in mainstream ethics. What makes the critiques of old ethical theories or conceptualizations of new ones “feminist” is that they are provided through a critical lens of gender analysis and include perspectives of what I have been calling “other Others”.

- 3) É uma ética contextualizada em seu tempo e circunstâncias. Uma ética ecofeminista é um tipo de narrativa sobre os humanos, a relação entre eles, humanos e não-humanos ou relação com a natureza.
- 4) É uma ética inclusivista que cresce e reflete a diversidade das perspectivas da mulher e dos outros Outros. Em específico pressupõe e mantém a diferença, e também reconhece as semelhanças.
- 5) É uma ética que tenta suprir um objetivo, ou ponto de vista. Afirma-se como imparcial no senso de “valor-neutro” ou “objetivo”.
- 6) É uma ética que promove um lugar central de valores tipicamente despercebidos, subestimados ou deturpados da ética tradicional, como amor, amizade etc. Esses valores pressupõem nossas relações com os outros e entendemos quem somos nós.
- 7) É uma ética que envolve uma concepção do que é ser humano para se envolver no processo de tomada de decisão ética, desde que se rejeite como sem sentido ou altamente insustentável qualquer descrição de gênero, que será chamado de “individualismo abstrato”.
- 8) É uma ética que recorre ao conceito tradicional filosófico da razão ocidental. Tradicionalmente é definido como um termo das faculdades mentais que permite agregar princípios abstratos e objetivos, escolher entre cursos de ação, para desenvolver um plano de vida, ou escolher o melhor meio para um fim desejado. Em prol de uma defesa historicamente compreendida com as tradições ocidentais, Warren defende uma ética que use a inteligência, não a razão.

Após expor os princípios que norteiam a ética ecofeminista, Warren ressalta que na sociedade contemporânea, na qual há explicitamente a manutenção de estruturas de dominação, é difícil manter perfeitamente uma ética ecofeminista, principalmente se as estruturas sociais têm como base alicerces patriarcais. No que diz respeito aos Outros, os modelos machistas limitam a sua liberdade de expressão, logo, sua voz é sublimada pelas vozes centralizadoras.

Warren afirma que a literatura de uma ética do cuidado é extensa. Ela defende uma ética sob a perspectiva da justiça, que é uma abordagem diferente da maioria dos especialistas em ética do cuidado, a qual, por sua vez, é diferente de uma ética sensível do cuidado.

Portanto, não é possível estabelecer um significado moral do cuidado separado da ética – uma ética do cuidado – que supostamente interliga-se a uma ética da justiça.

Warren propõe três recursos que se filiam na concepção do significado moral do cuidado: habilidade do cuidado, universalismo situado e práticas do cuidado. De acordo com essa concepção, firma-se, portanto, uma representação do qual podemos considerar a ética sensível do cuidado como um cesto de frutas diversas, como explicita:

Uma fruta qualquer é seleccionada a partir da cesta de frutas como a fruta mais apropriada ou a mais adequada para uma situação em particular. Se alguém está fazendo uma torta de creme de banana, a banana é a mais adequada, se há uma fixação pela torta de maçã, maçãs são melhores. Não é que uma fruta é melhor do que as outras em algum sentido abstrato. É justo que uma fruta (ou várias frutas) pode ser melhor do que os outros nas circunstâncias³⁰. (WARREN, 2000, p. 108)

Warren salienta que ao contrário de selecionar a fruta a partir de uma determinada circunstância, utilizam-se os princípios filosóficos ocidentais (autointeresse, utilidade, valor, direitos ou virtudes). Todos se constituem como candidatos à fruta bem selecionada. O que diferencia entre um princípio e outro é a posição ética da boa fé. Dessa forma, se qualquer princípio ético candidato na fruteira é moralmente adequado em um determinado contexto, a aplicação satisfatória do princípio vai depender da condição prática de cuidados.

2.3 A situação da mulher no romance *Terras do sem fim*

A proposta que se quer apresentar nesta seção é a situação da mulher no romance *Terras do sem fim* à luz dos princípios ecofeministas. Nosso olhar foca-se na importância e visibilidade que Jorge Amado debruça sobre suas personagens femininas, antes mesmo da consolidação dos estudos ecofemininos. Em nossa perspectiva ecofeminista procuramos

³⁰ Fragmento original: “Which particular fruit is selected from the fruit bowl as the most appropriate or best suited fruit for a particular situation depends on that situation. If one is baking a banana cream pie, bananas are best-suited; if one is going backpacking or fixing an apple pie, apples are better. It is not that one fruit is better than the others in some abstract sense. It is just that one fruit (or several fruit) may be better than others in the circumstances.”

priorizar uma abordagem que critica o patriarcalismo como força hegemônica que atuam sobre a mulher e a natureza.

Esse panorama nos permite chamar a atenção para o romance que se situa num local que prevalece a dominação masculina sobre a terra, o território e a mulher. As ecofeministas Maria Mies e Vandana Shiva entendem a dominação patriarcal nas relações de gênero como:

As mulheres têm sido colonizadas desde o início do moderno Estado-nação (as pátrias). Isto significa que o moderno Estado-nação controlou necessariamente a sua sexualidade, a sua fertilidade e a sua capacidade de trabalho ou força laboral. Sem esta colonização, nem o capitalismo, nem o moderno Estado-nação poderiam ser sustentados. E é esta colonização que constitui o fundamento do que hoje é designado por “sociedade civil”. (MIES & SHIVA, 1993, p. 160)

Através desse paradigma acerca do posicionamento da mulher perante uma sociedade patriarcal podemos elencar as personagens femininas presentes no romance *Terras do sem fim*, tais como: as mulheres da elite (esposas e filhas); as mulheres trabalhadeiras (roceiras, empregadas da casa); as mulheres sensuais (prostitutas).

O eixo narrativo em *Terras do sem fim* refere-se a um quadro social econômico, político e cultural em que o ciclo do cacau alcançava seu apogeu no sul da Bahia, no início do século XX. Essas três categorias serão aqui apresentadas sob o viés da representação das personagens femininas do romance e como suas relações estão intrinsecamente ligadas ao modo de produção e sociabilidade da hierarquia política patriarcal.

Partindo da situação sócio-política brasileira situada no romance, podemos compreender que a estrutura social baseia-se no período político da República Velha (1889-1930), que de maneira geral, focaliza-se, de acordo com Francisco de Oliveira (1997), “como uma extensão da economia do Segundo Império, do ponto de vista da completa inserção da economia brasileira no padrão da divisão internacional do trabalho ‘produtores de manufaturas versus produtores de matérias-primas’” (OLIVEIRA, 1997, p. 393). Dessa forma, *Terras do sem fim* vincula-se às oligarquias dos grandes latifundiários através do coronelismo e no modo de produção de exportação de matéria-prima através da monocultura do cacau.

Assim, mediante tal explanação vemos nesse cenário predominantemente masculino a inserção da mulher. A elite latifundiária feminina estabelecia relações burguesas marcadas por

uma educação voltada para a família e maternidade. Por ser uma sociedade cujas dinâmicas patriarcais determinam, as divisões hierárquicas das próprias mulheres eram bem definidas, no caso das mulheres, segundo Miridan Knox Falci (2011):

Entre as mulheres, a senhora, a dama, dona fulana, ou apenas dona, eram categorias primeiras; em seguida ser “pira” ou “cunha” ou roceira e, finalmente, apenas escrava e negra. O princípio da riqueza marcava o reconhecimento social. O princípio da cor poderia confirmá-lo ou era abafado, o princípio da cultura o preservava. Ser filha de fazendeiro, bem alva, ser herdeira de escravos, gado e terras era o ideal de mulher naquele sertão. (FALCI, 2011, p. 242)

Levando-se em consideração a subdivisão hierárquica em *Terras do sem fim*, a personagem Don’Ana encaixa-se no primeiro perfil feminino de filha e herdeira do latifundiário Coronel Sinhô Badaró. Mulher bem instruída, inteligente e articulada, cuida das finanças contábeis da fazenda. Ao contrário do destino submisso de outras mulheres, Don’Ana quando se casa passa a ter a função de matriarca da família para levar adiante o poderio dos Badarós, como uma versão feminina do mesmo patriarcalismo.

Outras mulheres também compunham o cenário feminino da elite cacauera no romance: Ester e Olga. A primeira é nascida e criada na cidade e casa-se por motivos econômicos com o Coronel Horácio da Silveira. Ela idealiza um casamento ostentoso com viagens à Europa, roupas caras e bailes. No entanto, seus anseios são subtraídos por ser esposa de latifundiário e acostumar-se à vida numa fazenda renegada de todo o luxo urbano. Olga Badaró, esposa de Juca Badaró, gostava do luxo e da riqueza e costumava viajar para Ilhéus para ficar na companhia das amigas. Ao retornar para a fazenda também se descontentava com a vida rural e o casamento. Por seus atos de rebeldia, no que confere ao seu comportamento arredio e a recusa em ser obediente ao marido, recebia como consequência agressões físicas por parte dele.

Acerca das mulheres trabalhadeiras da fazenda, há o caso da personagem Raimunda, provável filha ilegítima do velho Marcelino Badaró, pai de Sinhô e Juca Badaró, com a cozinheira negra, Risoleta. Raimunda nascera no mesmo dia que Don’Ana e a sua mãe fora a mãe de leite das duas meninas. Na condição de agregada da família, também teve os princípios básicos da educação, como alfabetização e pequenos cálculos de adição e

subtração, no entanto, após a morte da mãe e, posteriormente à morte da mãe de Don'Ana, a família Badaró sentiu-se na obrigação de mantê-la como se estivessem quitando uma dívida.

A situação exemplificada no romance, Falci (2011) explica sobre as atividades femininas da classe trabalhadeira numa fazenda:

As mulheres pobres não tinham outra escolha a não ser procurar garantir seu sustento. Eram, pois, costureiras e rendeiras, lavadeiras, fiadeiras ou roceiras – estas últimas, na enxada, ao lado de irmãos, pais ou companheiros, faziam todo o trabalho considerado masculino: torar paus, carregar feixes de lenha, cavoucar, semear, limpar a roça do mato e colher. As escravas trabalharam principalmente na roça, mas também foram usadas por seus senhores como tecelãs, fiadeiras, rendeiras, carpinteiras, azeiteiras, amas de leite, pajens, cozinheiras, engomadeiras e mãe de obra para todo e qualquer serviço doméstico. (FALCI, 2011, p. 250)

Raimunda não era uma escrava da casa, todavia, passa a exercer a função de criada doméstica. Não protestava nem reivindicava seus direitos, pois não conhecia outro mundo a não ser aquele da fazenda. Frequentemente os homens ficavam interessados em casar-se com ela por causa do apadrinhamento com os Badarós. Percebe-se, portanto, certo desinteresse por parte de Raimunda em contrair casamento até aparecer o jovem Antonio Vitor.

Dentre os três perfis sociais femininos de destaque no romance, o mais emblemático nos romances de Jorge Amado são as representações de prostitutas. Este perfil feminino está presente em quase todas as obras do escritor baiano. Em *Terras do sem fim* temos dois casos: o primeiro trata-se da personagem Margot e o segundo, das três irmãs prostitutas Lúcia, Violeta e Maria.

A prostituição no romance representa o perfil feminino bem demarcado na sociedade; são figuras que atendem a uma parcela da sociedade masculina e cumprem o seu papel social, fomentando prazer fora das relações moralmente aceitas. No caso de Margot, vemos uma mulher bem apresentável e ambiciosa na seleção de seus amantes, sendo considerada, portanto, uma prostituta de luxo.

As irmãs prostitutas não desfrutam do mesmo prestígio social que Margot, exceto a viuvez de Maria. O motivo que levou as outras duas irmãs à prostituição constitui a violação de seus corpos, do abandono de seus parceiros e do desprezo da família, aliados à pobreza e à falta de instrução educacional. Não veem outra forma de sobrevivência além do meretrício.

Assim explica Cláudia Fonseca (2011) acerca do destino das prostitutas no contexto social brasileiro:

A figura da prostituta se localizava na encruzilhada entre o estereótipo aterrorizante da “mulher decaída” e a realidade vivida por um sem-número de amásias, mães solteiras e crianças ilegítimas; em outras palavras, entre a condenação pela moral burguesa e a tolerância tácita para com um modo de vida que se desviava radicalmente da norma oficial. (FONSECA, 2011, p. 534)

Há que se localizar muitos aspectos acerca não só da prostituição como também das pontuações desenvolvidas anteriormente sobre os envolvimento das representações sociais femininas em *Terras do sem fim*. Fica claro que a preocupação social identificada no romance é fruto da crítica do escritor sobre uma parcela da sociedade fortemente controlada pelo patriarcalismo, autoritarismo e violência de uma ideologia naturalizada, característica primária do sul da Bahia.

Assim, e a despeito do estudo do romance sobre a questão da mulher e seu papel na sociedade, sem excluir a sua importância perante a natureza, esta noção primordial entende a complexidade que permite examinar a obra relacionando as personagens femininas entre sociedade e natureza.

3. UMA LEITURA ECOFEMINISTA DE *TERRAS DO SEM FIM*

A narrativa se desencadeia num ambiente predominantemente rural, onde em tempos remotos houvera lutas pela demarcação de terras para plantio do cacau. Os novos proprietários da terra logo perceberam que para obter certo domínio e poder sobre aquele território era preciso instituir as roças de cacau e implementar práticas políticas que se filiassem aos novos interesses econômicos. Assim esboça Antonio Pereira Sousa (2001):

Forasteiros, os exportadores logo percebem que o domínio da riqueza e do poder local eram resultante da propriedade de terras, da posse dessas roças de cacau que foram conquistadas a custo de muita coragem e sangue pelos pioneiros desbravadores. Tornar-se proprietário das roças de cacau passou a ser o desejo irremovível dos exportadores. Um novo tipo de “caxixe”, agora tramado pelos exportadores, ganhava curso. Uma nova forma de armadilha, imperceptível para aqueles homens rudes, acostumados na lide do plantar e colher cacau, seria posta em prática. (SOUSA, 2001, p. 143)

Sob esse aspecto, o espaço narrativo mencionado é fortemente influenciado pelo poder masculino que movido pelos propósitos lucrativos vale-se da autoridade e da hierarquia patriarcal para a institucionalização e domínio da natureza. Entende-se, portanto, que onde há dominação da natureza há também uma dominação das mulheres em seu meio social.

Observa-se que na perspectiva do patriarcado, as teorizações do ecofeminismo afirmam que a natureza assim como as mulheres foram subjugadas pelo homem. Assim explica Regina Célia Di Ciommo (2003) acerca de uma abordagem que incluem as discussões de uma conexão entre natureza-mulher:

Para a reflexão sobre a possibilidade de superação das contradições colocadas pela conexão biológica entre mulheres e natureza e as propostas feministas pela ‘igualdade’ entre gêneros, encontramos fundamentação teórica nos conceitos do pensamento da complexidade, que nos ensina a caminhar através da dialógica entre antagonismos e complementaridades, coexistentes em todas as interações, quer estejam na natureza, quer na sociedade humana. (DI CIOMMO, 2003, p. 424)

Com efeito, o ecofeminismo encontra espaço para uma discussão onde há uma predominância de temas, como as que veremos nesse trabalho, sobre matriarcalismo como manutenção do patriarcalismo, o trabalho servil não remunerado, a opressão sofrida pela mulher e a prostituição.

Objetiva-se apresentar nesse capítulo a análise das relações das personagens femininas e suas relações com a natureza, presentes no romance *Terras do sem fim*. A sua representatividade presente na obra é destacada por figuras femininas que passam de mulheres dependentes pelo homem a transgressoras dos códigos regidos por uma sociedade masculina. Como se notará, serão analisados sete principais personagens femininas agrupadas em quatro seções, a saber:

1º) Personagem/senhora da fazenda: nessa sessão enquadra-se Don'Ana, filha do coronel Sinhô Badaró, que de forma geral, caracteriza-se pela personalidade forte e obstinada, e detentora da preservação do poderio dos Badarós.

2º) Personagem/criada da casa: inclui-se a personagem Raimunda, afilhada dos Badarós, no entanto, cumpre as funções domésticas de uma serviçal.

3º) Personagem/mulher oprimida: Ester, esposa do coronel Horácio da Silveira, sente-se como uma mulher objeto e não se adapta ao meio em que vive. Sua relação com o marido é de opressão. Suas angústias são reproduzidas pelo pavor que tem da natureza que cerca toda a fazenda.

4º) Personagem/prostituta: a prostituta é uma figura recorrente em toda a obra amadiana³¹. Representado os dois lados das classes sociais, temos Margot, uma prostituta de luxo, de um lado e as três irmãs prostitutas (Maria, Lúcia e Violeta) do outro.

A partir dos quatro paradigmas (senhora da fazenda, criada da casa, mulher oprimida e prostituta) presentes em *Terras do sem fim*, esses personagens encontram-se vinculados em outras narrativas amadianas. Essas mulheres representam uma hierarquia simbólica da formação da sociedade brasileira. Para tal aferição é possível destacarmos o seguinte excerto do discurso de posse da Academia de Letras do escritor baiano em 17 de julho de 1971, a saber:

³¹ Convém destacar a seguinte dissertação de mestrado: BRIVIO, Gustavo do Rego Barros. **Representações sobre a prostituição feminina na obra de Jorge Amado**: um estudo estatístico. 2010. 250 fls. (Dissertação) Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em < <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6279/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Final.pdf> > . Acessado em 04/03/2014.

Penso, assim, poder afirmar que chego à vossa ilustre companhia pela mão do povo, pela fidelidade conservada aos seus problemas, pela lealdade com que procurei servi-lo tentando fazer de minha obra arma de sua batalha contra a opressão e pela liberdade, contra a miséria e subdesenvolvimento e pelo progresso e pela fartura, contra a tristeza e o pessimismo, pela alegria e confiança no futuro. (AMADO, 1972, p. 8-9)³²

Portanto, seremos conduzidos pela presença marcante do objetivo do escritor em direcionar a sua obra para o povo. A leitura por esse viés conduz a um caminho em que a mulher não é apenas representada pelas categorias da condição de objeto, opressão e dominação; entrarão em cena também as relações ser feminino e natureza, regida por uma sociedade patriarcal que nutre, em geral, um sentimento violento de ruptura com as leis da natureza em favorecimento da riqueza monetária e da exploração social da mulher.

Convém neste capítulo analisar as relações que as mulheres representam no romance através de uma hierarquia social e, num caso específico, demonstrar como a natureza se mostra presente diante de uma situação opressora. É nesse aspecto que o ecofeminismo nos servirá de aporte teórico como justificativa ideológica para dar conta dessa identificação. Assim assinala Vandana Shiva (1993):

A perspectiva feminista é capaz de ir além das categorias do patriarcado que estruturam o poder e o significado na natureza e na sociedade. É mais ampla e profunda, porque localiza a produção e o consumo num contexto de regeneração. Isto não só relaciona as questões que até agora tem sido tratadas separadamente, por exemplo, ligar a produção à reprodução, mas mais significativamente, ao fazer estas ligações, o feminismo ecológico cria a possibilidade de olhar o mundo como um sujeito ativo, não meramente para ser manipulado e apropriado. Problematisa a “produção” ao evidenciar a destruição inerente a muitas das coisas que o patriarcado capitalista definiu como produtivo e cria novos espaços para a sensibilidade e experiência do ato criativo. (MIES e SHIVA, 1993, p. 51)

De acordo com Vandana Shiva (1993), no artigo *Reduccionismo e regeneração: uma crise na ciência*, a modernidade está envolvida na humanidade com o conceito de que a ciência moderna, proveniente da Revolução científica emerge determinados saberes que apenas os processos científicos são legítimos. A ativista indiana entende esse pressuposto

³² AMADO, Jorge. Discurso de posse à Academia Brasileira de Letras. In: MARTINS, José de Barros (Org.). **Jorge Amado: povo e terra. 40 anos de literatura**. São Paulo: Martins, 1972. p. 3-22.

como uma “projeção ocidental, de orientação masculina e patriarcal” (MIES e SHIVA, 1993, p. 37). Depreende-se, então, que há uma barreira entre o conhecimento e a ignorância que influenciam na “subjugação quer da natureza quer da mulher” (MIES e SHIVA, 1993, p. 37).

Entende-se que a ciência moderna considera as atividades científicas como reducionistas a partir de dois aspectos: reduzir a capacidade humana em conhecer a natureza e reduzir a capacidade da natureza em renovar-se e regenerar-se. De acordo com tal pensamento, Vandana Shiva ressalta que a sociedade patriarcal é agente ativa no domínio e violação tanto da natureza como da mulher, por conta de um sistema protegido por um forte mandonismo local.

Transpondo essa discussão para o romance *Terras do sem fim*, focalizando as relações das personagens femininas e natureza, percebe-se que a apropriação da terra para a aquisição de capital é legitimada legalmente, ou seja, os detentores do poder têm ao seu lado o aval da justiça para o domínio e atividade produtiva da terra. Portanto, o poder patriarcal e a transgressão ecológica estão intimamente associados ao comportamento das personagens, que incorporam um discurso dividido em duas categorias: as personagens que representam o lado dos donos da terra e da elite social como em Don’Ana, Ester e Margot; e aquelas que representam os servos da terra e outras questões próprias do trabalho exploratório como em Raimunda e as irmãs Maria, Lúcia e Violeta.

Essas personagens cada uma a seu modo demonstram grande força em suas representações, por isso precisamos dessa divisão em duas partes para entender como esse universo feminino se expressa no contexto psicológico, social e cultural do romance. Tal abordagem instiga outros caminhos para um aprofundamento nas reflexões do universo feminino amadiano.

3.1 Don’Ana, do patriarcalismo ao matriarcalismo

A família Badaró tem Sinhô Badaró e Juca Badaró como seus representantes e dirigentes das suas propriedades produtivas provenientes do cultivo do cacau. Don’Ana Badaró é filha e herdeira de Sinhô Badaró. Duas características são básicas acerca da personalidade de Don’Ana: é corajosa e obstinada.

“Quando o cachorro uivou no terreiro, Don’Ana Badaró se estremeceu na rede. Não era medo, na cidade, nos povoados e nas fazendas a gente dizia que os Badarós não sabiam o que era medo” (AMADO, 2002, p. 105)³³
 “_ Diabo de mulher corajosa!” (p. 283)

Don’Ana vivia na fazenda dos Badarós com o pai e o tio, nascida e criada na terra do cacau. Ela tem uma relação intrínseca com o meio em que vive e não consegue visualizar seu destino longe daquelas terras. A casa sede dos Badarós era mantida pelos irmãos Sinhô Badaró, o mais velho, e Juca Badaró, o mais novo. Sendo o primeiro detentor de todo o território tem uma característica “fisionômica de alguém que paira acima do comum dos mortais” (DUARTE, 1996, p. 1332): “Sinhô Badaró se levantou, era majestoso, parecia um profeta antigo com os longos cabelos que começavam a embranquecer e a barba negra rolando sobre o peito” (p. 110). Tinha uma personalidade mais branda e reflexiva, não tomava decisões sem antes fazer a leitura da bíblia. Encontra-se estabelecida aqui a relação simbólica entre o patriarca baiano e os patriarcas bíblicos.

Enquanto que Juca Badaró era um tipo de “cavaleiro andante da terra do cacau” (p. 288), ele estava sempre à frente das atividades da fazenda, ora contratando novos trabalhadores, ora desmatando a terra, ora matando ou mandando matar. Quando o assunto é abrir caminhos para as lavouras de cacau, Juca Badaró não media esforços para atingir seus objetivos:

Mas diante deles, parábélum na mão, o rosto contraído de raiva, está Juca Badaró. Também ele estava ante a mata, também ele viu os raios e ouviu os trovões, escutou o miado das onças e o silvo das cobras, também seu coração se apertou com o grito agourento do corujão. Também ele sabia que ali moravam as assombrações. Mas Juca Badaró não via na sua frente a mata, o princípio do mundo. Seus olhos estavam cheios de outra visão. Via aquela terra negra, a melhor terra do mundo para o plantio do cacau. (pp. 37-38)

Apesar das divergências dos irmãos, tanto Sinhô quanto Juca Badaró agia de forma semelhante na contribuição do aumento do poderio dos Badarós por meio do desbravamento das terras do Sequeiro Grande. É nesse contexto que Don’Ana convive com os dois homens, no entanto as atribuições que lhe eram permitidas não lhe cabiam tomar decisões acerca dos

³³ AMADO, Jorge. *Terras do sem fim*. Rio de Janeiro, Record, 2002. Nas próximas citações sobre este livro a referência virá entre parênteses após o trecho citado.

assuntos da fazenda. Essa imposição, por conta de sua constituição feminina, a inquietava e a fazia ficar instigando o tio ou o pai atrás das novidades da fazenda:

Notara a ausência de Damião e de Viriato, perguntara por eles a Juca que respondera que os homens *foram a um recado*. Don’Ana percebera a mentira na voz do tio mas nada dissera. Havia uma gravidade espalhada no ar e ela a sentia e se inquietava. (p. 105)

É importante ressaltarmos que a figura obstinada de Don’Ana não passou despercebida para Assis Duarte (1996) que desenvolve uma descrição singular sobre a única representante feminina do clã dos Badarós ao assemelhar a família a uma corte medieval:

A esta corte não podia faltar uma princesa, e ela está presente e ela está na figura impetuosa de Don’Ana (senhora, sinhazinha), inscrita como donzela guerreira, descendente de tantas outras congêneres da tradição oral. Tal como Ana Terra³⁴, Guidinha do Poço³⁵ ou Luzia Homem³⁶, a filha de Sinhô tem a “visão” e a bravura dos que conquistam e defendem a bala suas posses e objetivos. (DUARTE, 1996, p. 132)

A perspectiva de Assis Duarte em inserir Don’Ana ao lado de Ana Terra, Guidinha do Poço e Luzia Homem é colocar a obra amadiana, entre outros tipos femininos, no mesmo patamar de obras que compõem a construção da cultura e da identidade nacional. Em artigo crítico ao romance *Terras do sem fim*, Romes Barbosa, em 1943, reflete acerca da importância da personagem Don’Ana e a compara ao lado de Luzia Homem, de Domingos Olímpio:

E, além disso, que vigor concentrado na criação de tipos e caracteres! Don’Ana ficará na nossa literatura como um tipo único, meio-parenta da ‘Luzia-Homem’ de Domingos Olímpio, embora mais profunda e complexa. Por mais fictícia que ela possa parecer à primeira vista, no fundo é bem real e humana – seja quando a vemos palpitante de amor e de timidez diante do capitão Magalhães, seja quando a vemos encontrar, feroz e sanguinária, enfrentando o coronel Horácio. (BARBOSA, 1961, p. 197, 198).

³⁴ Personagem de *O tempo e o vento*, de Érico Veríssimo.

³⁵ Personagem de *Dona Guidinha do Poço*, de Manuel de Oliveira Paiva.

³⁶ Personagem de *Luzia-Homem*, de Domingos Olímpio.

A referência da representação do tipo feminino da mulher valente e obstinada em Don'Ana configura-se ao comportamento, posturas e atitudes da mulher do nordeste. Don'Ana era uma típica mulher nordestina pertencente a uma elite: “morena e forte, silvestre flor da mata” (p. 60); na concepção do jagunço Damião “morena, queimada do sol” ou “mulher valente” (p. 65 e 68); “olhos ardentes e negros” (p. 113); Ou também como era vista pela sua cunhada Olga, esposa de Juca Badaró:

Olga comentava com as vizinhas o desprezo com que Don'Ana tratava os vestidos que Sinhô mandava buscar na Bahia ou no Rio, vestidos caros realizados por costureiros de fama. Don'Ana não se preocupava com eles, queria era saber dos potros novos que haviam nascido na fazenda. Sabia o nome de todos os animais que a família possuía, mesmo dos burros de carga. Tomara a si a contabilidade dos negócios dos Badarós e era a ela que Sinhô se dirigia cada vez que necessitava de uma informação. A esposa de Juca dizia sempre que “Don'Ana devia ter nascido homem”. (p. 207 e 208)

A descrição de Don'Ana e a comparação a outras “mulheres-homem” institucionalizam uma mulher que incorpora o patriarcalismo que, ao contrário de enfrentá-lo, colabora com ele e reforça seus códigos de poder. Somente com a aproximação de Capitão Magalhães é que teremos uma nova perspectiva sobre Don'Ana. Apesar dele reconhecer o instinto dominador de Don'Ana, o Capitão Magalhães não vê motivos para afastar-se dela: “ele se perdeu na contemplação daqueles olhos meigos” (p. 208).

A junção dessas características faz da personagem integrante de uma sociedade fundamentada pelo patriarcalismo. Miridan Falci (2011) versa sobre essa hierarquia rígida: “A mulher de elite, mesmo com um certo grau de instrução, estava restrita à esfera do espaço privado, pois a ela não se destinava a esfera pública do mundo econômico, político, social e cultural” (FALCI, 2011, p. 251). Nessas condições restava-lhe, portanto, a condição de esposa, dona de casa e mãe.

No entanto, percebemos que Don'Ana destoa dessas características domésticas e faz-se uma mulher frente a seu tempo em impor-se, por exemplo, perante o pai sobre sua decisão de casar-se mesmo sem as bênçãos dele ou quando quer participar dos assuntos da fazenda. Don'Ana sente-se como parte operante nas decisões da família ao se lembrar da promessa de Sinhô Badaró em deixar que ela escolhesse o nome do novo território do Sequeiro Grande, assim que a família tomasse posse.

Seguindo pelo raciocínio das mulheres da elite latifundiária, elas eram submetidas a casamentos que tinham por objetivo manter a soberania e o monopólio da terra. Segundo Miridan Falci (2011), as moças eram orientadas a aceitarem os pretendentes que seus pais lhes destinavam, pois “estavam cuidando da manutenção dos laços de amizade, do patrimônio territorial, e da inter-relação das famílias poderosas oligárquicas locais” (FALCI, 2011, p. 257). E Don’Ana Badaró não é exceção.

Embora muito bem marcado o sistema patriarcal em *Terras do sem fim*, Don’Ana nunca se curvou às obrigações do que se esperava de uma mulher em suas condições sociais em sua época. Sinhô Badaró, seu pai, respeitava a sua condição e não a excluía das decisões familiares utilizando-se de seu poder patriarcal. E no momento crucial em que os homens Badarós precisam arquitetar um plano para a recém-guerra travada pela posse do Sequeiro Grande, Don’Ana se faz presente ao citar um trecho da Bíblia: “Não te ponhas contra mim obrigando-me a deixar-te e a ir-me; porque para onde quer que tu fores irei eu; e onde quer que tu ficares, ficarei eu também” (p. 113).

Com essa sentença proferida Don’Ana impõe-se como uma legítima Badaró e seu pai reconhece tal posição e sentencia, perante o seu tio também, seu destino de futura matriarca da família: “Deixe que ela fique. É uma Badaró. Um dia vão ser os filhos dela, Juca, que vão colher o cacau das roças de Sequeiro Grande. Pode ficar, minha filha” (p. 113).

A necessidade de manter os laços patriarcais é tão importante para Don’Ana, principalmente sobre a significativa dominação das terras dos Badarós, que nem mesmo com o seu casamento houve a subtração de seu poder por causa do poderio dos Badarós. Isso acontece porque o futuro esposo de Don’Ana é João Magalhães, um tipo malandro, jogador e vive da boemia. Foragido da polícia refugia-se em Ilhéus sob o título de “Capitão Dr. João Magalhães – Engenheiro Militar” pensa em adquirir fortunas nas terras do cacau ludibriando os coronéis nas jogatinas: “Decididamente ia enriquecer nessas terras do cacau” (p. 26).

Ao ver-se sentimentalmente ligado a Don’Ana, João Magalhães muda seus planos de sair de Ilhéus como dinheiro que arranjara medindo as terras do Sequeiro Grande para a família dos Badarós. No entanto, casa-se com Don’Ana, mas nutre um sentimento de posse ao imaginar-se dono daquelas terras: “Parece que vou me casar - olhou a fazenda em torno, a casa-grande, o terreiro, as roças de cacau, com um ar de proprietário” (p. 212). À primeira vista, tais perspectivas soam interesseiras suas intenções, com o passar do tempo transforma-se em sentimento verdadeiro pela herdeira dos Badarós:

Sempre procurara pensar no caso de uma maneira cínica, vendo apenas a possibilidade de entrar, pelo casamento, na família dos Badarós, na fortuna dos Badarós. Mas agora sentia que não era apenas isso. Sentia falta dela, do jeito brusco que ela tinha ora meiga, ora severa, trancada na sua virgindade sem beijos e sem sonhos de amor. (p. 214)

Certamente que os sentimentos amorosos de João Magalhães e o fato dele não ter nenhuma posse contribuía para o processo hereditário do patriarcalismo para o matriarcalismo. No momento em que Juca Badaró relata as intenções de casamento de João Magalhães com Don'Ana a Sinhô Badaró, convence-o a dar as bênçãos matrimoniais:

Tem uma coisa, Sinhô. Tu só tem essa filha, eu não tenho filho nenhum, a não ser na rua, filho que não leva meu nome. Olga não serve pra parir, o médico já disse. Um dia desse eu fico derrubado com um tiro, tu sabe que vai ser assim. Inimigo me sobra... Não vou chegar no fim desses barulhos... E, depois, quando tu tiver velho, qual é o Badaró que vai colher cacau, que vai eleger o intendente de Ilhéus? Qual é? (p. 260)

Na visão de Juca Badaró, não adiantaria Don'Ana se casar com algum “doutor” da cidade que iria apenas “comer os lucros do cacau” e deixar de plantar roça. E finaliza: “Quem casar com Don'Ana tem que levar o nome dela. É ao contrário de todo mundo que o homem dá o nome á mulher. Quem casar com Don'Ana tem que virar um Badaró...” (p. 261).

Para encerrar esta seção, deve-se pautar na afirmação de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1997) sobre as relações de heranças, casamentos e mandonismo numa sociedade coronelística, assim observa que “herança e casamento em geral se apresentam unidos na preservação das fortunas e do mandonismo local” (QUEIROZ, 1997, p. 172). E que podemos consolidar a posição matriarcal de Don'Ana em casar-se com um homem sem riquezas através da seguinte justificativa: “era o casamento importante meio de integração e de ascensão social para os ambiciosos que, não pertencendo a parentela importante, ou sendo um forasteiro, pretendesse conquistar uma posição de destaque” (QUEIROZ, 1997, p. 173). Lígia Militz da Costa (1976) já havia destacado sobre a posição de Don'Ana como mulher-sujeito na luta pela terra: “Não se trata da imposição do matriarcado para a nova família, mas sim da preocupação em manter a linhagem Badaró no poder”(COSTA, 1976, p. 50). O último exemplo a ser destacado que mais transparece a hereditariedade do matriarcalismo constitui-se no dever de Don'Ana em gerar um filho Badaró.

3.2. RAIMUNDA, AFILHADA E CRIADA DA CASA GRANDE

Na casa-sede da fazenda dos Badarós temos a figura de Raimunda, agregada da família. Tem sua origem desconhecida, segundo boatos era filha do velho Marcelino Badaró, pai de Sinhô e Juca Badaró com a cozinheira negra Risoleta. Tal situação social era comum nas famílias das elites latifundiárias. Desde a escravidão essa prática tem repercutido até o século XX, assim afirma Miridan Falci (2011): “a mulher escrava manteve especificidades em suas relações com o senhor: muitos concubinatos, muitos filhos naturais” (FALCI, 2011, p. 275).

Raimunda nascera mulata clara, dos cabelos quase lisos, era irmã de leite e afilhada de Don’Ana, esta posição social na casa trazia-lhe algumas vantagens e desvantagens em sua vida. Serão dessas duas abordagens que iremos tratar nessa seção.

Desde o dia em que nasceram Raimunda e Don’Ana, ambas compartilharam muitos momentos, tais como: nasceram no mesmo dia, cresceram na mesma casa, compartilharam o mesmo leite da negra Risoleta. No entanto a presença de Raimunda é sempre ofuscada pela de Don’Ana. Esta constatação soa óbvia, já que esta é herdeira do clã dos Badarós e aquela é a filha da cozinheira. Assim, ela é apresentada:

Don’Ana e Raimunda cresceram juntas nos primeiros tempos, uma em cada braço de Risoleta, uma em cada seio seu. No dia do batizado de Don’Ana a mulatinha Raimunda se batizou também. A negra Risoleta escolheu os padrinhos: Sinhô, que era então um rapaz de pouco mais de 20 anos, e Don’Ana, que tinha apenas meses. (...) Raimunda cresceu na casa-grande, era a irmã de leite de Don’Ana. E como Don’Ana chegara inesperadamente para alegrar a família, na quase velhice dos avós, vinte anos depois da última menina Badaró que enchera a casa de dengues, a família toda fazia-lhe as vontades. E Raimunda ganhava as sobras desse carinho. Dona Filomena, que era uma mulher religiosa e boa, costumava dizer que Don’Ana havia tomado a mãe de Raimunda e por isso os Badarós tinham que dar algo à mulatinha. (p. 84 e 85)

Diante de um passado escravocrata, averiguamos que há resquícios da relação patrão e trabalhadores entre os Badarós. Há nessa tradição reminiscências de um trabalho servil,

embora um pouco mais branda e paternalista. De certa forma, Raimunda não se sente escrava da casa e ao mesmo tempo também não se sente uma mulher livre.

Os desdobramentos dessa relação meio servil, meio mulher livre confluíam em momentos de desconforto e desvantagens para Raimunda, que em seu íntimo resguardava sentimentos e anseios que os Badarós nem imaginavam que tivessem. Como por exemplo, o desejo de brincar com as bonecas e os brinquedos que pertenciam à Don'Ana, o desejo de montar num cavalo bem arreado, o desejo de ser vaidosa em usar um colar, um par de argolas ou um pente espanhol para os cabelos. Certa vez, encontrara no lixo um pente com duas ou três cerdas que fora de Don'Ana.

No íntimo de seu quarto de vem em outra pegava o presente “herdado” de Don'Ana e mirava-se no espelho: “E, no seu pequeno quarto que um candeeiro iluminava pelas noites, ela o colocava no cabelo e sorria para si mesma. Talvez fosse esse o seu primeiro sorriso daquele dia” (p. 86).

Tomamos conhecimento da posição social que Raimunda ocuparia na fase adulta. As sobras de carinho da mãe, o sentimento de compaixão de Dona Filomena, mãe de Don'Ana, são constatações que permitirão a Raimunda crescer num ambiente sendo protegida pelos Badarós e ocupante dos trabalhos domésticos da casa como uma serva bastarda.

Outro ponto a ser destacado é o sentimento de culpa dos Badarós em manter Raimunda sob sua proteção. Dona Filomena “costumava dizer que Don'Ana havia tomado a mãe de Raimunda e por isso os Badarós tinham de dar algo à mulatinha” (p. 85). Ao lado disso os Badarós pagavam a dívida que tinham com Raimunda tirando-a da cozinha e introduzindo-a no seio da família:

Raimunda fazia pequenos trabalhos caseiros, aprendia a cozinhar, mas na casa-grande lhe ensinaram também costura e bordado, lhe ensinaram a ler as primeiras letras, a assinar o nome e a fazer contas de somar e de diminuir. Os Badarós acreditavam estar pagando a sua dívida. (p. 85)

Entretanto, ela jamais teria direito à herança ou qualquer propriedade por menor que fosse pertencente à família. Apesar do comportamento paternalista dos Badarós, é certo que não podemos deixar de destacar que a sociedade é patriarcal e conservadora e não seria permitido a uma filha de ex-escrava ser tratada com todas as regalias e direitos tal qual uma

sinhazinha. Assim ressalta Miridan Falci (2011) sobre as condições dos filhos de escravos, que também se encaixa nessa mesma sociedade pós-escravatura:

A mulher escrava era praticamente vista como aquela que guarda a semente, mas não cocausadora do nascimento do filho. A mulher é a coisa, a matéria onde podem unir-se os elementos que produzirão um outro ser. Mas, por si só, no seu estado *natural*, sem possuir o laço sagrado e legal do casamento, seu fruto será também natural. (FALCI, 2011, p. 275)

Assim é a postura dos Badarós, quando Risoleta e Dona Filomena morrem e Raimunda instintivamente é direcionada para os afazeres domésticos na fazenda. Sua posição na casa-grande sempre oscila entre a condição de afilhada e criada da casa, no entanto vemos que essa balança pesa mais para o lado das relações patrão e empregado. “Raimunda foi tendo uma vida igual às das demais crias da casa: levar, remendar roupa, buscar água no rio, fazer os doces” (p. 86). Os Badarós também não se esqueciam de pagar, de certa forma, a eterna dívida com Raimunda: “nas festas, Don’Ana lhe regalava um corte de fazenda para um vestido melhor e Sinhô lhe dava um par de sapatos e um pouco de dinheiro” (p. 86).

Raimunda não recebia salário como os demais trabalhadores, essa constatação nem sequer tinha consciência de tal direito. Na concepção dos Badarós, eles a mantinham na casa, davam-lhe comida, tinha um pedaço de terra para quando casar recebia algum dinheiro em ocasiões festivas, ou seja, não havia motivos para ela reclamar salário.

Por fim, tornou-se uma mulher de “de cara séria e zangada, fechada para todos” (p. 86). “Era zangada, a própria Don’Ana o notava em geral, na fazenda, diziam que Raimunda era ruim, não era de bom coração” (p. 86). Sob essas características tão severas, Raimunda não atraía pretendente, e quando surgia algum sujeito era por interesse de seu apadrinhamento com os Badarós, pois “na certeza de que Sinhô Badaró não deixaria de ajudar aquele que casasse com sua afilhada, a irmã de leite de Don’Ana” (p. 86).

Mesmo sabendo que nunca seria obrigada a casar-se com alguém, mesmo quando um empregado do armazém, “um loiraça que viera da Bahia e sabia contas Elia livros, quis casar com ela” (p. 86), fez o pedido a Sinhô Badaró, ela recusou e ele respondeu: “Não quer, acabou-se... Não tou obrigando...” (p. 87). E para intensificar que as relações entre Raimunda e os Badarós são mais complexos que apadrinhamento e criadagem, Don’Ana sentencia que Raimunda sempre estará sob sua obediência: “Raimunda nunca há de deixar a gente. Ela tem aquela cara fechada mas gosta da gente...” (p. 87).

Será Antônio Vitor, “um caboclo alto e magro, de músculos salientes e grandes mãos calosas” (p. 12), que despertará em Raimunda o desejo de unir-se a alguém. O Sergipano, como também era conhecido, chega a Ilhéus com vontade de fazer dinheiro e voltar para a sua terra. No entanto, torna-se o novo jagunço a serviço dos Badarós depois de um ato de coragem ao não temer a tempestade e os assombros provindos da mata, em seguida matara o seu primeiro homem para salvar Juca Badaró. Portanto, recebe a promoção de ser um dos cabras dos Badarós, e sente-se parte integrante daquelas terras. Assim, ele refletia sob a margem do rio: “Aquelas águas limitavam a mata das roças, e Antônio Vitor, enquanto espera, pensa que não tardará que os machados e o fogo ponham a mata abaixo. Seria tudo cacauero, o rio não marcaria mais nenhuma separação” (p. 82).

Os primeiros contatos que Antônio Vitor tinha com Raimunda eram rudes e mal educados. Quando Raimunda descia para o rio buscar água para os banhos de Don’Ana, Antônio Vitor estava sempre à sua espera para ajudá-la, mas era sempre mal recebido e ouvia resposta grosseira da parte dela.

Descia cantando, mas mal enxergava Antônio Vitor parava o canto e fechava a cara, um ar de aborrecida. Respondia de maus modos ao cumprimento dele e a única vez que ele quis pegá-la, apertá-la contra si, ela deu um jeito no corpo e atirara o cabra no rio, era forte e decidida como um homem. (p. 84)

Tal rejeição não foi o suficiente para a desmotivação de Antônio Vitor. Ele a desejava e a queria como esposa. Ele tinha clara noção desse desejo que não se importava com a falta de beleza dela: “A cara dela talvez não seja uma beleza, mas Antônio Vitor tem na cabeça é o seu corpo forte, de nádegas grandes, de seios rijos, de roliças coxas” (p. 87). Essa definição de Raimunda, sob os olhos de Antônio Vitor, Miridan Falci (2011) pode nos esclarecer na preferência da beleza na ocorrência de matrimônios da mulher pobre: “A mulher muito bonita despertava desconfiança: poderia despertar traição ou desejo de outros homens” (FALCI, 2011, p. 263). Além do mais, o corpo forte é sinônimo de capacidade de trabalho doméstico, seios rijos e nádegas grandes são sinais de boa parideira e propícia à maternidade.

A resistência de Raimunda às investidas de Antônio Vitor perdura até ele ser atingido por uma bala, pela segunda vez ao defender seu patrão Juca Badaró, e ela sente-se piedosa por vê-lo ferido e o socorre. É nesse momento que ela fica consciente de seus sentimentos por

Antônio Vitor, portanto, sentindo-se segura em demonstrá-lo. Assim Raimunda o recebeu ferido:

E somente ele e Don'Ana notaram que as mãos de Raimunda tremiam quando ela entregou o pacote de algodão e a garrafa de álcool. Ficou depois ajudando Don'Ana nos curativos (a bala apenas rasgara a carne, sem atingir nenhum osso) e suas mãos rudes e pesadas se tornaram delicadas e ternas, também elas eram suaves mãos de mulher. Para Antônio Vitor eram muito mais doces, ternas e suaves, que as mãos leves e finas de Don'Ana Badaró. (p. 256)

Há o consentimento de Sinhô Badaró para os preparativos do casamento de Raimunda e Antônio Vitor, coincidentemente no mesmo dia do casamento de Don'Ana com João Magalhães. Por ocasião do casamento, Raimunda e Antônio Vitor recebem do patrão terras assinadas e carimbadas em cartório. Vale a pena notar que sem o casamento jamais receberia terras, o matrimônio aqui reitera a continuidade da família patriarcal. Na festa de casamento dos dois casais, a posição de trabalhadores da casa-grande falou mais alto e instintivamente Antônio Vitor e Raimunda começaram a servir os convidados. Demonstrando, portanto, a sua condição de dependência diante dos patrões.

Em síntese, podemos salientar que as relações trabalhistas que matem Raimunda eternamente em obediência aos Badarós constituem-se uma característica marcante de uma sociedade estratificada e patriarcalista. Essa constatação aponta para as contradições mantidas por um sistema que não permite à Raimunda a opção de querer servir-se de empregada da casa.

3.3 Ester, mulher e natureza

Há em todo o enredo uma relação direta entre a opressão feminina e a degradação da natureza como é visto no caso da personagem Ester, integrante da família do Coronel Horário da Silveira e sua esposa. Ester ocupa um lugar na narrativa que vão além dos modos finos e elegantes. Ela representa a condição de uma mulher submissa ao seu marido e mantém em seu íntimo o desejo de rompimento dessa subordinação e a ânsia de se sentir viva longe daquelas

terras do sem fim. Este fato a diferencia de Don'Ana, mulher nativa das terras do cacau, e Ester é uma mulher vinda da cidade, em outras palavras, uma descolada.

Segundo Lígia Militz da Costa (1976), Ester encaixa-se no perfil feminino de mulher-objeto, essa denominação ocorre por conta, principalmente, no modo como seu marido a trata. Em dado momento, ela mesma toma para si a consciência de mulher-objeto quando vê o filho, fruto de seu casamento com Horácio, assemelhar-se ao pai: “Era tudo dele e Ester pensava consigo mesma que ela era culpada, pois não colaborara no gestar daquele ser, nunca se entregara, fora sempre tomada como um objeto ou um animal” (p. 49).

O coronel Horácio da Silveira é o chefe patriarca da família que se opõe ao clã dos Badarós. Horácio é visto como o “chefe indiscutível da zona, o maior fazendeiro dali” (p. 44). Homem cruel, ele articulava os caxixes e matava quando se sentia desrespeitado. A sua imposição de poder é tão forte e marcante que a sua relação com as plantações de cacau sobrepõe a relação matrimonial com Ester.

Nessa manhã ele ia entre os cacauzeiros novos que davam seus primeiros frutos. Acabara de preparar o cigarro com as grandes mãos calosas. Pitava vagarosamente e não pensava em nada, nem nas histórias que contavam dele, nem mesmo na chegada recente do dr. Virgílio, o novo advogado que o partido enviara da Bahia para os trabalhos de Tabocas, não pensava nem mesmo em Ester, sua esposa, tão linda e tão jovem, educada pelas freiras na Bahia, filha do velho Salustiano, comerciante de Ilhéus que a dera, encantado, de esposa ao coronel. Era a sua segunda mulher, a primeira morrera quando ele era ainda tropeiro. Era triste e linda, magra e pálida, e era a única coisa que fazia o coronel Horácio sorrir de uma maneira diferente. Neste momento nem em Ester pensava. Não pensava em nada, via apenas os frutos dos cacauzeiros, verdes ainda, pequeninos, os primeiros daquela roça. Com a mão tomou de um deles, doce e voluptuosamente o acariciou. Doce e voluptuosamente como se acariciasse a carne jovem de Ester. Com amor. Com infinito amor. (p. 44 e 45)

A citação torna patente entre mulher e natureza, uma vez que como mulher, a terra procria, sendo considerada como um valor econômico. Como podemos notar, Ester tem menos valor que um pé de cacau na concepção de Horácio, até mesmo o seu pai Salustiano a tratou como mercadoria ao oferecê-la como esposa ao coronel. Ester vinha de uma família urbana, seu pai era dono de um comércio e isso garantia à família certo *status* privilegiado numa sociedade burguesa.

Assim ressalta Maria Ângela D’Incao (2011) sobre as relações das famílias burguesas do século XIX, o romance representa essas relações: “a boa reputação financeira e a articulação com a parentela como forma de proteção ao mundo externo também marcaram o processo de urbanização do país” (D’INCAO, 2011, p. 223). Nesse sentido, verificamos que o processo que envolve o casamento de Ester como um integrante detentor de poderes políticos e econômicos exemplifica a confirmação de que seu pai estava do lado da família de Horácio da Silveira nesse período de disputa de poderes num ritual simbólico de valorizar as relações previstas pelos códigos vigentes no sistema patriarcal.

Ester vivia na fazenda, no entanto sonhava com a vida glamorosa de festas e viagens que nunca teria. Assim ela pensava: “nunca se acostumaria, tinha certeza. E se desesperava porque sabia que toda a sua vida seria passada ali, na fazenda, naquele mundo estranho que a aterrorizava” (p. 46). Sempre comparava a sua vida infeliz com a elegante vida de sua amiga Lúcia que vivia em Paris. Por conta de sua educação num colégio de freiras, junto com as colegas “liam romances franceses, histórias de princesas, de uma vida formosa” (p. 46), Também idealizavam “planos de futuro, ingênuos e ambiciosos: casamentos ricos e de amor, vestidos elegantes, viagens, o Rio de Janeiro e a Europa” (p. 46).

A idealização de um casamento tipicamente burguês idealizado por Ester condizia com o contexto social que o país passava no início do século XX. Assim explica Maria Ângela D’Incao (2011):

As leituras animadas pelos encontros sociais ou feitas à sombra das árvores ou na mornidão das alcovas, geraram um público leitor eminentemente feminino. A possibilidade do ócio entre as mulheres de elite incentivou a absorção das novelas românticas e sentimentais consumidas entre um bordado e outro, receitas de doces e confidências ente amigas. As histórias de heroínas românticas, langorosas e sofredoras acabaram por incentivar a idealização das relações amorosas e das perspectivas de casamento. (D’INCAO, 2011, p. 229)

Nesse sentido, o imaginário feminino sobre o casamento da família burguesa era usado como um motivo não apenas para a ascensão social como também para a manutenção desta. Ester tinha consciência de que nunca seria feliz numa região como aquela. “Para ela a beleza estava com a vida de Lúcia, os bailes em Paris” (p. 47). Mesmo sendo cortejada e admirada pelos homens da região não lhe restava outra coisa a não ser chorar e lastimar uma vida

desperdiçada naquele desterro, até o dia que seu pai “comunicou que o coronel Horácio, um dos homens mais ricos da zona, pedia a sua mão ela se contentou em chorar” (p. 47).

Lígia Militz da Costa (1976), sobre Ester, afirma que “é este seu enquadramento (‘acostumou-se’) na função de objeto na ideologia do poder, paralela ao sistema patriarcal” (COSTA, 1976, p. 49) que tem como consequência em sua vida na inadaptação ao ambiente todos os seus medos transportados através dos assombros vindos da mata: “Por detrás da casa ela (a mata) se estendia trancada nos troncos e nos cipós. Ester temia como a um inimigo” (p. 46).

O desconforto de Ester já denunciava o temor pela vida que seria na fazenda desde o dia do casamento quando ouvira os trabalhadores comemorando as bodas do coronel com tiros para cima, no íntimo de Ester apenas “sentiu seu coração apertar com o estampido dos tiros na noite” (p. 48). Ester acostumara-se, portanto, com a vida que levava na fazenda, com o marido, com os tiros, com os cadáveres, “só não se acostumou com a mata no fundo da casa” (p. 49).

Motivada por um sentimento de alienação, Ester hostiliza a natureza como um espaço negativo, que não se presta a regeneração e integração do ser, podemos dizer, portanto, que se trata de uma de uma floresta da modernidade. De acordo com Regina Célia Di Ciommo (2003) acerca das relações mulher e natureza, afirma que, de certa forma, as mulheres contribuem para a degradação do meio natural quando estão sob dominação masculina:

Há muitas razões pelas quais a ligação mulher–natureza pode constituir-se em questão central para o feminismo. Um dos motivos está na compreensão de que essa é uma conexão essencial para a permanência da dinâmica do tratamento que as mulheres e a natureza recebem na sociedade contemporânea. (DI CIOMMO, 2003)

Seguindo esse raciocínio, ao verificarmos os momentos angustiantes que Ester vivencia na fazenda com medo da mata. O meio natural por sua vez encontra na fragilidade de Ester, uma abertura para manifestar o seu descontentamento, como se a mata tivesse vida própria. Esta ligação condiz com a subtração de seus sonhos juvenis e a vingança representada em ato adultério quando conhece Virgílio.

O sistema familiar tradicional patriarcalista jamais privilegiou atender as necessidades femininas, conseqüentemente sentia-se no direito de transgredir o meio natural. Assis Duarte (1996) destaca o conflito de Ester em ser dominada pelo marido e o temor pela natureza:

Diante do poder quase ilimitado de seu ‘senhor’, Ester vê-se reduzida a objeto e possuída com a mesma violência com que ele ‘mete o dente na mata’. Na noite de núpcias ela ouve horrorizada o grito mortal das rãs sendo abocanhadas pelas cobras, imagem que permanece ao longo do texto para metaforizar sua relação com o marido. (DUARTE, 1996, p. 131)

Depreende-se, com isso, estabelecer três elementos que conferem ao coronel Horácio da Silveira, a saber: senhor, homem e fazendeiro. Enquanto que Ester vincula-se a partir de dois aspectos, como: mulher e mata. Estas duas últimas filiam-se a Ester como objetos a serem possuídos pelo representante masculino a partir de duas relações. A primeira, é permitida a posse a partir dos laços sagrados do casamento instituído pela igreja e a segunda, é permitida a posse a partir da aquisição das terras adquirida pela documentação em lei.

Essas reflexões contribuem para o entendimento de que a sociedade patriarcalista destaca relações que o poder político e econômico ditam as regras. As investidas desiludidas de Ester representam um retrato em que o ser humano é hostilizado pelo ambiente e que sua integridade também está incluída nesse sistema. Portanto, o auge do desespero de Ester aparece quando comete o adultério. Nesse momento em diante, ela permite que o desejo amoroso reprima o desgosto e o medo das terras do cacau.

Em Virgílio, Ester o vê como um perfeito cavalheiro aos moldes parisienses, “surgia como um cavaleiro andante, um mosqueteiro, um conde francês, mistura de personagens de romances lidos no colégio, todos nobres, audazes e belos” (p. 77). No entanto, como Horácio é um filho da terra, tem o visgo de cacau preso nos pés, contrai uma febre e não morre. A doença é transmitida para Ester, e será consumida pelo tifo, ou seja, coube-lhe a morte como punição pelo adultério feminino.

Para finalizar essa seção, é importante ressaltarmos que Ester era uma representante da elite e não tinha sob os pés o visgo do cacau, pois dessa forma não conseguia realizar seus sonhos amorosos, baseados no modelo dos romances burgueses, construídos na juventude com Horácio, o seu descontentamento era transmitido pelo medo que a mata representava. Somente quando conhece Virgílio sente-se confiante e determinada a seguir seus sentimentos ao lado de um semelhante à sua educação burguesa.

3.4 Margot e as três irmãs prostitutas, os dois lados do meretrício

Toma-se conhecimento de que há dois tipos de representação da prostituição em *Terras do sem fim*. O primeiro tipo representado é Margot, uma prostituta de luxo, esbanja sensualidade e poder de sedução, vai a Ilhéus, primeiramente, para rever seu amante e, um tempo depois, permanece na cidade por motivos econômicos. O segundo tipo são as três irmãs Maria, Lúcia e Violeta, prostitutas de condições sociais desfavorecidas não veem outra forma de sobrevivência a não ser pela prostituição.

Essas duas representações sobre a prostituição feminina contida na obra permitem-nos analisar que Margot, integrante do alto meretrício, ocupa uma posição social que lhe dá determinada vantagens e regalias sociais em relação às prostitutas do baixo meretrício, representado por Maria, Lúcia e Violeta. No caso das três irmãs, a inserção delas na prostituição dá-se por conta da violação de seus corpos, seja à força ou seduzida, e não mais aceitas em sua família por conta da destruição da ordem familiar.

No caso das três irmãs – Lúcia, Violeta e Maria – unidas em seu destino tiveram um foco especial em crítica publicada por Antonio Candido em 1945:

As passagens das cenas, os fins e os inícios de capítulos, as articulações, as *coupures*, tudo revela no autor um artista consciente e senhor da sua matéria. Talvez se pudesse objetar contra certas inclusões demasiado poéticas e cinematográficas, que alteram o caráter literário do livro. Por exemplo, o começo do segundo capítulo, em que a mata aparece numa visão plástica de cinema ou o do terceiro, a admirável história das três irmãs em prosa metrificada: “Era uma vez três irmãs; Maria, Lúcia, Violeta, unidas nas correrias, unidas nas gargalhadas”. Trechos e cenas tão belos que o protesto morre nos lábios e o leitor os aceita sem relutar. (CANDIDO, 1961, p. 178-179)

Carlos Cunha em 1959 também dá sua contribuição ao destacar a passagem das três irmãs:

Quando li pela primeira vez “*Terras do sem-fim*” e “*São Jorge dos Ilhéus*”, senti-me perplexo entre uma canção de gesta e um poema de Homero. Nas lutas pelas posses das terras do cacau, com cabalas, incêndios, tocaias, tiros, coronéis e cangaceiros desmedem-se muitas vezes em gestos de epopeia. Epopeias são de fato os romances de Jorge Amado. Aedo do Sertão, descreve e canta. O seu estilo, respiratório e largo, tem o ritmo dos mais

belos versos. Por vezes é verso mesmo: “*Você não viu Rosa? Não vi ela não*”. Ou aquele inesquecível capítulo, aquela romanza de “Terras do sem-fim”: “*Era uma vez três irmãs, Maria, Lúcia e Violeta...*” O romance alarga as suas fronteiras, os gêneros indiferenciam-se, poesia e prosa confinam nos livros de Jorge Amado. (CUNHA, 1961, p. 220, 221).

O tratamento desses críticos dado à referida passagem no romance sobre as três irmãs prostitutas e seus conflitos, percebemos a preocupação e o rigor na escrita do romance em reproduzir poeticamente uma situação violenta e preocupante. O valor que o romancista atribui a uma situação degradante dessas três irmãs ilustra um bom exemplo de como essas mulheres são representadas.

Lúcia a mais velha das irmãs com seus “seios redondos, suas coxas como colunas, morenas, cor de canela. Veio o patrão e a levou. Leito de cedro e penas, travesseiros e cobertores” (p. 122). Violeta tinha seios pontudos, “grandes nádegas em flor, ondas no caminhar. Veio o feitor e a levou. Cama de ferro e de crina, lençóis e a Virgem Maria” (p. 122). E, por fim, Maria “a mais moça das três, de seios bem pequeninos, de ventre liso e macio. (...) veio Pedro, trabalhador da fazenda. Cama de couro de vaca (...) Maria com seu amor” (p. 122).

Nota-se que Lúcia fora seduzida pelo patrão coronel Teodoro, pois recebia dele “um presente todo dia, um corte de fazenda, uma sandália, um lenço bordado... prometeu casa em Ilhéus, vestido, até aquele anelão de brilhante” (p. 130-131). No entanto, Teodoro deixou-a com as promessas “na rua de mulher dama” (p. 131) sem a benção do pai. Das três irmãs, essa última é a que tem mais rancor e consciência dos motivos que a levou a entrar na prostituição. O trabalhador com quem Violeta convivia abandonou-a com um filho para amamentar e Maria ficou viúva e ainda foi violentada pelo coronel Teodoro no velório do marido.

O estatuto de submissão estende-se também às mulheres, e o caso das três irmãs prostitutas é de uma exemplaridade típica. Todas vivem situações de sedução logo seguida de abandono: primeiro, o abandono paterno; logo depois, o desprezo do amante. Mas, ao contrário da submissão passiva de muitas, a mais velha das três irmãs não se envergonha de responsabilizar o coronel pela vida sofrida da família: ‘um bandido daqueles (...) aquilo é a pior miséria do mundo’. (DUARTE, 1996, p. 142-143).

A observação feita por Assis Duarte justifica-se que a narrativa das três irmãs influencia na diegese da obra quando o pai delas é entregue morto enrolado numa rede. O velho pai foi vítima da febre, nesse sentido Assis Duarte relaciona a prostituição com o modo exploratório que os trabalhadores são submetidos nas terras do cacau, assim explica que “as duas histórias ligam, numa relação de casualidade, a prostituição da mulher à reificação e exploração econômica de que são vítimas todos os trabalhadores” (DUARTE, 1996, p. 143).

Devemos destacar também o modo como as irmãs viviam na casa. Antes de entrarem para a prostituição eram morenas, de seios belos, corpos torneados, cor de canela, no entanto após alguns anos no meretrício assemelhavam-se na cor e aparência: “pareciam ter a mesma idade e a mesma cor, uma cor de doença. Era um resto de gente perdido no fim do mundo” (p. 127). Percebe-se que não há mais, na voz do narrador, o tom lírico, acentua-se, portanto, um tom realístico. A visão de mulher desgastada pelo uso do corpo também é refletido na voz de um dos homens que estavam na casa apontando para Maria: “Conheci ela quando era menina... Era uma lindeza. Depois foi uma moça bonita como quê... Quando casou com Pedro. Hoje nem parece (...) Essa vida de rapariga come a beleza de mulher em dois dias...” (p. 127).

Em Margot, a personagem é anunciada com trajes elegantes: “sombriinha de muito pano, arrastando a cauda do vestido de muita roda” (p. 10), seus modos e sua “voz quase sussurrada” (p. 10) denunciavam o seu refinamento adquirido nos ambientes da alta sociedade. Margot orgulhava-se da sua fineza e aparência “escandalizando Ilhéus com seus vestidos de última moda, com seus chapéus largos, com o rosto todo pintado” (p. 147), contrastando com as outras “raparigas imundas de Tabocas, vindas na sua maioria das roças, defloradas pelos coronéis ou pelos capatazes e que caíam na vida no povoado” (p. 143). É percebido, também, um traço preconceituoso até mesmo com a outra meretriz com quem dividia as despesas domésticas: “mesmo a mulher que vivia com ela, a amante do comerciante, era uma mulata que nem sabia ler, de corpo bonito e de riso idiota, que o filho de um fazendeiro desfrutara e que o comandante tirara da rua do Poço que era a rua das mulheres fáceis” (p. 143).

A sua ida a Ilhéus é motivada pelo amor que sente por Virgílio, seu amante que foi para as terras do cacau em busca de dinheiro fácil: “Não quero nada com ele [Juca Badaró], não vou atrás de dinheiro (...). Tu não me viu no sábado dançando com Virgílio? Pois ele está em Ilhéus, eu vou ver é ele” (p. 28).

Quando viviam na capital baiana, Margot e Virgílio tinham uma relação quem misturavam amor e interesse. Amor da parte dela e interesse dele. Isso acontecia porque

Virgílio era estudante de Direito e após a morte do pai vê-se em dificuldade financeira para custear os estudos. Margot se sentimentaliza com a situação do amante e passa a financiar os estudos de Virgílio. Este por sua vez, recém-formado, recebe uma proposta para prestar seus serviços jurídicos, principalmente àqueles que estão direcionadas para o caxixe, nas terras do cacau a serviço do coronel Horácio da Silveira.

Dessa forma, a permanência do casal nas terras do cacau muda a relação dos dois. Virgílio instala Margot na cidade próxima de Ilhéus, Tabocas, para mantê-la longe de olhares curiosos, pois não cabia a um advogado próspero andar pela cidade ao lado de uma prostituta.

Não viviam juntos, que Virgílio não podia escandalizar o povoado preconceituoso. Ele era advogado de um partido político, tinha responsabilidades. Ela vivia numa casa bonita com a amante de um comerciante local. Nessa casa Virgílio passava uma grande parte do dia, por vezes recebia lá mesmo algum constituinte mais apressado, lá comia e dormia, lá redigia os considerandos dos casos que tinha de defender perante a justiça, em Ilhéus. (p. 147)

Com o passar do tempo, Margot foi se entediando na vida de pseudo dona-de-casa, ela queria os bailes, festas e teatros provenientes das cidades grandes. As intenções de Virgílio eram mantê-la em Tabocas não apenas para afastá-la dos “comentários malidiciosos” (p. 143), como também para que ela não perceba o crescente desinteresse dele por ela, pois simultaneamente Virgílio estava iniciando seu caso amoroso com a esposa de Horácio da Silveira, Ester. O jovem advogado sabia que o temperamento possessivo e ciumento da amante atrapalharia seus planos.

O convívio com os rudes plantadores do cacau influenciará no comportamento de Virgílio em relação à Margot. Em dissertação de mestrado apresentada, Gicélia Lima Azeddine aponta para essa mudança nas atitudes de Virgílio: “esquece igualmente sua educação, seu pendor pela urbanidade, sua natural cordialidade, para agir com violência e arbitrariedade, atuando de forma semelhante aos fazendeiros por quem sentira inicialmente grande aversão” (AZEDDINE, 1985, p. 85).

Podemos ver essa agressividade numa cena em que o casal discutia e Virgílio, enfurecido, “virou as costas da mão, bateu com ela na boca da mulher” (p. 151). Tal ato agressivo, segundo Rachel Soihet (2011), constata que apesar de uma determinada camada da população dos grupos ascendentes que pregavam um comportamento de hábitos civilizados, o

sistema patriarcal tinha ao seu lado uma ordem que mantinha o homem “à sua força física uma natureza autoritária, empreendedora, racional e uma sexualidade sem freios” (SOIHET, 2011, p. 363). Às mulheres, cabiam-lhes “uma atitude de submissão, um comportamento que não maculasse sua honra” (SOIHET, 2011, p. 363).

Vendo-se abandonada pelo amante, Margot decide amigar-se com Juca Badaró visando dinheiro, pois não é “mulher de sofrer desfeitas” (p. 195). Na concepção de Rachel Soihet (2011), podemos inserir Margot como um tipo feminino que participava do “mundo do trabalho”, tal posição subalterna

não se adaptavam às características dadas como universais ao sexo feminino: submissão, recato, delicadeza, fragilidade. Eram mulheres que trabalhavam e muito, em sua maioria não eram formalmente casadas, brigavam na rua, pronunciavam palavrões, fugindo, em grande escala, aos estereótipos atribuídos ao *sexo frágil*. (SOIHET, 2011, p. 367)

Nesse sentido, mesmo com vontade de revidar a bofetada proferida por Virgílio, prefere ceder às regalias que Juca Badaró lhe proporcionaria. Com a ajuda do Capitão João Magalhães, aproxima Juca Badaró de Margot e dá-lhe o seguinte conselho: ‘Deixe de ser boba, menina, trate de encher seu pé-de-meia enquanto é moça. Esse negócio de amante pobre, minha filha, só serve para mulher casada com homem rico’ (p. 195).

Convém, então, a Margot submeter-se em ser amante de um coronel das terras do cacau, com seus modos rudes e grosseiros e, ainda por cima, violento, pois já batera na mulher Olga Badaró, quando esta também se rebelara. Margot é conhecedora das dificuldades financeiras que uma meretriz passa e as dificuldades costumam aumentar após o avanço da idade, a sua vivência depende da sua beleza e corpo escultural, e a sua ânsia em manter seu status social, decide fixar-se nas terras do cacau, e, portanto, convém amigar-se a Juca Badaró. Caso contrário, transformar-se-ia numa das rameiras miseráveis da cor suja das quais tinha repulsa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou inserir a obra de Jorge Amado, *Terras do sem fim*, nos movimentos literários de cunho regionalista, mais especificamente no nordeste, nos anos 30. O projeto estético e ideológico que permeou todo o movimento da época corroborou, intencionalmente ou não, a inserção de conflitos sociais, pontuando na referida obra a luta pela dominação da terra promovendo formas de opressão não apenas contra as personagens femininas como também a natureza.

Fica clara a necessidade do apoio teórico dos princípios ecofeministas no empenho de verificar no romance amadiano a representação das personagens femininas numa sociedade patriarcal. A nossa investigação crítica e analítica sustenta-se nos pressupostos ecofeministas levantados. Portanto, forma-se a base para uma investigação de uma obra que permite, através da crítica, a análise estética com seu contexto.

Aplicou-se na pesquisa a análise das relações de gênero que nos permite abordar a situação das mulheres na sociedade baiana no início do século XX. Espera-se que tenham ficado esclarecidas as abordagens que selecionamos para uma melhor compreensão dos princípios do ecofeminismo. Dessa forma, temos a intenção de promover um direcionamento de uma releitura de *Terras do sem fim*, chamando a atenção para as questões culturais e sociais que refletem numa sociedade erguida no sul da Bahia construída sob a dominação masculina, primeiramente, sobre a terra, no qual verificamos que o narrador faz menção à floresta como um ser feminino e personificado e, em seguida, a dominação é direcionada para os trabalhadores “alugados”, os pequenos roceiros, as mulheres e os representantes administrativos e políticos.

Na construção do romance *Terras do sem fim* conferimos que o homem está inserido na obra como agente da dominação, o modificador e detentor dos processos sociais, políticos e econômicos. A essa figura masculina, representada, por exemplo, pelos coronéis, são atribuídos direitos que promovam o progresso da economia na região cacaujeira. Dessa forma, anuncia-se a contraposição entre as relações do homem e mulher, sendo que ao primeiro cabia-lhe o trabalho, o domínio e os regimentos da manutenção e promoção do progresso, à segunda, restavam as obrigações domésticas, obediência e objetos de desejos sexuais.

O estudo das personagens femininas focadas em Don’Ana, Raimunda, Ester, Margot e as três irmãs prostitutas Lúcia, Violeta e Maria permitiu um estudo sobre como as diversas

formas de dominação efetuam-se sob os oprimidos, ancorados num sistema coronelístico que prima pela pretensão da superioridade dominante masculina.

Da obstinação em seguir os próprios instintos em Don'Ana, a detentora da preservação do poderio da família Badaró. A referência sobre a personagem pode aferir que se trata de uma relação no qual o poder patriarcal sempre prevalecerá mesmo em situações em que a mulher, supostamente, está no comando da situação.

As investigações sobre a personagem Raimunda constatarem que os resquícios da escravidão permanecem nas relações de uma filha bastarda sem direitos filiais de reconhecimento e de heranças. Raimunda mostra-se como uma personagem que não tem consciência de seus direitos seja como parte da família ou criada da casa com vínculos empregatícios. Chegamos à conclusão, portanto, que há uma manutenção do modelo escravista que não permite a Raimunda a condição de mulher livre.

Já em Ester, foi possível estabelecer associações entre a relação com a natureza e seu modo de vida descolado numa fazenda de cacau. Sentindo-se frustrada com a vida rural e como casamento com Horácio da Silveira, cede ao adultério com o Virgílio. Em conjunto com essa situação, Ester sente-se ameaçada pela natureza e a vê como sua inimiga que a aterroriza todas as noites através dos silvos das cobras, por exemplo.

Por fim, abordamos duas situações acerca da prostituição no romance. O primeiro deles foi conferido pela personagem Margot que utiliza os atributos físicos, a elegância e beleza para ascender socialmente. Para que permaneça na alta sociedade, deixa-se ser sustentada por um homem que lhe garantirá casa, roupas e vida social. Em contrapartida, há a presença das três irmãs prostitutas Maria, Lúcia e Violeta, unidas pelo mesmo destino, cumprem o exercício da prostituição por conta da situação econômica exploratória no qual a população de baixa renda são vítimas.

A representatibilidade feminina em *Terras do sem fim* perpassa por questões que expressam valores em que o domínio foca-se na presença do coronel e seus colaboradores. Nesse sentido, temos um sistema baseado num determinado tempo e espaço em que o indivíduo dominador mostra-se não apenas dono da natureza como também das pessoas. As consequências para essas atitudes são verificadas nos processos violentos de exploração e desmatamento da floresta e, no caso específico deste estudo, o comportamento feminino resultante desse sistema.

Temos ciência de que na época de Jorge Amado na publicação de *Terras do sem fim*, pouco se questionava acerca das questões que envolvessem relações de gênero e natureza. No entanto, é importante ressaltarmos o cuidado que o autor baiano teve ao debruçar-se por

discussões que ainda em nosso século há muito a ser desenvolvido. O olhar que o escritor tem sobre sua cultura mostra sua preocupação pelas situações adversas que fez dele um ser inquieto, observador e criador de personagens que nos alimentam de consciência crítica e reflexão.

A busca pela atenção das relações entre as personagens femininas, natureza e uma sociedade patriarcal em *Terras do sem fim* formam o nosso caminho de pesquisa. Espera-se, por fim, que esse estudo instigue outros estudiosos a contribuir para uma releitura dos romances nacionais com a perspectiva de aprofundar as pesquisas sobre as relações de gênero e meio ambiente.

REFERÊNCIAS

Romances

AMADO, Jorge. **O país do carnaval**. Rio de Janeiro: Record, 1978.

_____. **Cacau**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

_____. **Suor**. Rio de Janeiro: Record, 1983.

_____. **Jubiabá**. Rio de Janeiro: Record, 1978.

_____. **Mar morto**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **Capitães da Areia**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **Terras do sem fim**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz. **A invenção do nordeste e outras artes**. Recife: Massagana; São Paulo: Cortez, 1999.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Jorge Amado: política e literatura**. Editora Campus: Rio de Janeiro, 1979.

AMADO, Jorge. Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras. **Jorge Amado, povo e terra: 40 anos de literatura**. São Paulo: Martins, 1972. p. 3-22.

ANDRADE, Oswald de. Fraternidade de Jorge Amado. In: MARTINS, José de Barros (Org.). **Jorge Amado, 30 anos de literatura**. São Paulo, Martins, 1961. p. 1165-167.

ARAGÃO, Marcelo Silva de. A figura feminina em *Terras do sem fim* e a série social. In: SIMÕES, Maria de Lourdes Netto (org.). **Identidade Cultural e Expressões Regionais – estudos sobre Literatura, Cultura e Turismo**. Ilhéus: Editus, 2006. Disponível em < http://www.uesc.br/icer/livros/identidade_cultural.pdf > . Acessado em 14/02/2014.

AZEDDINE, Gicélia Lima. **Análise sociológica do romance *Terras do sem fim***. 1985. 125 fls. (Dissertação) Mestrado em Educação. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1985. Disponível em < <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8950/000047498.pdf?sequence=1> > . Acessado em 04/03/14.

BARBOSA, Alaor. **O romance regionalista brasileiro**. Brasília: LGE Editora, 2006.

BARBOSA, Rolmes. Leitura. In: MARTINS, José de Barros (Org.). **Jorge Amado: 30 anos de literatura**. São Paulo: Martins, 1961. p. 197-198.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Editora Cultrix, 1982.

BRIVIO, Gustavo do Rego Barros. **Representações sobre a prostituição feminina na obra de Jorge Amado: um estudo estatístico**. 2010. 250 fls. (Dissertação) Mestrado em Estudos

Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em < <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6279/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Final.pdf> > . Acessado em 04/03/2014.

BROOKSHAW, David. “Jorge Amado: populismo e preconceito”. Em **Raça & cor na literatura brasileira**. Trad. Marta Kirst. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia, 1993, 2v.

_____. “A Revolução de 30 e a Cultura”. In: _____ **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 2000.

_____. “Literatura e subdesenvolvimento”. In: _____ **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 2000.

_____. “Literatura e cultura de 1900 a 1945”. In: _____ **Literatura e Sociedade**. São Paulo: T. A. Queiroz; Publifolha, 2000, p. 101-126.

_____. CASTELLO, José Aderaldo. **Presença da literatura brasileira: história e antologia**. Vol. 2. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

_____. Poesia, documento e história. In: MARTINS, José de Barros (Org.). **Jorge Amado, 30 anos de literatura**. São Paulo, Martins, 1961. p. 168-179.

_____. ROSENFELD, Anatol. PRADO, Décio de Almeida. GOMES, Paulo Emílio Sales. **A Personagem de ficção**. (Coleção debates; 1 / dirigida por J. Guinsburg). São Paulo: Perspectiva, 2011.

CANTARIN, Márcio Matiassi. **Por uma nova arrumação do mundo: a obra de Mia Couto em seus pressupostos ecosóficos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Trad. Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Editora Cultrix: 1996. Disponível em < <https://docs.google.com/folderview?id=0B-YLV8egGwSuYWtZaFRNOHhhdDg> > Acessado em 10/10/13.

_____. **O ponto de mutação**. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Cultrix, 1982.

CARTA do chefe Seattle ao presidente dos EUA. Disponível em: http://www.ufpa.br/permacultura/carta_cacique.htm . Acessado em 25/07/13.

CARVALHO, Flávia Paula. **A natureza na literatura brasileira: regionalismo pré-modernista**. São Paulo, Hucitec: Terceira Margem, 2005.

COSTA, Lígia Militz da. **O condicionamento telúrico-ideológico do desejo em Terras do sem fim de Jorge Amado**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Ed. Movimento, 1976.

_____. **A propósito do romance *Terras do sem fim* e o romance de 30**. Disponível em: < http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r1/revista1_3.pdf >. Acesso em 25/10/13.

COUTINHO, Afrânio. **Introdução à literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CUNHA, Carlos. Jornal das Letras. In: MARTINS, José de Barros (Org.). **Jorge Amado: 30 anos de literatura**. São Paulo: Martins, 1961. p. 220-221.

DAMATTA, Roberto. “Do País do carnaval à carnavalização: o escritor e seus dois brasis”. In: **Cadernos de literatura brasileira**, nº 3, março de 1997.

DI CIOMMO, Regina Célia. **Relações de gênero, meio ambiente e a teoria da complexidade**. Estudos Feministas, Florianópolis, 11(2): 360, julho-dezembro, 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v11n2/19130.pdf> >. Acesso em 31/10/13.

D’INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In.: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto: 2011. .p. 223- 240.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Jorge Amado: romance em tempo de utopia**. Rio de Janeiro: Record; Natal, RN: UFRN, 1996.

_____. “Classe, gênero, etnia: povo e público na ficção de Jorge Amado”. In: **Cadernos de literatura brasileira**, nº 3, março de 1997. p. 88-97.

ÉLIS, Bernardo. Tendências regionalistas no modernismo. In: ÁVILA, Affonso. **O modernismo**. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 87-101.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In.: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto: 2011. .p 241-277.

FREYRE, Gilberto. **Manifesto Regionalista**. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1976.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In.: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto: 2011. .p 510-553.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Tradução de Maria Tereza Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GARRARD, Greg. **Ecocrítica**. Trad. Vera Ribeiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

GLOTFELTY, Cheryll. Introduction: Literary studies in an age of environmental crisis. In: GLOTFELTY, Cheryll; FROMM, Harold (eds.). **The ecocriticism reader: landmarks in literary ecology**. Athens/London: The Univ. of Georgia Press, 1996. p. XV-XXXVII.

GOLDSTEIN, Ilana Seltzer. **O Brasil best seller de Jorge Amado: literatura e identidade nacional**. São Paulo: Editora Senac, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

LAFETÁ, João Luiz. “Estética e ideologia: o Modernismo em 30”. In: _____. **A dimensão da noite e outros ensaios**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2004.

LUCAS, Fábio. “A contribuição amadiana ao romance social brasileiro”. In: **Cadernos de literatura brasileira**, nº 3, março de 1997. p. 98-119.

_____. “O Modernismo 70 anos depois”. Em MEIHY, José Carlos Sebe Bom; ARAGÃO, Maria Lúcia Poggi de (Org.). **América: ficção e utopias**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1994.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

MARTINS, José de Barros (Org.). **Jorge Amado: povo e terra. 40 anos de literatura**. São Paulo: Martins, 1972.

MENDES, Murilo. Cacao. In: MARTINS, José de Barros (Org.). **Jorge Amado: 30 anos de literatura**. São Paulo: Martins, 1961. p. 71-72.

_____. **Jorge Amado e o romance poético**. In: MARTINS, José de Barros (Org.). **Jorge Amado, 30 anos de literatura**. São Paulo, Martins, 1961. p. 193-196.

MERCHANT, Carolyn. **The Scientific Revolution and The Death of Nature**. Isis, 2006, 97, p. 513-533. Disponível em: <<http://nature.berkeley.edu/departments/espm/env-hist/articles/84.pdf>>. Acesso em 10/04/2013.

MIES, Maria, SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. Trad. Fernando Dias Antunes. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

MOISÉS, Massaud. **História da literatura brasileira**. Modernismo Vol. V. São Paulo: Cultrix, 1989.

NOTÍCIA DE REDAÇÃO. **Estado da Bahia**, Salvador, p. 3, 17 dez. 1937.

OLINTO, Antônio. Capitães da areia. In: MARTINS, José de Barros (Org.). **Jorge Amado: 30 anos de literatura**. São Paulo: Martins, 1961. p. 149-150.

OLIVEIRA, Francisco de. A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil. In.: FAUSTO, Boris. (Org.). **O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 391-414. v.1, t.3.

PLUMWOOD, Val. **Feminism and the mastery of nature**. Nova York: Routledge, 1993. Disponível em < [http://uspace.sheffield.ac.uk/servlet/JiveServlet/previewBody/69058-102-1-133834/Plumwood,%20V.%20\(1993\)%20Feminism%20and%20the%20Mastery%20of%20Nature.pdf](http://uspace.sheffield.ac.uk/servlet/JiveServlet/previewBody/69058-102-1-133834/Plumwood,%20V.%20(1993)%20Feminism%20and%20the%20Mastery%20of%20Nature.pdf)> . Acesso em 10/10/2013.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris. (Org.). **O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, v.1, t.3. p. 153-190.

ROSENDO, Daniela. **Ética sensível ao cuidado**: Alcance e limites da filosofia ecofeminista de Warren. 2012. 155 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

ROSSI, Luiz Gustavo Freitas. A militância política na obra de Jorge Amado. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOLDSTEIN, Ilana Seltzer (Orgs.). **O universo de Jorge Amado**: orientações para o trabalho em sala de aula. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 22 – 33 (Caderno de Leituras). Disponível em : <http://www.companhiadasletras.com.br/sala_professor/pdfs/CadernoLeiturasOuniversodeJorgeAmado.pdf> . Acessado em 25 de maio de 2013.

RUECKERT, William. Literature and Ecology: An Experiment in Ecocriticism. In: GLOTFELTY, Cheryll; FROMM, Harold (eds.). **The ecocriticism reader**: landmarks in literary ecology. Athens/London: The Univ. of Georgia Press, 1996. p. 105-123.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOLDSTEIN, Ilana Seltzer (Org.). **O universo de Jorge Amado**: orientações para o trabalho em sala de aula. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. (Caderno de Leituras). Disponível em: <http://www.jorgeamado.com.br/professores2/professores02.pdf> . Acessado em 25 de maio de 2013.

SEGHERS, Anna. Um Balzac brasileiro fala da floresta virgem. In: MARTINS, José de Barros (Org.). **Jorge Amado, 30 anos de literatura**. São Paulo, Martins, 1961. p. 190-192.

SOARES, Angélica. **Apontamentos para uma crítica literária ecofeminista**. Disponível em <http://www.ciencialit.letras.ufrj.br/garrafa/garrafa18/apontamentosparauma_angelicasoares.pdf> . Acesso em 27/10/2013.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In.: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto: 2011. .p. 362-400.

TELES, Gilberto Mendonça. **A crítica e o romance de 30 do nordeste**: ensaios. Rio de Janeiro: Atheneu Cultura, 1990.

WARREN, Karen. **Ecofeminist Philosophy**: A Western Perspective on What It Is and Why It Matters. Rowman & Littlefield Publishers, 2000.

WHITE, JR. Lynn. The Historical Roots of Our Ecologic Crisis. In: GLOTFELTY, Cheryll; FROMM, Harold (eds.). **The ecocriticism reader**: landmarks in literary ecology. Athens/London: The Univ. of Georgia Press, 1996. p. 3-14.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.